

PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

**Luiz Fernando Mocelin Sperancete
Fabiano Lourenço de Menezes
Verônica Maria Teresi
(organizadores)**





UNIVERSIDADE
**CATÓLICA
DE SANTOS**

Chanceler	Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães
Reitor	Prof. Dr. Cléber Ferrão Corrêa
Pró-Reitora Administrativa	Profª. Dra. Mariângela Mendes Lomba Pinho
Pró-Reitora de Graduação	Profª. Me. Rita de Cássia Zaher Rosa Paul
Pró-Reitor de Pastoral	Prof. Me. Pe. Cláudio Scherer da Silva



Editora Universitária
Leopoldianum
Universidade Católica de Santos

Conselho Editorial Executivo (2026)

Profª. Dra. Mariângela Mendes Lomba Pinho (Presidente)
Prof. Dr. Fernando Rei
Prof. Dr. Gilberto Passos de Freitas
Prof. Dr. Luiz Carlos Moreira
Profª. Dra. Maria Amélia do Rosário Santoro Franco
Prof. Dr. Paulo Ângelo Lorandi

Conselho Editorial Nacional (2026)

Dra. Ana Maria Saul, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP
Dr. André Panno Beirão, Escola de Guerra Naval, Centro de Estudos Político Estratégicos - RJ
Dra. Bernadete de Souza Porto, Universidade Federal do Ceará – CE
Dra. Carina Berta Moljo, Universidade Federal de Juiz de Fora - MG
Dra. Ivanilde Apoluceno de Oliveira, Universidade do Estado do Pará - PA
Dr. Luiz de Pinedo Quinto Júnior, Instituto Federal Fluminense - RJ
Dr. Osvaldo Luiz Gonçalves Quelhas, Universidade Federal Fluminense - RJ
Dra. Sueli de Lima Moreira, Universidade Estadual do Rio de Janeiro – RJ

Conselho Editorial Internacional (2026)

Dra. Angelina Valenzuela Rondon, Universidad de Monterrey - México.
Dr. Bernard Charlot, Université de Paris 8 Vincennes-Saint-Denis – Paris - França
Dr. Daniel Schugurensky, Arizona State University - USA
Dr. Licínio Carlos Viana Silva Lima, Universidade do Minho, Braga - Portugal
Dra. Maria Pilar Dopazo Fraguio, Universidad Complutense de Madrid, Espanha
Dr. Paolo Vittoria, Università Federico II di Napoli - Itália

Luiz Fernando Mocelin Sperancete
Fabiano Lourenço de Menezes
Verônica Maria Teresi

(organizadores)

PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL



Santos
2026

Perspectivas Contemporâneas da Economia Política Internacional
[e-book] / Luiz Fernando Mocelin Sperancete, Fabiano Lourenço de
Menezes e Verônica Maria Teresi (organizadores) -- Santos (SP):
Editora Universitária Leopoldianum, 2026.
175 p.

ISBN 978-65-87719-66-5

1. Perspectivas Contemporâneas. 2. Economia Política Internacional.
3. Livros eletrônicos. I. Sperancete, Luiz Fernando Mocelin. II.
Menezes, Fabiano Lourenço de. III. Teresi, Verônica Maria. V. Título.

CDU: e-book

Revisão
Organizadores

Planejamento Gráfico / Capa
Elcio Prado

Sobre o ebook

Formato: 160 x 230 mm • Mancha: 130 x 190 mm

Tipologia: Minion Pro (textos/títulos)

Este ebook foi produzido em fevereiro de 2026.



Editora Universitária Leopoldianum
Av. Conselheiro Nébias, 300 – Vila Mathias - CEP: 11015-002 – Santos / SP
www.unisantos.br/edul

Atendimento
leopoldianum@unisantos.br

Colabore com a produção científica e cultural.
Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização do editor.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	07
Capítulo 1	
CRISE DA ZONA DO EURO E SUAS CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS E SOCIAIS.....	11
Capítulo 2	
A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS: UMA PARCERIA ESTRATÉGICA NO CENÁRIO GLOBAL.....	23
Capítulo 3	
AS RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS ÍTALO-TURCAS PÓS-RECESSÃO ITALIANA DE 2012.....	41
Capítulo 4	
A GUERRA COMERCIAL ENTRE ESTADOS-UNIDOS E CHINA PÓS-TRUMP: ANÁLISE E DESDOBRAMENTOS.....	53
Capítulo 5	
O PAPEL DOS BRICS NA CONFIGURAÇÃO DE UMA NOVA ARQUITETURA ECONÔMICO-FINANCEIRA INTERNACIONAL.....	61
Capítulo 6	
APAGAMENTO CULTURAL E SUA INFLUÊNCIA NA DEFESA DOS INTERESSES DOS POVOS COLONIZADOS: UM ESTUDO SOBRE O BRASIL E O CONGO.....	69
Capítulo 7	
A INTERNET COMO FERRAMENTA DE PODER.....	81
Capítulo 8	
AS VIOLAÇÕES CONTRA OS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES REFUGIADAS.....	99
Capítulo 9	
DESERTO DE ABUNDÂNCIAS: AS ESTRATÉGIAS DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA NA ARÁBIA SAUDITA.....	117

Capítulo 10

**A CRISE DE REFUGIADOS DA VENEZUELA: IMPACTOS
POLÍTICOS, ECONÔMICOS, REGIONAIS E NAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS COM O BRASIL.....133**

Capítulo 11

**ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO: ESTUDO DE
CASO DA CONJUNTURA AMAZÔNICA.....143**

Capítulo 12

**ISRAEL E PALESTINA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E ECONÔMICA
ACERCA DO ATUAL CONFLITO.....161**

APRESENTAÇÃO

O livro *Perspectivas contemporâneas da economia política internacional* é uma obra coletiva que apresenta o resultado de um intenso processo de pesquisa acadêmica conduzido ao longo do primeiro semestre de 2024 por estudantes do curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Católica de Santos. Os alunos, todos membros do Grupo de Pesquisa em Economia Política Internacional (GPEPI) da mesma instituição, dedicaram-se a investigar e analisar temas centrais da agenda global contemporânea, explorando desde as complexidades das relações econômicas entre as grandes economias nacionais até questões de direitos humanos, desenvolvimento sustentável e aspectos religiosos e culturais.

O GPEPI, como espaço de investigação e debate acadêmico, tem se consolidado como um importante núcleo de produção científica no campo das Relações Internacionais dentro da Universidade Católica de Santos e na Baixada Santista, oferecendo a alunos, professores e pesquisadores da área a oportunidade de desenvolver habilidades analíticas e críticas em um ambiente colaborativo. O livro surge, portanto, como um reflexo desse compromisso com a excelência acadêmica e com o aprofundamento de questões que desafiam a ordem internacional atual. Os capítulos reunidos nesta obra buscam oferecer ao leitor uma análise robusta e crítica de fenômenos que, apesar de diversos em suas abordagens, estão interligados pela busca de uma compreensão mais ampla dos processos políticos, econômicos, culturais e sociais que moldam o cenário global na contemporaneidade.

No Capítulo 1, *Crise da Zona do Euro e suas consequências econômicas e sociais*, Ana Clara Eloy Henrique da Silva examina o impacto duradouro da crise financeira que atingiu a Europa a partir de 2008. A autora analisa como a crise expôs vulnerabilidades estruturais dos países do sul europeu, ampliando disparidades econômicas e sociais dentro da União Europeia. Além disso, o ensaio discute as implicações das políticas de austeridade implementadas na região e o papel da Alemanha como líder econômica, enfrentando o desafio de equilibrar os interesses nacionais com as demandas de coesão da Zona do Euro.

No Capítulo 2, *A evolução das relações sino-brasileiras: uma parceria estratégica no cenário global*, Beatriz Lopes Trombelli investiga a trajetória das relações comerciais e diplomáticas entre Brasil e China ao longo de duas décadas. O estudo destaca como a China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil, superando os Estados Unidos, e analisa os impactos dessa parceria para a economia brasileira, com especial atenção ao papel estratégico dos investimentos chineses em setores como infraestrutura e energia no Brasil.

Beatriz Marques Guidini, no Capítulo 3, *As relações econômico-comerciais ítalo-turcas pós-recessão italiana de 2012*, explora as transformações nas relações

comerciais entre Itália e Turquia após a crise econômica italiana. A autora destaca como a recessão influenciou a dinâmica econômica entre os dois países, afetando setores estratégicos como turismo, energia renovável e construção civil, e investiga as estratégias adotadas para reverter os efeitos da crise e promover a recuperação econômica de ambos os países.

O Capítulo 4, *A guerra comercial entre Estados Unidos e China pós-Trump: análise e desdobramentos*, de Ingrid Gomes Cardoso e Maria Luíza Lima Lisboa, oferece uma visão detalhada das tensões comerciais entre as duas maiores economias mundiais durante e após o governo Trump. As autoras analisam as políticas de tarifas e sanções impostas por ambos os países contra si, os impactos nas cadeias de suprimentos globais e as perspectivas para o futuro das relações comerciais sino-americanas, considerando as incertezas políticas e econômicas que ainda pairam sobre os países.

Ingrid Isabely Campos da Fonseca e Giovanna Torres Silva, no Capítulo 5, intitulado *O papel dos BRICS na configuração de uma nova arquitetura econômico-financeira internacional*, examinam o papel crescente do bloco formado (essencialmente, mas não somente) por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul na redefinição das estruturas econômicas e financeiras globais. As autoras discutem como o grupo busca promover maior equidade e representatividade no sistema financeiro internacional, desafiando a hegemonia das instituições tradicionais e promovendo iniciativas como o Novo Banco de Desenvolvimento e acordos de swap de moeda.

No Capítulo 6, *Apagamento cultural e sua influência na defesa dos interesses dos povos colonizados: um estudo sobre o Brasil e o Congo*, Isabela Souza de Oliveira Silva reflete sobre as consequências do colonialismo para os povos originários do Brasil e do Congo. O capítulo aborda como o apagamento cultural impacta a identidade e a capacidade de organização política desses grupos, explorando as estratégias de resistência e as lutas contemporâneas por reconhecimento e direitos.

Juliana Aleixo de Souza, no Capítulo 7, *A internet como ferramenta de poder*, discute o papel da internet como um campo de disputa por influência e poder global. A autora explora como as plataformas digitais são utilizadas tanto para a mobilização social quanto para a manipulação política, analisando casos como o escândalo *Cambridge Analytica* e as implicações para a democracia e a soberania nacional.

O Capítulo 8, *As violações contra os direitos humanos das mulheres refugiadas*, de Laura Castelo Gomes, investiga as dificuldades enfrentadas por mulheres refugiadas, com foco no contexto brasileiro e nas venezuelanas que buscam refúgio no Brasil. A autora explora as políticas de acolhimento, as barreiras de acesso a direitos básicos e as vulnerabilidades específicas enfrentadas por essas mulheres em sua jornada.

No Capítulo 9, *Deserto de abundâncias: as estratégias de diversificação econômica na Arábia Saudita*, Nicolle Carmen Camargo analisa as iniciativas da Arábia Saudita para diversificar sua economia e reduzir a dependência do petróleo. O capítulo

explora o plano *Vision 2030*, que busca transformar o país em um centro global de investimentos, turismo e inovação, e os desafios enfrentados nesse processo de transformação.

Thayna de Souza Curado, no Capítulo 10, *A crise de refugiados da Venezuela: impactos políticos, econômicos, regionais e nas relações internacionais com o Brasil*, oferece uma análise abrangente da crise migratória venezuelana e suas implicações para o Brasil e a região sul-americana. O capítulo aborda as políticas de acolhimento e os desafios para a integração dos refugiados, além de discutir os impactos da crise para as relações internacionais do Brasil.

O Capítulo 11, *Economia política dos sistemas-mundo: estudo de caso da conjuntura amazônica*, de Laís Eugênio Lobue dos Santos, explora a Amazônia como uma fronteira de disputa entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. A autora discute como a região se insere no sistema-mundo capitalista, os desafios para o desenvolvimento sustentável e as tensões entre interesses locais, nacionais e internacionais.

No Capítulo 12, *Israel e Palestina: uma análise histórica e econômica acerca do atual conflito*, Maria Eduarda Nunes Nonato analisa as raízes históricas do conflito israelense-palestino e seus impactos políticos, econômicos, culturais, sociais e religiosos. O capítulo aborda os principais eventos históricos que moldaram a região e as dificuldades para alcançar uma solução pacífica, considerando o contexto geopolítico atual.

A presente obra representa, assim, uma contribuição significativa para o debate acadêmico na área de relações internacionais, refletindo a capacidade analítica dos estudantes-pesquisadores do GPEPI e seu compromisso em entender e analisar criticamente as dinâmicas que configuram a economia política internacional contemporânea.

Desejamos ao leitor uma instigante e enriquecedora experiência ao explorar esta coletânea de estudos, e desejamos que o conteúdo deste livro inspire reflexões críticas e incentive novas pesquisas e debates sobre os desafios e oportunidades que permeiam as relações internacionais no século XXI.

Boa leitura!
Os organizadores.

Capítulo 1

CRISE DA ZONA DO EURO E SUAS CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS E SOCIAIS

Ana Clara Eloy Henrique da Silva

Resumo

A crise da zona do euro surgiu em 2008 como uma extensão da crise financeira dos EUA, causada pelos empréstimos subprime. Os países mais afetados, como Portugal, Grécia, Itália e Espanha, sofreram colapsos econômicos devido às restrições de crédito e à incapacidade de gerar crescimento econômico suficiente para honrar suas dívidas. A crise destacou divergências entre os membros da União Europeia e expôs a fragilidade das instituições financeiras, reforçando a posição da Alemanha como potência econômica. A desregulamentação econômica e a diminuição do papel do Estado como agente indutor de crescimento aumentaram a vulnerabilidade dos governos ao mercado financeiro. A livre mobilidade de capitais, prevista pelo Tratado de Maastricht, ao invés de promover a convergência econômica, acentuou as disparidades entre os países do norte e do sul da Europa. O Sul, menos industrializado e mais inflacionário, foi particularmente afetado, resultando em um aumento do endividamento e desequilíbrios econômicos. Os países mais afetados pela crise adotaram medidas de austeridade, como aumento de impostos e cortes de gastos públicos, para controlar suas dívidas, resultando em altos níveis de desemprego e redução de direitos sociais. Essas políticas de ajuste, embora necessárias para estabilizar a economia, não abordaram as causas estruturais da crise e geraram incertezas sobre o futuro da União Europeia.

Palavras-chave

Crise financeira. Zona do Euro. Capital financeiro. Austeridade. União Europeia.

Abstract

The eurozone crisis emerged in 2008 as an extension of the US financial crisis, caused by subprime loans. The most affected countries, such as Portugal, Greece, Italy,

and Spain, experienced economic collapses due to credit restrictions and the inability to generate sufficient economic growth to honor their debts. The crisis highlighted divergences among European Union members and exposed the fragility of financial institutions, reinforcing Germany's position as an economic powerhouse. Economic deregulation and the reduction of the state's role as a growth-inducing agent increased governments' vulnerability to the financial market. The free movement of capital, as provided by the Maastricht Treaty, instead of promoting economic convergence, accentuated the disparities between northern and southern European countries. The south, less industrialized and more inflationary, was particularly affected, resulting in increased indebtedness and economic imbalances. The countries most affected by the crisis adopted austerity measures, such as tax increases and public spending cuts, to control their debts, leading to high levels of unemployment and reduced social rights. These adjustment policies, while necessary to stabilize the economy, did not address the structural causes of the crisis and generated uncertainties about the future of the European Union.

Keywords

Financial crisis. Eurozone. Financial capital. Austerity. European Union.

1. INTRODUÇÃO

A Zona do Euro, também conhecida como Área do Euro, abrange um vasto mercado de 344 milhões de pessoas, sendo composta por 19 Estados-Membros da União Europeia: Áustria, Bélgica, Chipre, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Holanda, Portugal, Eslováquia, Eslovênia e Espanha. No entanto, alguns membros da UE, como Bulgária, Croácia, República Checa, Hungria, Polônia, Romênia, Suécia e Dinamarca, ainda não adotaram a moeda única. Em contrapartida, a República de San Marino, o Principado de Andorra e a Cidade-Estado do Vaticano, que não fazem parte da UE, utilizam o Euro por meio de acordos específicos.

Em 2008, a crise financeira global originada nos Estados Unidos devido aos empréstimos subprime impactou severamente a Zona do Euro. Países como Portugal, Grécia, Itália e Espanha, fortemente endividados, enfrentaram um colapso econômico-financeiro causado pelas restrições de crédito. Esta crise expôs a incapacidade desses países de gerar crescimento econômico suficiente para honrar seus compromissos financeiros, aumentando suas dívidas externas e internas. Além disso, a crise do Euro evidenciou divergências de interesses entre os países da União Europeia, desconfianças entre os povos e a dominação dos interesses financeiros, aprofundando os problemas de legitimidade das instituições europeias, com exceção

da Alemanha, que saiu reforçada da crise.

Segundo Castells (2018), a gênese da crise do Euro (2008-2012) estava inscrita no próprio desenho da moeda comum, enquanto Paul Krugman atribui a origem do desastre ao norte da Europa, especialmente em Bruxelas, Frankfurt e Berlim, onde autoridades teriam criado um sistema monetário falho. A potencial implosão do Euro poderia ter consequências devastadoras para o sistema financeiro global e para a economia mundial. Salvar o Euro tornou-se crucial para a sobrevivência do projeto europeu, especialmente após o resgate da Grécia em maio de 2010. Este evento destacou a crise fiscal e orçamentária na periferia europeia, abalando a confiança na moeda e expondo uma disparidade entre o crescimento estagnado do capital produtivo e o crescimento acelerado do capital financeiro, dominando cada vez mais a economia através da financeirização.

Nesse contexto, o capital especulativo ganhou destaque, evidenciado pela alta das taxas de juros e pela busca por lucros rápidos, especialmente no setor financeiro. A desregulamentação econômica tornou os governos reféns do mercado, que passou a definir a política econômica e social, diminuindo o papel do Estado como indutor de projetos de industrialização e investimentos em obras públicas. O crescimento industrial desigual entre os países da Zona do Euro, onde os países menos desenvolvidos, como Grécia, Itália, Espanha e Portugal, foram os mais afetados, revelou as fragilidades estruturais da integração econômica europeia.

Com a assinatura do Tratado de Maastricht em 1992, a Europa visava construir uma nova potência mundial com um elevado PIB, um grande mercado, alta capacidade tecnológica, educação de qualidade, acesso a bens e serviços e um sistema de financiamento autônomo. No entanto, em vez da esperada convergência econômica e social, a crise expôs uma profunda divergência entre os países-membros, minando o projeto europeu e destacando as falhas na unificação monetária e na livre mobilidade de capitais.

Este artigo explorará as origens e consequências da crise da dívida soberana na Europa, as disparidades econômicas entre os países-membros, e como as medidas de austeridade adotadas em resposta à crise impactaram os direitos sociais e a democracia na União Europeia. A análise busca entender as contradições e desafios enfrentados pela Zona do Euro, bem como as implicações políticas e jurídicas decorrentes desta crise financeira.

2. A CRISE DO EURO E A DIVERGÊNCIA ENTRE OS PAÍSES MEMBROS

Em 1992, com o Tratado de Maastricht, anunciava-se a Europa unida e forte, estabelecendo as bases para a construção de uma nova potência mundial. Esta teria o maior PIB e um dos maiores mercados mundiais, uma alta capacidade de

desenvolvimento tecnológico, uma população com elevados padrões de educação e acesso a bens e serviços, além de um sistema de financiamento autônomo baseado na livre mobilidade de capitais.

A Europa do século XXI seria uma região que mais uma vez demonstraria a possibilidade de unir os povos em torno de objetivos pacíficos, mostrando que a razão pode superar as desavenças do passado em nome de um futuro promissor. A Europa seria um espaço social onde a política de entendimento prevaleceria sobre outras formas conflituosas de exercício do poder. Os marcos desse processo foram estabelecidos no Tratado e focaram na política fiscal, na homogeneização da infraestrutura econômica e das estruturas jurídicas, e na moeda única.

Para a política fiscal, os pontos principais eram os tetos para o déficit público (3% do PIB) e para a dívida pública (60% do PIB). A estrutura jurídica seria gradualmente alterada para incluir direitos e garantias que englobassem cada vez mais todos os países-membros da União Europeia. A moeda única garantiria automaticamente a fixação da mesma taxa de câmbio nominal entre os países da União que fossem inicialmente admitidos para partilhar tal experiência.

À medida que os mecanismos de convergência fossem atuando, os países alcançariam maior homogeneidade econômica e social, permitindo que mais membros fossem aceitos no clube que, inicialmente, partilharia a moeda única. Um dos principais mecanismos que garantiriam essa convergência era a livre mobilidade de capitais. Os capitais se moveriam para as regiões onde o Custo Unitário do Trabalho (CUT) fosse mais baixo, promovendo um aumento da produtividade do trabalho e da produtividade total dos fatores.

Produzir em áreas com salários por hora mais baixos e menores custos sociais ligados ao trabalho traria dois efeitos simultâneos nas regiões menos desenvolvidas: atrair e aumentar salários. O acelerado desenvolvimento industrial que se seguiria promoveria uma maior organização do trabalho e do mercado de trabalho, ampliando os benefícios sociais e harmonizando os custos trabalhistas e as estruturas de proteção ao emprego em toda a região.

A convergência inflacionária na região do Euro seria outro fenômeno esperado, produzido pela livre mobilidade de capitais e de mão-de-obra. A pressão exercida no mercado de trabalho pela livre mobilidade de mão-de-obra e dos demais fatores de produção faria convergir as taxas de inflação. Este fenômeno faria com que a taxa de câmbio real entre os vários países membros da Zona do Euro também convergissem. Assim, os países poderiam se concentrar em suas áreas de especialização, e os ganhos provenientes dessa especialização seriam distribuídos por toda a sociedade, conforme a teoria das vantagens comparativas de Ricardo.

Basicamente, a Europa veria crescer e multiplicar os ganhos de produtividade promovidos, em última instância, pela livre mobilidade dos fatores de produção. No entanto, não se observou uma crescente convergência econômica e social dos países

europeus; pelo contrário, constatou-se o crescimento de uma profunda divergência entre os países-membros da Europa unida. Isso minou o projeto de poder europeu manifestado no Tratado de Maastricht, culminando na crise.

A crise revelou o fracasso do projeto de construir uma ótima zona monetária, capaz de distribuir ganhos de produtividade e avançar como paradigma do século XXI. De acordo com a segmentação de Husson, foram produzidos dois conjuntos de países: o bloco dos países do norte, composto por Alemanha, Áustria, Holanda, Bélgica e Finlândia, e o bloco dos países do sul, composto por Itália, Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal, com suas marcantes trajetórias inflacionárias divergentes.

Ao Sul, a inflação acumulou três divergências: o processo de ultrapassagem das economias menos desenvolvidas, o conflito distributivo, geralmente mais acentuado nas economias de menor desenvolvimento, e a pressão exercida por sindicatos fortes por aumentos do salário real acima dos ganhos de produtividade.

Economias menos desenvolvidas costumam ter uma manifestação inflacionária mais aguda que economias maduras quando crescem de forma acelerada, devido à carência de fontes de oferta interna e às dificuldades estruturais de acesso a fontes externas de bens e serviços, como a carência de divisas. O conflito de distribuição se mostra historicamente mais acentuado em países menos desenvolvidos, com mecanismos distributivos de renda, sobretudo fiscais, menos robustos que em países com maior grau de desenvolvimento econômico e social.

No entanto, esses motivos não explicam completamente a divergência das trajetórias de inflação observadas na Europa durante a vigência da moeda única. A terceira explicação relativa à capacidade ampliada de barganha salarial dos trabalhadores também não parece plausível, pois a hipótese de mercados de trabalho aquecidos e de pressões por elevação dos salários reais acima dos ganhos de produtividade só se sustentaria em um contexto diferente do atual, no qual os sindicatos se ressentem do número cada vez menor de membros ativos.

Em nenhum dos países membros do Euro se observa um crescimento do CUT real. O máximo conseguido pelas forças sociais que lutam pelo salário foi a manutenção do crescimento do CUT nominal em linha com as taxas de inflação. O principal arquiteto do processo de divergência europeia é a livre mobilidade de capitais, elemento-chave no desenho original de Maastricht.

Para os gestores de massas de ativos concentrados nos grandes fundos de pensão e de investimento, além dos grandes bancos, a unificação monetária eliminou o risco cambial percebido antes da entrada em vigor do Euro, possibilitando emprestar a países como Grécia, Portugal e Irlanda sem o risco de desvalorização da moeda local. Este fenômeno estimulou a tendência de diminuição dos spreads de risco, redução de taxas de juros nominais e atração de investimentos de portfólio para regiões que antes ofereciam alto risco cambial.

Ao exibirem taxas de inflação mais altas, os países do bloco do sul passaram a

contar com taxas de juros reais mais baixas internamente do que os países do bloco do norte. Tal fenômeno fez com que países outrora considerados de maior risco de crédito contassem com taxas de juros mais baixas que os países de maior credit rating da Zona do Euro. Além disso, as taxas de câmbio reais passaram a divergir à medida que as trajetórias de inflação se distanciavam entre os países dos dois blocos. A taxa de câmbio real dos países do sul foi se valorizando cada vez mais em relação aos países do norte, levando a um aumento persistente das importações e dificuldades crescentes para as exportações dos países do sul.

As conformações industriais, no contexto de taxas de câmbio reais divergentes, foram se deteriorando nos países do sul. Concorrer com o mesmo câmbio nominal com países como a Alemanha, e a valorização do câmbio real, contribuiu para dizimar as indústrias portuguesa, grega e irlandesa, colocando em situação delicada também as indústrias espanhola e italiana.

Na ausência de uma zona monetária de câmbio nominal fixo, os crescentes déficits correntes dos países conduziram a uma pressão de desvalorização do câmbio e à restauração das condições de competitividade de seus produtores domésticos no espaço internacional, contribuindo para uma redução dos desequilíbrios. No contexto de moeda única, os desequilíbrios da balança de transações correntes foram absorvidos sem pressões sobre o câmbio. A entrada de capitais de portfólio, financiando o déficit em transações correntes, foi decisiva para a postergação de tais desequilíbrios.

Somando-se à ausência de pressões sobre a taxa de câmbio, deve-se considerar a existência de pressões políticas que desmontassem o acúmulo de desequilíbrios. O fator crucial para a estabilidade política em um contexto de perda de densidade industrial e consequente precarização da estrutura de empregos e salários foi a possibilidade de permanente elevação do nível de endividamento de famílias e bancos, principalmente. Compensando a estagnação do salário real, o endividamento se alastrou nas economias do sul, gerando um boom na produção de bens não transacionáveis, principalmente no setor imobiliário.

Este crescente endividamento viabilizou, também, a aquisição continuada dos bens de consumo produzidos nas economias do norte. Nestas, o desequilíbrio do sul se manifestou de forma oposta: crescente saldo positivo em conta corrente e consequente acúmulo de reservas, maior participação do comércio exterior no PIB e crescente acúmulo de haveres externos.

A política monetária operada pelo Banco Central Europeu (BCE) mostrou-se cúmplice do mecanismo perverso de aprofundamento dos desequilíbrios europeus. A definição de uma mesma taxa de juros média para toda a zona do Euro mostrou-se insuficiente para combater as taxas de inflação mais elevadas dos países do sul e mais que suficiente para as inflações nos países de baixa inflação do norte. A política monetária do BCE reforçou os desequilíbrios entre as regiões, gerando, inclusive, pressões deflacionárias no bloco do norte.

O ingresso de capitais especulativos foi um fator importante para viabilizar o acúmulo de desequilíbrios externos e internos entre os blocos sul e norte da Europa. No lugar do papel ordenador que deveria ser jogado pela livre mobilidade de capitais, o que se vê na Europa são os resultados nefastos que tal livre mobilidade provocou. Em vez dos benefícios dos ganhos generalizados de produtividade, houve regressividade produtiva. Em vez dos ganhos de especialização esperados, economias foram fragilizadas pela valorização cambial de longa duração.

Dessa forma, surgiram duas Europas. A do Sul, incapaz de reagir frente à crise por absoluta falta de mecanismos internos que permitissem algum grau de proteção diante da paralisação do mecanismo propulsor, o crescente endividamento das famílias e seus efeitos sobre o setor imobiliário. E a do Norte, paralisada frente ao fracasso de seu projeto liberal.

3. A CRISE DA DÍVIDA SOBERANA NA EUROPA E SUAS IMPLICAÇÕES

Principalmente a partir de 2010, despontou na Europa a chamada crise da dívida soberana, em razão das dificuldades de países europeus como, Grécia, Portugal, Irlanda, Itália e Espanha em pagar suas dívidas. Esta crise reflete a situação dos países que não foram capazes de gerar crescimento econômico suficiente para cumprir os compromissos firmados com seus credores, o que ocasionou no aumento da dívida externa e interna.

Como exemplo, a Grécia é um dos países onde a situação foi mais crítica, pois teve sua atividade econômica reduzida. Com suas dívidas tão grande que ultrapassaram o valor da economia do país. Além das consequências econômicas e sociais, a crise acarreta implicações políticas e até mesmo jurídicas, como Exemplo de Portugal, Espanha e Itália. Nesses países foram adotadas maneiras mais austeras para tentar controlar a crise, como o aumento de impostos, as reformas nas leis trabalhistas com a redução de direitos, o corte de gastos públicos que comprometeram a capacidade de investimento do Estado e, consequentemente, a diminuição da proteção social.

Além disso, a taxa de desemprego alcança níveis excepcionais na Espanha, onde atingiu 26,6% da população economicamente ativa, e em Portugal, em que chegou a 17,6%. Porém, por outro lado, os países que fundaram a união e que conseguiram estabilizar suas economias no seio desta, mesmo com a crise, alcançaram níveis de desemprego baixos, como é o caso da Alemanha, que tem índice de 5,3%. Portugal, por exemplo, adotou medidas que visavam a redução remuneratória dos servidores públicos em um percentual de 3,5 a 10% e que coube ao tribunal analisar, que decidiu por declarar constitucional a lei que reduzia a remuneração.

Mais uma medida aplicada se refere ao corte de recursos destinados ao sistema de proteção social, que refletem diretamente na diminuição de direitos fundamentais

já conquistados, o que pode ser comprometedor para o princípio da dignidade humana. Para exemplificar, temos o corte de quase 80% da ajuda alimentar para os pobres, causando uma redução para 113 milhões de euros. Como uma resposta à crise, as medidas adotadas se restringiram à liberação de uma série de pacotes de resgates para uma tentativa de equilibrar a economia dos países, enquanto os países efetuaram cortes nos investimentos sociais e direitos no mundo do trabalho. No entanto, estas medidas não enfrentam as causas estruturais da crise e não há levam para uma solução definitiva, pelo contrário geram uma incerteza quanto ao futuro da própria União.

Esse cenário dubio onde a União Europeia adota medidas para salvaguardar bancos e o capital rentista, ao mesmo tempo promove uma regressão de correios sociais, o que acarretou uma série de tensões no continente, levando a inúmeros protestos. Ao que se refere aos países mais afetados pela crise, observa-se que são os mesmos países que passaram por reformas liberais no sentido de saliência do mercado em detrimento do papel do Estado e que realizaram esforços para aderir à cláusula democrática, afinal, almejavam o desenvolvimento econômico mediante o ingresso na Comunidade.

O que ocorre é que a crise reflete as contradições provocadas pelas desigualdades entre nações e povos em meio à adesão ao euro e à redução da capacidade de decidir e investir dos Estados, principalmente nos países com economias frágeis acrescentados à União Europeia. Como as consequências desta crise, pode-se apresentar a redução dos direitos sociais, acentuados a partir da adoção de políticas econômicas de recorte liberal com redefinição do papel do Estado e ampliação do poder do mercado no âmbito da União Europeia. Como parte desse processo, a cláusula democrática adquiriu um sentido de enfatizar a democracia enquanto possibilidade de participação a partir do funcionamento de instituições que assegurem a igualdade formal e a liberdade individual.

Entretanto, o limite desse conceito de democracia está em não advogar que a participação nas decisões requer o usufruto de um padrão básico de vida enquanto condições sociais, materiais e espirituais que possibilitem a atualização de todas as potencialidades das pessoas para terem autonomia nas decisões. Por isso, passa a desconsiderar a cidadania como o reconhecimento de acesso a um conjunto de condições básicas com a intenção de assegurar a autonomia nas decisões e permitir que a identidade se construa pela dignidade, solidariedade e não apenas pela propriedade ou igualdade formal.

Dessa maneira, a preocupação da teoria democrática com foco na estrutura, na governabilidade e no peso do Estado sem a devida vinculação com a nova ordem e o papel do Estado, acaba por limitar o papel e a importância da cláusula democrática enquanto base jurídica do princípio democrático instituído pela União Europeia. Essa limitação salienta se a democracia não estiver associada à proteção dos Direitos

Humanos, em detrimento da ideia de democracia associada somente à participação, à igualdade formal e à liberdade individual; por consequência, deixando de considerar como necessária à democracia efetiva, a qual precisa dessas condições aliadas às condições sociais, materiais e espirituais, para que todos possam participar de maneira ativa e independente na formação do Governo e no controle da vida social.

Significa que a noção de democracia deve estar associada à existência de instituições regularmente funcionando e que possibilitem a participação, mas que também haja as condições sociais e a garantia dos Direitos Humanos. Dessa forma, na atualidade, em frente da conquista dos direitos políticos, se fortificou a consolidação de Direitos Sociais e, sobretudo, dos Direitos Humanos, gerando uma relação dialética entre a democracia com estes direitos. Evidentemente, isso é objeto de controvérsia, o que somente amplia o valor da democracia.

A democracia deve ultrapassar a mera igualdade formal jurídica para adentrar no conjunto das relações sociais, assim como contribuir para reduzir as desigualdades sociais para que ela não fique comprometida. Em função disso, as medidas adotadas para enfrentar a crise que acentuaram as desigualdades reduzem os direitos sociais, a exemplo dos direitos dos trabalhadores, comprometem a democracia e devem ser rejeitadas. Principalmente considerando que “... os direitos econômicos, sociais e culturais constituem uma garantia para a democracia, isto é, para o efetivo desfrute das liberdades civis e políticas.” (FIGUEIREDO, 2007, p.40).

Desta maneira, as medidas de austeridade adotadas pelos países em crise e que reduzem direitos sociais podem ser consideradas como uma afronta à cláusula democrática, desde que se entenda a democracia para além das condições institucionais. O Estado Democrático de Direito deve proteger a segurança jurídica das pessoas, ou seja, a segurança dos cidadãos de que seus direitos conquistados serão mantidos, pois a cláusula democrática não deve servir somente aos fins do interesse econômico, mas também aos direitos dos cidadãos europeus.

Não se pode diminuir o nível de proteção destes direitos, por intermédio da legislação ou de medidas políticas e jurídicas. Portanto, é importante destacar o papel da população na esfera das políticas públicas, mediante mecanismos de participação e controle jurisdicional dos atos do poder público, especialmente quando se trata de medidas de caráter regressivo de direitos, uma vez que tais medidas não podem, em momento algum, mesmo em momento de crise, afastar o compromisso do Estado Democrático e Social de Direito com a garantia de uma existência digna para todos.

A crise da Europa e os retrocessos profundos e rápidos de direitos nos países em crise expõem um cenário em que a supervalorização das instituições financeiras e a busca do crescimento econômico não eliminaram as contradições, as desigualdades sociais e econômicas, nem o desenvolvimento desigual entre as nações. Ao contrário, acentuam as contradições, as desigualdades sociais, o desenvolvimento desigual entre elas, elevam as disputas, a concorrência, em razão da direção desse processo,

principalmente pela lógica do capital financeiro. Em vista disso, o livre mercado não pode ser o meio principal capaz de garantir direitos, e Portugal e Espanha, pelo modo como ingressaram na União, são exemplos de que a busca pelo desenvolvimento econômico acaba por fim, muitas vezes, não garantindo direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise na Zona do Euro, desencadeada pela crise financeira global de 2008, expôs profundas fragilidades estruturais na arquitetura econômica e política da União Europeia. O ambicioso projeto de integração monetária delineado no Tratado de Maastricht visava unificar um mercado de 344 milhões de pessoas sob uma moeda única, prometendo prosperidade e estabilidade. No entanto, as expectativas de convergência econômica e social entre os Estados-membros deram lugar a uma realidade de divergências acentuadas.

As causas da crise foram multifacetadas e complexas. A livre mobilidade de capitais, um dos pilares do projeto europeu, exacerbou as disparidades econômicas ao facilitar o fluxo de investimentos para regiões com custos trabalhistas mais baixos, intensificando desequilíbrios regionais. Países como Alemanha, Holanda e Áustria se beneficiaram de taxas de juros mais baixas e maior competitividade, enquanto países do sul, como Grécia, Espanha e Portugal, enfrentaram déficits crescentes e uma industrialização enfraquecida.

A resposta inicial à crise foi marcada por medidas de austeridade severas, impostas especialmente aos países mais afetados, como Grécia e Portugal. Austeridade fiscal, cortes de gastos públicos e reformas trabalhistas foram implementados para controlar déficits e restaurar a confiança dos mercados financeiros. No entanto, essas medidas não apenas fracassaram em promover o crescimento econômico sustentável, como também exacerbaram desigualdades sociais e políticas, gerando tensões significativas dentro da própria União Europeia.

A crise do Euro não foi apenas uma crise econômica, mas também uma crise de legitimidade das instituições europeias. A falta de solidariedade entre os Estados-membros durante os momentos mais críticos da crise ressaltou diferenças culturais e políticas, minando a coesão europeia. Países do norte, liderados pela Alemanha, impuseram condições rigorosas para os pacotes de resgate, enquanto os países do sul enfrentaram uma recessão prolongada e taxas de desemprego alarmantes.

O futuro da Zona do Euro depende agora de reformas estruturais profundas e de um compromisso renovado com a solidariedade econômica e social. É imperativo que a União Europeia avance em direção a uma verdadeira união fiscal e bancária, acompanhada por políticas de crescimento inclusivo e investimento em infraestrutura e inovação. Além disso, é essencial reconstruir a confiança pública nas instituições europeias, garantindo que políticas econômicas sejam não apenas eficazes, mas tam-

bém socialmente justas e sustentáveis.

Em suma, a crise do Euro foi um teste de fogo para a integração europeia, revelando tanto suas fragilidades quanto seus potenciais. A recuperação requer não apenas medidas econômicas robustas, mas também um compromisso renovado com os princípios de solidariedade e cooperação que fundamentam a União Europeia. Somente assim o projeto europeu poderá prosperar e oferecer um futuro de estabilidade e crescimento para todos os seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

- AMADO, L.. **A Crise no Espaço Europeu**. Lisboa: Edições 70, 2013.
- CASTELLS, M.; BOUIN, O.; CARACA, J.; CARDOSO G.; THOMPSON J.; WIEVIORKA, M.; ÇALIŞKAN, K., eds. **Europe's Crises**. Cambridge: Polity Press, 2018.
- OSÓRIO, L. F. B.. **A Construção da União Europeia: Condicionantes e Guindas de um Projeto Político-Econômico**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- PEREIRA, A. C. A.. **Formação Histórica e Institucional, Crise Atual, Dissenso e Brexit**. Brasília: Senado Federal, 2021.
- RAIMUNDO, L. da C.. **A Crise Estrutural da Europa**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.
- SILVEIRA, A.; FROUFE P. **Integração Europeia em Crise de Identidade: Causas e Perspetivas Jurídico-Constitucionais entre o Populismo, a Política e o Poder**. Lisboa: AAFDL Editora, 2018.
- WÜNSCH, M. S.; WÜNSCH, P. R.. **A Crise na União Europeia e seus Reflexos na Cláusula Democrática e nos Direitos Fundamentais Sociais**. Curitiba: Juruá Ed., 2013.

Capítulo 2

A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS: UMA PARCERIA ESTRATÉGICA NO CENÁRIO GLOBAL

Beatriz Lopes Trombelli

Resumo

O seguinte artigo tem o objetivo de analisar e elucidar a evolução das relações econômicas sino-brasileiras no período dos anos de 2003 a 2024. O assunto é de interesse por conta do avanço chinês e da descentralização da economia de países europeus e norte-americanos, para os países asiáticos, ao longo dos anos. Em duas décadas é possível notar essa evolução, principalmente em relação ao Brasil, com os Estados Unidos perdendo seu lugar para a China, que se tornou o principal parceiro econômico do Brasil no comércio internacional.

Palavras-chave

Relações Sino-Brasileiras, Economia, Comércio Internacional.

Abstract

The following article aims to analyze and elucidate the evolution of Sino-Brazilian economic relations in the period from 2003 to 2024. The subject is of interest due to Chinese advancement and the decentralization of the economy from European and North American countries to Asian countries, over the years. In two decades, it's possible to notice this evolution, especially in relation to Brazil, with United States losing its place to China, which has become Brazil's main economic partner in international trade.

Keywords

Sino-Brazilian Relations, Economy, International Trade.

1. INTRODUÇÃO

O estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e China foi marcado por uma busca por ações conjuntas em questões de interesse mútuo no cenário internacional, apesar dos contextos políticos distintos. Ao longo dos anos, essa parceria evoluiu, com colaborações políticas e estratégicas e uma crescente cooperação tecnológica.

Atualmente, a China mantém uma posição superior à brasileira na economia, evidenciada pela dependência econômica que o Brasil tem em relação ao mercado chinês. Embora este assunto gere descontentamento e preocupação por parte da sociedade brasileira com a relação, especialmente na esfera comercial, a parceria sino-brasileira continua focada em estratégias de alianças políticas e da cooperação científico-tecnológica para romper com o monopólio dos países desenvolvidos no cenário global.

A interdependência econômica entre Brasil e China ficou em maior evidência durante os anos da pandemia e pós-pandemia, ressaltando a necessidade de uma análise dos impactos dessa relação. Esta cooperação contínua entre os dois países promete ser vital para a recuperação econômica e a estabilidade global no futuro. E apesar de possíveis conflitos comerciais, a importância da China para a economia brasileira e o papel dos países emergentes nos processos internacionais têm fortalecido a relação sino-brasileira.

Desse modo, o texto argumenta que a parceria entre Brasil e China se concentra na cooperação política e econômica e na colaboração tecnológica para demonstrar competição ao monopólio dos países desenvolvidos. Além de apresentar características que afetaram os países durante os anos analisados no estudo.

2. CHINA E BRASIL: UMA PARCERIA ESTRATÉGICA EM CRESCIMENTO

Desde o estabelecimento das relações diplomáticas sino-brasileiras em 1974, uma parceria estratégica entre a China e o Brasil foi desenvolvida. Esse elo foi fundamental para promover um auxílio mútuo em instituições e conferências internacionais. Ao longo das décadas, essas relações desempenharam um papel significativo no fortalecimento dos laços bilaterais, sendo importantes para moldar o cenário diplomático global.

No sentido do início dos anos 2000, o governo brasileiro não desenvolvia relações econômicas com o Taiwan, e apoiava a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), o que foi concretizado em 2001. Essa cooperação visava romper o monopólio detido pelos países desenvolvidos.

Sua entrada marcou a configuração do comércio global, pois, com isso, a China

tornou-se um conveniente do processo de globalização entre os países em desenvolvimento. E, impulsionada pela entrada da China na OMC, as exportações brasileiras tiveram crescimento significativo, uma vez que ela ampliou a demanda global e incentivou o aumento dos preços das *commodities* agrícolas e minerais. No período de uma década (2002-2012), as exportações brasileiras para China aumentaram em 1600%, passando de 2,5 bilhões em 2002 para 41,2 bilhões em 2012. (SECEX/MDIC, 2011)

Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), o presidente tinha como objetivo uma aproximação com países emergentes, assim, a parceria sino-brasileira aumentou devido ao interesse brasileiro em ter uma relação forte com um país que estava sofrendo um crescimento econômico exponencial, por conta de sua rápida industrialização e urbanização. Essa estratégia visava não apenas fortalecer os laços bilaterais, mas também posicionar o Brasil como um ator relevante no cenário internacional, ajudando na consolidação de sua posição como uma potência emergente.

No ano de 2009, surge o BRIC (ainda sem a África do Sul, que entrou no grupo em 2011 e os membros mais recentes: Egito, Etiópia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Irã, que entraram no início 2024). O consenso entre os países se dá em três fundamentos: cooperação em política e segurança, cooperação financeira e econômica, e cooperação cultural e pessoal. O foco primordial do bloco é modificar o sistema de governança global, com uma reforma de mecanismos como o Conselho de Segurança das Nações Unidas, além de promover alternativas às instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o desenvolvimento às economias emergentes. Parte superior do formulário

Durante a crise financeira internacional, o presidente chinês do período, Hu Jintao, afirmou que fortaleceria a cooperação com Brasil para combater a crise, durante a cúpula financeira do G20. A instabilidade financeira afetou o comércio bilateral entre os dois países no início. De acordo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil (MDCI), em outubro de 2008, o crescimento foi negativo (-20,78%) em termos de exportação do Brasil para a China, e manteve o déficit (-60,58%) em novembro. Porém, o salto surgiu em dezembro, com uma alta de 26,88%. Essa tendência continuou em 2009 e atingiu 88,64% em março.

Em um momento em que a crise financeira global assolava a economia mundial, a China e o Brasil tiveram um fortalecimento em sua parceria. O volume do comércio bilateral cresceu de US\$ 1,85 bilhões em 1999 para US\$ 48,5 bilhões em 2008. Em abril de 2009, a República Popular da China tornou-se o principal parceiro econômico do Brasil, ultrapassando os Estados Unidos, que mantinha sua posição durante 80 anos. Estatísticas do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil (MDIC) mostraram que o comércio do país sul-americano com a China

movimentou US\$ 33,28 bilhões entre janeiro e novembro de 2009.

Além do comércio e dos investimentos, a cooperação entre a China e o Brasil se estendeu a áreas como tecnologia e ciência. Ambos os países avançaram em projetos de tecnologia, com destaque para o Programa de Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres (CBERS), um exemplo da cooperação Sul-Sul. As nações assinaram acordos para a distribuição de dados do CBERS a países africanos, o que tornou a China um país provedor de dados de sensoriamento remoto de observação terrestre. O diretor-geral do Centro para Dados e Aplicações de Satélites de Recursos da China, Guo Jianning, destacou que a distribuição de dados aos países africanos reflete o comprometimento dos governos chinês e brasileiro com essas nações e que a relação sino-brasileira é um ótimo exemplo de parceria entre países em desenvolvimento.

A relação econômica vinha crescendo desde 2001, ano em que a China se tornou o maior parceiro comercial do Brasil na Ásia. Por outro lado, o Brasil ocupava a vigésima primeira posição no ranking de participação na corrente de comércio chinesa, em 2000. E em 2012, o país latino subiu para a oitava posição na lista. Esta mudança se dá como uma das consequências da entrada da China a OMC.

De acordo com Sun Yanfeng, especialista em assuntos brasileiros do Instituto de Pesquisa da América Latina, que faz parte do Instituto de Relações Internacionais Contemporâneas da China, o considerável aumento nos investimentos chineses no Brasil indica que a cooperação econômica e comercial entre os dois países alcançou seu ápice, o que indica a urgência de um crescimento econômico rápido em ambos os lados.

Baseado nisso, o presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva destacou a importância do desenvolvimento das relações com a China. O ex-embaixador chinês no Brasil, Chen Duqing, observou que o Plano de Ação Conjunta China-Brasil 2010-2014, assinado durante a visita do presidente chinês Hu Jintao ao Brasil, abrange diversos setores da cooperação entre os dois países, como política, economia, assuntos militares, cultura e esportes.

Um fator determinante para a economia brasileira, ainda nos anos 2000, foi o “boom das *commodities*”, período de forte alta dos preços de grande quantidade de matérias-primas (o surto acontece em grande parte devido à crescente demanda dos países emergentes, como a China). O Brasil exportava para o país asiático, majoritariamente, produtos primários como: soja, carne, petróleo e minério de ferro; fazendo com que, neste período, o Brasil emergisse como uma potência econômica na América Latina.

Mesmo que beneficiado com as exportações, o Brasil importava da China, produtos manufaturados, como eletrônicos e têxteis. Essa diferença nos produtos exportados pelos países gerou grande insatisfação por parte brasileira. O principal argumento envolvia a exportação brasileira de produtos (*commodities*) de baixo valor agregado para a China, enquanto importava produtos manufaturados de maior valor,

exacerbando o desequilíbrio comercial. Outra controvérsia também englobava a preocupação que alguns setores da economia brasileira expressaram com a concorrência desleal de produtos chineses de baixo custo, que poderiam prejudicar a indústria nacional.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no ano de 2011, o país asiático gastou em US\$ 31 bilhões em produtos brasileiros. Dessa quantia, 80% dela equivalia à *commodities*. Segundo a pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fernanda De Negri, por conta das compras chinesas, as *commodities* voltaram a prevalecer nas exportações do país sul-americano. De acordo com ela, aproximadamente 40% das exportações brasileiras para o exterior consistiam de matérias-primas. Em 2010, entretanto, ela chegou a 51%, isto no mesmo ano em que exportações brasileiras para a China cresceram em 30%.

Em abril de 2011, a presidente brasileira do período, Dilma Rousseff, fez sua primeira visita ao país amigo. O embaixador brasileiro na China, Clodoaldo Huguene, afirmou que o objetivo da presidente era aprofundar a relação sino-brasileira e consolidar uma parceria estratégica com o país.

Ainda segundo o embaixador, por conta do impacto da crise financeira, o crescimento econômico dos países desenvolvidos está desacelerando. Os países do BRICS, testemunhavam, em geral, um período de rápido crescimento econômico. Huguene disse que isso indicava que o poder econômico estava sendo distribuído e redistribuído em direção aos países em desenvolvimento. De acordo com ele, o mundo estava se tornando cada vez mais multipolarizado.

Em 2013, o crescimento econômico da República Popular da China chegou à marca de 7,7%, acima do objetivo do Governo, segundo os números oficiais divulgados. O objetivo liderado pelo presidente Xi Jinping era alcançar um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 7,5% para o ano. O crescimento registrado é o mais baixo na China desde 1999 e confirma uma desaceleração gradual da economia do país nos últimos tempos, à medida que o modelo de crescimento baseado nas exportações para o exterior enfrenta desafios, debilitado pela queda na demanda por conta da crise econômica global. No entanto, o Brasil não tem motivo de queixa em relação a isso, já que a China consome 20% das suas exportações. A balança comercial brasileira com o país asiático teve um superávit de US\$ 8,7 bilhões em 2013, acima de 2012 e o segundo melhor número da história, atrás apenas de 2011.

A China ultrapassou os Estados Unidos e se tornou o principal ator no comércio internacional, a sua ascensão foi o principal fator do crescimento econômico global nas últimas décadas resultando em fenômenos como o aumento dos preços das *commodities* e uma redução significativa na taxa de pobreza global. A expectativa é de que o país se torne a maior economia mundial ao longo desta década.

3. O FORTALECIMENTO SINO-BRASILEIRO EM TEMPOS DE MUDANÇA

Durante o período compreendido nesta seção, a relação entre China e Brasil ficou mais forte. Essa fase foi marcada por intensas relações políticas, uma crescente cooperação econômica e investimentos entre ambos os países. Esses anos destacaram a importância cada vez maior da parceria sino-brasileira em um cenário internacional de constante mudança.

No ano de 2014, o Produto Interno Bruto (PIB) da China continuou em sua decadência, porém diferentemente do ano anterior, seu PIB não atingiu as metas estabelecidas pelo Governo, sendo essa a primeira vez em 16 anos. Ele cresceu em torno de 7,4% no ano, mas foi o menor percentual registrado em 24 anos. De acordo com o Fundo Monetário Empresarial (FMI), a segunda maior economia do mundo, na época e atualmente, não crescia tão lentamente desde 1990.

A desaceleração chinesa teve um forte impacto sobre a economia brasileira. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) durante o período de janeiro a julho de 2015 mostram uma diminuição de 22,6% nas exportações brasileiras para a China, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Isso significou uma queda de US\$ 23,880 bilhões para US\$ 18,475 bilhões. Os produtos mais afetados foram o minério de ferro e a soja, os principais nas exportações brasileiras. Como a China é a maior importadora de *commodities*, qualquer queda no seu crescimento transmite fortemente para os preços. No primeiro semestre de 2014, o preço médio da soja caiu 23,5%, enquanto o do minério de ferro despencou 52,3%.

As oscilações nas trocas com a China têm a ver com mudanças estruturais do comércio exterior brasileiro, ocorridas principalmente na década passada. De acordo com um estudo de Luciana Acioly, Eduardo Costa Pinto e Marcos Antonio Macedo Cintra, três técnicos de Planejamento e Pesquisa do Ipea, publicado no livro *A China na Nova Configuração Global: Impactos Político-Econômicos*, demonstra que, entre 2000 e 2010, as exportações do Brasil para a China se elevaram de US\$ 1,1 bilhão para US\$ 30,8 bilhões. No mesmo período, as importações brasileiras da China cresceram de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 25,6 bilhões. A relação se intensificou de tal forma que, em 2014, o mercado chinês representava quase um quarto das exportações do Brasil.

Durante uma visita de Estado do presidente Xi Jinping ao Brasil, em julho de 2014, os líderes dos dois países decidiram renovar o Programa de Ação Conjunta para 2010-2015 para o período de 2015 a 2021. O Plano de Ação Conjunta entre o Governo do Brasil e o Governo da China para 2015-2021 visa fortalecer a parceria estratégica global entre os dois países. Este plano foi elaborado pela Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), que orienta e define metas para as relações bilaterais.

Os principais pontos do Plano de Ação Conjunta 2015-2021 foram: atualizar e estender a vigência do plano anterior (2010-2014) até 2021, ambos os países reafirmarem seu compromisso de fortalecer a Parceria Estratégica Global Brasil-China e proporcionar diretrizes abrangentes para o desenvolvimento das relações bilaterais, abrangendo diversas áreas de cooperação. O plano reflete o esforço conjunto para consolidar e expandir a colaboração em áreas de interesse mútuo, promovendo o desenvolvimento econômico e o intercâmbio cultural entre os dois países.

Em maio de 2015, o ex-primeiro-ministro da China, Li Keqiang, solicitou que os Estados Unidos abordassem e controlassem as disputas com a China de uma maneira construtiva, para promover a confiança mútua e a cooperação regional. A rivalidade entre os Estados Unidos e a China é um aspecto significativo das Relações Internacionais, com ambos os países a competir pelo domínio global. Na América Latina, a China ultrapassou os EUA como maior parceiro comercial do Brasil e da Argentina. O Brasil enfrenta um dilema estratégico para equilibrar as suas relações com ambas as potências, uma vez que depende mais da China comercialmente, mas ainda tem maiores laços econômicos com os EUA. O futuro das relações do Brasil com os EUA e a China será moldado pela evolução da dinâmica econômica e política.

A política externa do Brasil está a ser remodelada pela ascensão econômica da China, levando a uma mudança nas relações com os EUA. Embora existam laços históricos com os EUA, a influência econômica da China está a redefinir a política externa do Brasil. As barreiras comerciais dos EUA e a falta de apoio nas organizações internacionais prejudicaram as relações. Uma abordagem equilibrada entre os EUA e a China é considerada essencial para os interesses do Brasil, com foco na diplomacia diversificada e no aprofundamento das relações bilaterais para além do comércio.

No mesmo ano, a Iniciativa Cinturão e Rota da China estava ganhando impulso, com diversos acordos e realizações entre a China e os países eurasiáticos. Essa iniciativa propõe o desenvolvimento de uma rede multimilionária de projetos de infraestrutura na Ásia, África, Europa e América. O investimento direto chinês nesses países atingiu US\$ 14,8 bilhões em 2015, com um aumento anual de 18,2%, e o valor total de contratos aumentou para US\$ 92,6 bilhões no ano passado. A China continuará promovendo projetos ao longo de corredores econômicos, como o corredor China-Mongólia-Rússia e o corredor Bangladesh-China-Índia-Mianmar, visando facilitar a logística internacional. A Iniciativa Cinturão e Rota, proposta em 2013, tem como objetivo promover a interconectividade e cooperação entre os países, principalmente na região euroasiática, por meio do Cinturão Econômico da Rota de Seda e da Rota da Seda Marítima do Século 21.

Durante um encontro do COSBAN (Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação), o ex-vice-primeiro-ministro chinês, Wang Yang, apontou que a principal tarefa da reunião do COSBAN era impulsionar a cooperação pragmática entre os dois países. Ambos os países concordaram em estabelecer um

fundo comum de US\$ 20 bilhões para reforçar projetos cooperativos que aumentem a capacidade produtiva na China e no Brasil.

Especialistas discutiram o plano de trabalho para a construção de uma linha ferroviária transcontinental que atravessará o Brasil e o Peru, conectando as costas atlântica e pacífica da América do Sul. A ferrovia ligará o porto de Açu, no Rio de Janeiro, a Porto Velho, na Amazônia, e, eventualmente, ao Pacífico, oferecendo uma alternativa ao Atlântico e ao Canal do Panamá para exportação de matérias-primas.

O objetivo é estabelecer alternativas econômicas para o transporte de cargas de longa distância, favorecer a multimodalidade, interligar a malha ferroviária brasileira, propor uma nova logística para escoamento da produção agrícola e de mineração para os portos do Norte e Nordeste, e incentivar investimentos que aumentem a produção e modernizem processos produtivos. Os benefícios incluem proporcionar alternativas para direcionamento de cargas aos portos do Norte e Nordeste, reduzindo o percurso e o custo do transporte marítimo de grãos e minérios; aumentar a produção agroindustrial da região devido a melhores condições de acesso aos mercados nacional e internacional; e estimular a exploração de reservas minerais ainda pouco exploradas.

A previsão de conclusão da Ferrovia Transcontinental não é clara, pois a construção de grandes infraestruturas como essa envolve uma série de etapas complexas e muitos fatores que podem influenciar o cronograma. Especialistas apontam que a construção enfrentará desafios de engenharia, ambientais e políticos. O projeto, estimado em até US\$ 10 bilhões, poderia suprir as necessidades dos países envolvidos, mas há preocupações, especialmente na Amazônia, grupos indígenas e defensores do meio ambiente alertam para possíveis problemas, além da relação conturbada entre Peru e Bolívia, cujo ex-presidente, Evo Morales, protestou ao saber que a estrada de ferro passaria por fora do território boliviano. O sucesso do projeto dependerá de um planejamento cuidadoso e de superar os desafios políticos e econômicos. Se bem-sucedido, pode fortalecer a relação entre China e América Latina, beneficiando ambos os lados.

Em 2019, durante o governo de Jair Bolsonaro, o ministro da Economia brasileiro do período, Paulo Guedes, afirmou que o governo do presidente “quer fazer comércio com todo o mundo”, descartando dar prioridade aos Estados Unidos em detrimento da China. Desde antes de assumir o poder, o governo Bolsonaro mostrou sua intenção de estreitar as relações e o comércio com os Estados Unidos. Segundo Guedes, o objetivo do Brasil agora era aumentar exportações de aço e autopeças para os EUA. Desde 2018, as vendas de aço aos americanos estão sujeitas a uma cota, e as autopeças, cuja exportação rende ao país US\$ 1 bilhão por ano, podem ser alvo de tarifas em breve.

Ainda no precedido momento, o volume de investimentos chineses no Brasil ultrapassou os US\$ 70 bilhões. Em 2018, a troca comercial bilateral superou os US\$

100 bilhões. Entre 2006 e 2016, a corrente de comércio triplicou, de 16 bilhões de dólares para mais de 58 bilhões de dólares. No primeiro semestre de 2017, a China foi o principal destino das exportações brasileiras e correspondeu a quase um quarto do valor exportado pelo Brasil. Além disso, empresas chinesas têm feito investimentos expressivos no país, em setores como infraestrutura, energia, mineração, eletrônicos, telecomunicações, automóveis, máquinas de construção.

Entre 2013 e 2020, as relações sino-brasileiras foram caracterizadas por um aumento significativo na cooperação bilateral e multilateral, especialmente no contexto do BRICS. Durante esse período, ambos os países trabalharam para fortalecer a comunicação, promover o comércio e investimento mútuos, e coordenar estratégias em questões internacionais. A aquisição do BIC pelo Banco de Construção da China exemplifica o crescente interesse econômico e financeiro da China no Brasil, enquanto as cúpulas e encontros de alto nível sublinham a importância da colaboração estratégica contínua. Essas iniciativas demonstram a resiliência e a profundidade das relações sino-brasileiras, que continuam a evoluir em resposta às dinâmicas políticas e econômicas globais.

4. IMPACTOS ECONÔMICOS DA PANDEMIA: BRASIL E CHINA

A pandemia de COVID-19, que surgiu no fim de 2019, trouxe consigo não apenas uma crise de saúde global, mas também um forte impacto econômico. À medida que governos em todo o mundo implementavam medidas para conter a propagação do vírus, como lockdowns e restrições de viagem, a economia global enfrentou um choque significativo. Empresas fecharam suas portas, cadeias de suprimentos foram interrompidas, e diversas pessoas perderam seus empregos. Neste contexto, cabe analisar como a pandemia influenciou vários setores econômicos e as perspectivas para o futuro da economia global.

A pandemia de COVID-19 e as sequenciais políticas de saúde pública geraram dois choques para o Brasil. Primeiramente, um choque externo, envolvendo a demanda e os preços internacionais, e em segundo lugar, um choque interno, onde tanto a demanda quanto a oferta foram impactadas pelas decisões dos consumidores de evitar interações físicas e pelas restrições impostas às atividades econômicas para conter o contágio.

Além disso, como um exportador de petróleo, o Brasil também foi fortemente afetado pela queda nos preços dessa *commoditie*. Devido à diminuição da demanda, os preços do petróleo caíram pela metade, e alguns contratos chegaram a valores negativos em abril de 2020. Esses três fatores resultaram em uma das maiores recessões já registradas na história do Brasil.

Em 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil diminuiu 3,3% em volume. Dos 27 estados existentes no Brasil, 24 deles tiveram seu PIB em decadência, os únicos

estados a manterem ou aumentarem seus PIBs foram: Mato Grosso, que manteve uma estabilidade, e variações positivas em Mato Grosso do Sul (0,2%) e Roraima (0,1%). O estado com maior queda em volume foi o Rio Grande do Sul (-7,2%), o motivo vem da agricultura, que foi impactada pela estiagem no mesmo ano, e pelas indústrias de transformação, devido ao segmento de preparação de couros.

Por outro lado, a China conseguiu manter um crescimento econômico positivo durante 2020, registrando um superávit de 2,2% no PIB. Esse desempenho foi impulsionado por medidas estratégicas e pela rápida resposta do governo chinês à pandemia, além do país ter sido o local de origem do surto inicial da COVID-19.

Além disso, a China aumentou significativamente seus investimentos em infraestrutura e tecnologia, o que ajudou a sustentar a economia durante os períodos mais difíceis da pandemia. O país também se beneficiou de sua posição como um importante centro de manufatura global, com a demanda por produtos médicos e eletrônicos em alta devido à pandemia, mantendo assim suas exportações em níveis elevados.

Enquanto o Brasil enfrentava seus choques, que levaram à sua recessão, a China conseguiu não apenas evitar uma redução econômica, mas também solidificar sua posição no comércio global. Isso incluiu o fortalecimento das exportações de bens essenciais e uma recuperação econômica rápida em 2020, demonstrando a resiliência da economia chinesa em meio à crise global.

Além disso, é possível citar que a interdependência econômica sino-brasileira teve um aumento durante o período pandêmico, levando à necessidade de observar as trocas comerciais entre os países durante esse período. O Brasil é conhecido por ser um fornecedor global de bens primários, principalmente de *commodities*, desde os anos 2000. Isso melhorou os indicadores econômicos, mas também levou a uma grande diferença entre os produtos importados e exportados na economia, com uma dependência maior de produtos de baixo valor agregado e pouca tecnologia.

A forte influência que a China possui sobre a economia brasileira foi intensificada na pandemia, destacando essa dependência do Brasil em relação ao comércio com o país. A ascensão econômica chinesa teve um impacto significativo no Brasil, pois tornou a China o principal parceiro comercial do país, aumentando a demanda por *commodities* brasileiras e pressionando a indústria manufatureira nacional.

A pandemia, que surgiu no fim de 2019, causou uma recessão econômica global. No Brasil, as exportações cresceram nos primeiros seis meses de 2020, impulsionadas pelo setor agropecuário e pelas vendas para a China. Entretanto, a dependência de importações da indústria de transformação aumentou, evidenciando a fragilidade da indústria nacional.

Ainda em 2019, os três principais produtos exportados eram soja, óleos brutos de petróleo e minério de ferro, todos bens básicos, refletindo uma especialização regressiva nas exportações. A participação chinesa nas exportações brasileiras

aumentou drasticamente, com a China adquirindo a maior parte de *commodities* exportados pelo Brasil. A pauta exportadora se tornou menos diversificada e mais concentrada em produtos de baixo valor agregado.

Em 2020, as exportações de *commodities* representavam 66% do total exportado, o maior patamar desde 1988. As exportações de *commodities* aumentaram 0,5% em relação a 2019, enquanto as exportações de outros produtos caíram 18,5%. A China continuou a ser o principal destino das exportações brasileiras, absorvendo um terço do total exportado pelo Brasil durante a pandemia do COVID-19.

A falta de especialização da economia brasileira, evidenciada pelo aumento das exportações de bens primários e pela importação de bens manufaturados, mostra o Brasil à mercê da demanda chinesa para manter seus superávits na balança comercial.

Entre 2000 e 2020, as exportações brasileiras aumentaram significativamente e a economia brasileira conseguiu manter um crescimento constante nas vendas externas, atingindo recordes ao longo do período. As importações também cresceram, embora em menor proporção que as exportações, mesmo durante a pandemia, o saldo comercial brasileiro alcançou US\$ 50,3 bilhões, o segundo maior do período, principalmente devido ao êxito das exportações para a China.

Ainda entre os mesmos anos, as exportações para a China aumentaram exponencialmente, superando o crescimento das exportações totais brasileiras. As importações da China também cresceram, embora em menor ritmo. Durante a pandemia, a China desempenhou um papel crucial ao absorver uma parte das exportações brasileiras, especialmente de *commodities*, amenizando a queda nas vendas externas globais. Em 2020, as exportações para a China aumentaram 7% em relação a 2019, destacando a importância da China para a balança comercial brasileira.

Em um âmbito próximo do pós pandemia, é possível notar a volta de um aumento no comércio brasileiro. Este cresceu 35,8% em 2022, comparado a 2021. O saldo comercial cresceu 21,1% comparado com 2020 e ficou acima do recorde de US\$ 56 bilhões de 2017. Na questão das exportações, o crescimento foi de 34% em relação a 2021.

No quesito econômico da China, os três anos de pandemia levaram a uma desaceleração no país como não se via há anos. Segundo projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), a recuperação econômica chinesa deveria acontecer no ano passado (2023), com a volta de viagens e o aumento do consumo. E seguindo de acordo com as previsões, registrou um aumento de 5,2% em 2023, cerca de 126 milhões de yuans e, por mais que ele tenha sido um dos piores números em décadas, foi um aumento relativo considerando as consequências pandêmicas. Este número foi melhor do que o de 2022, que representou 3% de aumento.

Entretanto, o Brasil, por outro lado, enfrentou desafios para a volta do seu crescimento neste período pós pandêmico. As medidas de isolamento social demonstraram mais fortemente a desigualdade social e a crise econômica brasileira. De acordo

com a Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Produtividade do Ministério da Economia, os setores mais afetados pela pandemia foram: as atividades artísticas, o transporte aéreo e ferroviário, o transporte público, serviços de alojamento e alimentação, entre outros.

Adicionalmente, a pandemia também evidenciou a fragilidade do sistema de saúde pública no Brasil, que precisará de investimentos robustos para melhorar sua capacidade de resposta a futuras crises. O setor educacional enfrenta um desafio colossal para recuperar a defasagem no aprendizado causada pelo ensino remoto. No campo econômico, pequenas e médias empresas, que são a espinha dorsal do emprego no país, enfrentam dificuldades para acessar crédito e se reerguer.

De acordo com um estudo baseado nos dados disponibilizados pelo IBGE, os pesquisadores concluíram que durante a primeira onda da doença, as micro e pequenas empresas perderam entre R\$ 9,1 bilhões e R\$ 24,1 bilhões em estoque de capital, e os setores mais afetados foram os de comércio e serviços. A implementação de reformas estruturais é e foi crucial para garantir um ambiente mais favorável ao crescimento sustentável.

A pandemia de COVID-19 trouxe uma série de desafios econômicos para o Brasil, destacando a desigualdade social e a vulnerabilidade de vários setores da economia. Enquanto a China conseguia manter um crescimento econômico positivo e enfrentar os desafios com relativa resiliência, o Brasil enfrentou dificuldades para se recuperar. Neste cenário pós pandêmico é possível esclarecer que a cooperação sino-brasileira promete continuar sendo uma força impulsionadora para o crescimento e o progresso, criando oportunidades de negócios, fortalecendo laços diplomáticos e contribuindo para a estabilidade econômica global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estabelecimento das relações diplomáticas sino-brasileiras em 1974 marcou o início de uma parceria estratégica que se mostrou vital ao longo dos anos. Desde então, essa relação evoluiu e se fortaleceu, desempenhando um papel significativo no cenário diplomático global e impulsionando o crescimento econômico de ambos os países.

A cooperação entre Brasil e China, especialmente no contexto de organizações internacionais e acordos comerciais, demonstrou ser fundamental para promover o desenvolvimento mútuo e influenciar positivamente a economia global. Ao longo das décadas, essa parceria expandiu-se para diversas áreas, incluindo tecnologia, ciência e investimentos, demonstrando o compromisso mútuo com o avanço conjunto.

Apesar de desafios como conflitos comerciais e desequilíbrios na balança comercial, a relação sino-brasileira se mostrou resiliente e promissora. Ambos os países têm trabalhado em estreita colaboração para enfrentar crises econômicas e fortalecer

sua posição no contexto internacional.

No cenário atual, em que a China emerge como uma potência econômica global, e o Brasil busca consolidar sua posição como uma potência regional, a parceria entre essas duas nações assume uma importância ainda maior. A expectativa é que essa cooperação continue a prosperar, contribuindo para o crescimento econômico e a estabilidade global nas décadas futuras.

Além disso, a pandemia do COVID-19 provocou uma série de desafios econômicos tanto para o Brasil quanto para a China, revelando vulnerabilidades e resiliências distintas em cada país. Enquanto a China conseguiu manter um crescimento econômico positivo e enfrentar os desafios com relativa resiliência, o Brasil enfrentou dificuldades significativas para se recuperar, destacando a desigualdade social e a vulnerabilidade de vários setores da economia.

No entanto, em meio a essas adversidades, a cooperação sino-brasileira emergiu como uma força impulsionadora para o crescimento e o progresso em ambos os países. A interdependência econômica entre China e Brasil se tornou ainda mais evidente durante a pandemia, com a China absorvendo uma parte significativa das exportações brasileiras e contribuindo para amenizar os impactos negativos na balança comercial brasileira.

Neste cenário pós-pandêmico, a cooperação sino-brasileira promete continuar desempenhando um papel crucial no fortalecimento dos laços diplomáticos, na criação de oportunidades de negócios e na contribuição para a estabilidade econômica global. À medida que ambos os países buscam se recuperar e impulsionar o crescimento econômico, a parceria estratégica sino-brasileira oferece um caminho para superar desafios e alcançar progresso sustentável.

Ainda assim, é possível esperar uma melhora na relação entre o Brasil e a China. Espera-se que o governo brasileiro busque diversificar os produtos exportados da China. Buscando, assim, novas parcerias possivelmente em novos setores, e ainda mantendo um apoio aos produtos e produtores nacionais.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE. **Em 2020, primeiro ano da pandemia, PIB recua em 24 das 27 UFs.** Disponível em: <[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35501-em-2020-primeiro-ano-da-pandemia-pib-recua-em-24-das-27-ufs#:~:text=Em%202020%2C%20o%20Produto%20Interno,Roraima%20\(0%2C1%25\)>](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35501-em-2020-primeiro-ano-da-pandemia-pib-recua-em-24-das-27-ufs#:~:text=Em%202020%2C%20o%20Produto%20Interno,Roraima%20(0%2C1%25)>)>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BBC NEWS. **A nova rota da seda que a China quer construir vale o investimento trilionário.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cmj544lg205o#:~:text=O%20%22cintur%C3%A3o%22%20%C3%A9%20>>

uma%20refer%C3%Aancia,a%20%C3%81frica%20e%20a%20Europa>. Acesso em: 21 mai. 2024.

BBCNEWS. **A polêmica ferrovia que a China quer construir na América do Sul.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150518_ferrovia_transoceanica_construcao_lgb>. Acesso em: 21 mai. 2024.

BBC NEWS. **Comércio Brasil-China bate recorde, mas peso de commodities preocupa governo.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/04/110411_china_comercio_jf>. Acesso em: 2 abr. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China - 2015-2021.** Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2015.

COMEXGATE. **Chineses querem investir em ferrovias no Brasil.** Disponível em: <<https://comexgate-ead.com.br/p/chineses=-ferrovias-brasil#:~:text=O%20projeto%20da%20ferrovia%20denominada,de%20toneladas%20no%20ano%20de>>. Acesso em: 2 mai. 2024.

COSTA, G. O. M.. **A evolução do comércio entre Brasil e China: uma análise das relações comerciais bilaterais sino-brasileiras.** Tese (Bacharel em Economia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, UNESP, Araraquara, p. 1-33, 2015.

EL PAÍS. **China tem o menor crescimento econômico em 24 anos em 2014.** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/20/economia/1421727104_207841.html>. Acesso em: 2 mai. 2024.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. **Ampliação:** Presidente chinês Hu Jintao se reúne com Lula. Disponível em: <http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbqx/200808/t20080807_4348894.htm>. Acesso em: 18 mar. 2024.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. **As Relações bilaterais políticas.** Disponível em: <http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbqx/200408/t20040817_4348848.htm>. Acesso em: 18 mar. 2024.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. **As Relações bilaterais econômico-comerciais e cooperações econômico-científicas.** Disponível em: <http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbqx/200408/t20040817_4348849.htm>. Acesso em: 19 mar. 2024.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. **Capital chinês no Brasil: oportunidade e não ameaça.** Disponível em: <http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbqx/201104/t20110413_4348974.htm>. Acesso em: 1 abr. 2024.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. **China e Brasil prometem promover parceria estratégica.** Disponível em: <http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbhx/200608/t20060831_4348850.htm>. Acesso em: 19 mar. 2024.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. **China fortalecerá cooperação com Brasil para combater a crise, diz presidente chinês.** Disponível em: <http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbhx/200904/t20090403_4348908.htm>. Acesso em: 19 mar. 2024.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. **Construção de Cinturão e Rota tem resultados positivos, diz China.** Disponível em: <http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbhx/201606/t20160623_4349025.htm>. Acesso em: 19 mai. 2024.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. **Especial: China e Brasil reforçam sua parceria estratégica.** Disponível em: <http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbhx/200912/t20091229_4348946.htm>. Acesso em: 1 abr. 2024.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. **Premiê chinês pede que EUA abordem disputas de maneira construtiva.** Disponível em: <http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbhx/201505/t20150518_4349013.htm>. Acesso em: 19 mai. 2024.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. **Presidente brasileira se reúne com vice-premiê chinês para impulsionar laços bilaterais.** Disponível em: <http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbhx/201506/t20150629_4349016.htm>. Acesso em: 19 mai. 2024.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. **Relação Brasil-China tem futuro extremamente promissor, diz vice-presidente Mourão.** Disponível em: <http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbhx/201905/t20190531_4349043.htm>. Acesso em: 19 mai. 2024.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. **Visita de Rousseff à China abre novo capítulo na cooperação entre países do sul.** Disponível em: <http://br.china-embassy.gov.cn/por/zbhx/201104/t20110411_4348968.htm>. Acesso em: 2 abr. 2024.

EXAME. **China cresce 7,7% em 2013, segundo números oficiais.** Disponível em: <<https://exame.com/economia/china-cresce-7-7-em-2013-segundo-numeros-oficiais-2/>>. Acesso em 2 abr. 2024.

EXAME. **Economia da China cresce 5,2% em 2023.** Disponível em: <<https://exame.com/economia/economia-da-china-cresce-52-em-2023/>>. Acesso em:

11 jun. 2024.

GOV.BR. **Estudo evidencia o impacto devastador da pandemia para micro e pequenas empresas.** Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13845-estudo-evidencia-o-impacto-devastador-da-pandemia-para-micro-e-pequenas-empresas>>. Acesso em: 11 jun. 2024.

GOV.BR. **História do BRICS.** Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/assuntos/reuniao-do-brics/historia-do-brics>>. Acesso em: 18 mar. 2024.

GOV.BR. **Ministério da Economia divulga lista dos setores mais afetados pela pandemia da Covid-19 no Brasil.** Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/setembro/ministerio-da-economia-divulga-lista-dos-setores-mais-afetados-pela-pandemia-da-covid-19-no-brasil>>. Acesso em: 11 jun. 2024.

INFRA. **Ferrovia Transcontinental.** Disponível em: <<https://www.infrasa.gov.br/ferrovias-da-infra-s-a/ferrovia-de-integracao-centro-oeste/ferrovia-transcontinental/>>. Acesso em: 21 mai. 2024.

IPEA. **O Brasil perante a desaceleração da China.** Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3237&catid=30&Itemid=41>. Acesso em: 3 mai. 2024.

LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L.. **A China na Nova Configuração Global: Impactos Político-Econômicos.** 2. ed. São Paulo: Ed. Brasil, 2021.

LIMA, M. L. C.. **Relações comerciais e políticas entre Brasil e China no século XXI e os efeitos da pandemia do Covid-19.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/33289/1/Rela%C3%A7%C3%B5esComerciaisPol%C3%ADticas.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MEDEIROS, C. A. de. **China:** Desenvolvimento Econômico e Ascensão Internacional. Grupo de Economia Política IE-UFRJ, p. 1-19, 2008.

OLIVEIRA, H. A. de. **Brasil e China:** uma nova aliança não escrita? *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, p. 88-106, 2010.

PELLA, A. F. C.. **Relações comerciais entre Brasil e China a partir dos anos 2000:** uma análise do conteúdo tecnológico. RES, Vitória: v. 21, n. 42, 2019, p. 1-23. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Dialnet-RelacoesComerciaisEntreBrasileChinaAPartirDosAnos2-7055650.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2024.

PORTAL DA INDÚSTRIA. **Os desafios da retomada da economia e do cres-**

cimento pós-pandemia. Disponível em: <<https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/retomada-do-crescimento-pos-pandemia/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SANTOS, D. A. N. dos; OLIVEIRA, M. C.. **Relação econômica entre Brasil e China no período de 2008 a 2013.** *GT 3 – Macroeconomia e Conjuntura Econômica*, Ilhéus - BA, p. 1-20, 2014.

SOIHET, E.. **As relações econômicas entre o Brasil e a China nos anos 2000.** SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Florianópolis: 28., 2015, p. 1-10. Disponível em: <https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427069153_ARQUIVO_anpuhelenas.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2024.

VILLELA, E. V. M.. **As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês.** *Grupo de Estudos da Ásia-Pacífico GEAP-PUC/SP*, p. 1-33.

WORLD BANK GROUP. **Covid-19 no Brasil:** impactos e respostas de políticas públicas. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/covid-19-in-brazil-impacts-policy-responses>>. Acesso em: 9 jun. 2024.

Capítulo 3

AS RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS ÍTALO-TURCAS PÓS-RECESSÃO ITALIANA DE 2012

Beatriz Marques Guidini

Resumo

As cidades italianas de Gênova e Veneza, no período do Império Turco Otomano, deram início à importante e duradoura relação econômica com a Turquia. Até o final dos anos de 2000, não havia grandes divergências nessa parceria, no entanto, com a crise imobiliária de 2008 nos Estados Unidos e a expansão da situação a uma instabilidade global, afetando a Zona do Euro no mesmo período. Com isso, a Itália, que ainda sofria com a crise, mesmo anos mais tarde, não conseguiu se reerguer a tempo e as autoridades necessitaram aceitar e comunicar a população que o país se encontrava frente a um grave colapso, a recessão italiana de 2012 havia começado. Tais oscilações com a economia do país europeu afetou sua relação com a Turquia, visto que a Itália possuía investimentos no país euro-asiático, em diversos setores como o turismo e a indústria. Da mesma forma, as empresas turcas investiram na energia renovável e construção civil na Itália.

Palavras-chave

Economia. Itália. Turquia. Zona do Euro. Recessão.

Abstract

During the period of the Ottoman Turkish Empire, the Italian cities of Genoa and Venice began a significant and enduring economic relationship with Turkey. Until the late 2000s, there were no major divergences in this partnership. However, with the 2008 real estate crisis in the United States and its subsequent global impact, affecting the Eurozone during the same period, Italy, still grappling with the crisis in later years, failed to recover in time. Authorities had to acknowledge and inform the population that the country was facing a serious collapse: the Italian recession of 2012 had begun. These economic fluctuations in the European country affected its relationship with Turkey, as Italy had investments in the Eurasian country across

various sectors such as tourism and industry. Similarly, Turkish companies invested in renewable energy and construction in Italy.

Keywords

Economy. Italy. Turkey. Eurozone. Recession.

1. INTRODUÇÃO

A crise financeira que eclodiu nos Estados Unidos em 2008 teve repercussões globais significativas, especialmente na Europa, onde se manifestou de maneira aguda na forma da crise da Zona do Euro. Originada da bolha imobiliária nos EUA e do subsequente colapso do mercado de hipotecas subprime, essa crise rapidamente se disseminou pelos mercados financeiros internacionais, desencadeando uma sequência de eventos que desafiou a estabilidade econômica da região euro. Este artigo busca explorar não apenas os eventos que precipitaram a crise nos Estados Unidos, mas também como suas ramificações afetaram distintamente os países da Zona do Euro, destacando as respostas políticas e econômicas adotadas para mitigar seus impactos devastadores.

No final da década de 1990 e início dos anos 2000, o mercado imobiliário dos Estados Unidos testemunhou uma expansão extraordinária, impulsionada por baixas taxas de juros e uma política de crédito cada vez mais acessível. Instituições financeiras, incentivadas pelo alto retorno potencial, começaram a oferecer hipotecas a clientes subprime, ou seja, tomadores de empréstimos considerados de alto risco devido à sua capacidade limitada de pagamento. Esse fenômeno não apenas alimentou a especulação imobiliária como também aumentou exponencialmente o volume de ativos financeiros complexos e interligados globalmente.

O ápice da crise ocorreu em setembro de 2008 com a falência do Lehman Brothers, um dos maiores bancos de investimento dos EUA, desencadeando uma reação em cadeia que afetou severamente os mercados financeiros globais. A Europa, apesar de estar fisicamente distante do epicentro da crise, não permaneceu imune aos seus efeitos. A crise da Zona do Euro se manifestou com particular intensidade nos países do sul da Europa, conhecidos como PIIGS (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha), que enfrentaram dificuldades crescentes devido à dependência de setores não industriais e ao aumento das dívidas públicas.

Diante desses desafios, os bancos centrais e os governos da Zona do Euro foram obrigados a adotar medidas extraordinárias para estabilizar o sistema financeiro e evitar uma crise mais profunda. A resposta coordenada incluiu reduções das taxas de juros, injeções maciças de liquidez nos mercados e intervenções diretas para resgatar instituições financeiras em risco de falência. No entanto, essas medidas não foram

suficientes para conter completamente os efeitos adversos da crise, resultando em anos de ajustes econômicos dolorosos e políticas de austeridade em muitos países da região.

Este estudo analisa os impactos variados da crise financeira de 2008 na Zona do Euro, explorando como diferentes economias enfrentaram e responderam aos desafios impostos pela recessão global. Ao examinar as políticas implementadas, os resultados econômicos e as implicações políticas, busca-se oferecer uma compreensão abrangente das lições aprendidas e das questões estruturais que ainda afetam a estabilidade econômica na Europa.

2. CRISE NORTE-AMERICANA E SEUS REFLEXOS NA EUROPA: A CRISE DA ZONA DO EURO

Entre o final da década de 1990 e o início do ano de 2000, o mercado imobiliário norte-americano se encontrava ampliado e, com baixas taxas de juros, os bancos ofereciam financiamentos para o setor de construção civil e para tomadores de empréstimos considerados de risco, ou seja, os clientes subprime. O termo subprime se refere a empréstimos de alto risco e alta chance de “default”, o não pagamento do valor do financiamento. Tal prática passou a ser implementada quando as instituições de crédito passaram a notar a alta demanda de financiamento e aumentaram a “produção” e ofereceram hipotecas com o risco de subprime.

De acordo com The Economist, de 1997 até 2006 houve um incremento de cerca de 124% nos preços de aquisições imobiliárias no mercado norte-americano. Tal situação provocou a exacerbação da especulação imobiliária, através da compra de imóveis por tomadores de crédito de risco, e com corretores imobiliários e bancos intermediando tais aquisições e, conseqüentemente, auferindo lucros extraordinários. Tanto é que, segundo a Associação Nacional de Agentes Imobiliários, no ano de 2005, por volta de 40% das residências compradas possuíam o intuito de especulação imobiliária-financeira.

Como consequência aos altos volumes de financiamento oferecidos, os grandes bancos norte-americanos ofereceram linhas de financiamento em grande escala para tomadores individuais sem condições de arcar com os custos financeiros desses empréstimos. Nesse sentido, o crescente não recebimento das hipotecas levou a uma falta de liquidez na carteira dos bancos e o preço dos imóveis passou a despencar *pari passu* a baixa liquidez dos bancos quando não houve o pagamento das hipotecas.

O ápice da crise ocorreu no dia 15 de setembro de 2008, quando houve a falência do Lehman Brothers Bank, um dos maiores bancos de investimento dos Estados Unidos. Para compreendermos a extensão da crise e seus reflexos mundiais, especialmente sobre a Zona do Euro, é necessário voltar para 2007, quando diversos bancos decretaram falência.

No primeiro quadrimestre, a empresa de hipotecas Ownit Mortgage Solutions Iwc. pediu falência por estar devendo 93 milhões de dólares para o banco Merrill Lynch, de acordo com The Reporter. A partir de então, estabeleceu-se um grave aprofundamento da crise de liquidez no sistema bancário norte-americano, pois as perdas do Merrill Lynch poderiam contaminar todo o sistema bancário. A Mortgage Lenders Network Ind. também pediu falência em 2007. O banco HSBC, com perda de 11 bilhões de dólares, declarou falência junto à empresa New Century e Countrywide Financial no período entre 2007 e 2008.

Apesar do presidente do FED, Federal Reserve - Banco Central dos Estados Unidos, Ben Bernanke, ir à imprensa para afirmar que a crise não afetaria a economia do país e impedir que os investidores se afugassem, o pânico já havia sido instaurado na sociedade. Apenas nos Estados Unidos, o valor perdido com a crise do subprime era de 150 milhões de dólares, somente até aquele momento, em 2007.

Em agosto, a American Homes, uma das grandes empresas de hipoteca declarou falência também. Nesse momento, os bancos centrais de diversos países se reuniram para que pudessem aumentar a liquidez dos mercados mundiais, por meio da “injeção de liquidez”. O FED ficou responsável por injetar 43 bilhões de dólares, o Banco Central Europeu, 95 bilhões de dólares, o Banco do Japão, 8,4 bilhões de dólares.

Além da injeção de liquidez, o FED reduziu a taxa de juros de 6,25% para 5,75%, com o objetivo de sanear a liquidez no sistema e mesmo aumentar a solvência bancária. Em outubro, apoiados pelo governo, os bancos americanos criaram um fundo de US\$100 bilhões para emprestar às instituições financeiras que foram afetadas pela crise do subprime. O FED baixou novamente as taxas dessa vez para 4,5%. Em novembro, o FED adicionou 41 bilhões de dólares em empréstimos bancários a taxas de juros ainda mais baixas.

Foi então que, voltando para 2008, o índice Dow Jones da S&P 500, que reúne as 500 maiores empresas listadas na bolsa norte-americana, permanecia apresentando números negativos. Adicionalmente, o BCE e o FED anunciaram novas injeções de liquidez nos mercados e o Banco Central do Japão e o Banco Central da China decidiram reduzir as taxas de juros. Os investidores dos países árabes, Qatar e Emirados Árabes Unidos, injetaram 5,8 bilhões de libras no mercado bancário norte-americano, no mesmo ano.

Em maio de 2008, as autoridades da Zona do Euro estavam comemorando os 10 anos de implantação da nova moeda e a Comissão Européia descrevia a união monetária como “ (...) sucesso (...) o Euro se tornou claramente a segunda moeda mais importante do mundo (...). Karl Otto Pohl, ex-presidente do Bundesbank e Lorenzo Bini Smaghi, membro do BCE, cogitaram o que poderia acontecer caso um país desejasse abandonar a moeda única e retornar à antiga moeda nacional.

A partir de meados daquele ano, as autoridades da Zona do Euro foram forçadas a admitir que havia um contágio da crise norte-americana sobre a economia da Zona

do Euro. Consequentemente, o BCE diminuiu as taxas de juro e aumentou a liquidez no sistema bancário europeu. Por um lado, o governo irlandês foi obrigado a garantir 100% de todos os depósitos feitos nos bancos, para evitar que a população retirasse o dinheiro de suas contas bancárias, e, por outro lado, os bancos centrais dos Estados Unidos, Zona do Euro, Grã-Bretanha, China, Canadá, Suécia e Suíça, de forma coordenada, diminuíram suas taxas de juros.

Em 14 de novembro de 2008, as autoridades monetárias europeias admitiram que a economia da Zona do Euro estava em recessão. Em um primeiro momento, a pressão se instaurou nos países chamados PIIGS (sigla em inglês para Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha), que, com exceção da Itália, que é um país mais industrializado, tinham forte dependência do turismo e outras atividades não industriais.

As atividades que socorreram o sistema bancário não se mostraram plenamente suficientes e as dívidas a longo prazo se fortaleciam. Ainda em crise, os Fundos Soberanos voltaram a chamar a atenção dos países que compunham o G07 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido), diante do fato que as negociações com o FMI se iniciaram em 2008. A mídia europeia apontava Portugal, Irlanda e Grécia como os responsáveis pela crise, visto que, supostamente, seriam esses países os que possuíam gastos públicos exacerbados. Entretanto, os três países juntos somavam 6,5% da área total e o PIB, 6% da Zona do Euro. Os últimos anos da década de 2000 mostravam a acentuada piora da situação dos bancos europeus. Em 2010, as negociações internacionais tentaram, sem atingir o sucesso, regulamentar as dívidas bancárias, em nível de G20, realizando dois encontros, um em Londres e outro em Pittsburgh.

No G10, o grupo de Governadores e chefes de Supervisão lançaram um projeto conhecido como “Acordo de Basileia III”. Tal estabeleceu algumas regras, entre elas que os bancos seriam responsáveis por triplicar para 7% o nível do capital de reserva, para que, enfim, pudessem enfrentar a crise.

Durante o mesmo ano, ocorreram quatro grandes etapas, o rebaixamento das notas de determinados países, por parte das agências de risco; as autoridades se comprometeram a realizar cortes para que as contas obtivessem melhores resultados; manifestações populares contra os cortes de verbas e novos empréstimos por parte do BCE ou FMI para que se tornasse viável o crescimento da liquidez.

Resumidamente, entre os cortes de verbas estavam inclusos o aumento de impostos e idade para se aposentar, estabilização ou diminuição dos salários, programas de demissão voluntária, privatização de setores da saúde e fechamento de escolas. Recebendo ajuda financeira do BCE e FMI, os países com dívidas se tornaram responsáveis por socorrer os bancos privados que estavam para declarar falência. No final de 2010, as autoridades estavam otimistas, visto que “Aparentemente o Euro está salvo; ao final do ano, a moeda está de novo apreciada frente ao dólar e o yen que o poder de competitividade europeu nos mercados aumentou.”

3. A RECESSÃO ITALIANA

A Itália, entretanto, enfrentou outra grande recessão, em 2012. Durante o ano de 2011, a Itália se mostrava um país economicamente instável dentro da Zona do Euro. Mesmo com todo o suporte financeiro oferecido pelos demais países membros, não foi possível conter a crise fiscal que assolou o país no período seguinte.

A Standard & Poor's Global Rating (S&P), da empresa McGraw-Hill, responsável por fornecer dados estatísticos sobre as bolsas de valores e títulos, rebaixou a Itália, anteriormente classificada como A+/A-1+, para A/A-1. Além disso, S&P afirmou que a possibilidade de haver um crescimento econômico no país europeu era extremamente baixa.

Assim como S&P, as outras duas melhores empresas de classificação, a Moody's e a Fitch seguiram seu exemplo em relação aos dados financeiros italianos. Em 5 de outubro de 2011, Moody's rebaixou os títulos italianos em três níveis, passando, então, para A2, pela primeira vez desde 1993.

A Fitch, em 7 de outubro do mesmo ano, também abaixou as classificações de curto e longo prazo para A+. Ambos foram responsáveis por reduzir as notas dadas. Ocorreu, concomitantemente, à queda das maiores instituições financeiras italianas, visto que eram as detentoras dos títulos do governo. Isso ocasionou a elevação da taxa de juros para financiamentos.

A principal causa do rebaixamento realizado por parte da S&P foi a reforma financeira proposta pelo ex-primeiro-ministro Silvio Berlusconi. Alguns dos demais fatores foram: enfraquecimento de um possível crescimento, obstáculos políticos e alta dívida por parte do governo. Relutante em resolver as fraquezas enfrentadas pelo país, Silvio Berlusconi, contribuía para aumentar o enfraquecimento a longo prazo da economia italiana, visto que tal motivo era o responsável pela crise.

4. CRISE FISCAL

Além da fraqueza financeira presente no país, como mencionadas anteriormente, ocorreu sucessivamente o aumento das dívidas por parte do governo. Tal situação levou a se tornar inviável a posição fiscal da Itália, desde 1990. Em 2012, a dívida pública se encontrava em tal nível que poderia ser considerada a maior desde a Primeira Guerra Mundial. Ultrapassando 100% da dívida do PIB, 1992, não sendo possível diminuí-la desde então. A abertura do Leste europeu para um novo mercado de trabalho a baixo custo deixou os países do sul, que futuramente seriam considerados os países da Zona do Euro, sob uma "pressão de custos", segundo Georg Erber, em *Italy's Fiscal Crisis - Intereconomics*.

No passado, a Itália e outros países localizados no Mediterrâneo, foram considerados um ótimo destino de baixo custo para investimento de empresas europeias. No

entanto, após a unificação da Alemanha e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a situação mudou. A União Europeia se expandiu ao leste e os problemas cresceram para a Itália. Os destinos com menor custo passaram a ser a Bulgária e a Romênia, na Europa.

Para se manter como um país de baixo custo e permanecer sendo um atrativo para os demais, seria necessário um reajuste econômico, que acabou por não acontecer. Ao invés disso, ficou enraizada a crença de que, caso não houvesse essa mudança, melhores oportunidades viriam para o crescimento sem a necessidade de reduzir o rendimento da Itália. No Tratado de Maastricht foi estabelecido o limite de no máximo 60% da dívida, entretanto, não foi implementado da maneira correta, visto que se ocorresse da forma planejada, a Itália não conseguiria ser aceita na Zona do Euro.

Hans Tietmeyer, antigo presidente do Bundesbank alemão, declarou tais fatos sobre a realidade financeira italiana, Helmut Kohl e Theo Waigel, chanceler e ministro das finanças, respectivamente, não a aceitaram. Com isso, Waigel forçou a necessidade de realizar o Pacto de Estabilidade e Crescimento para que pudessem ser evitados possíveis caídas fiscais de algum Estado da Zona do Euro e a necessidade de serem resgatados por outro país membro. Como citado anteriormente, não foi seriamente aceito pela grande parte dos políticos europeus. A Itália, por exemplo, nunca esteve dentro dos parâmetros de débitos estabelecidos pelo tratado, desde o momento que entrou na Zona do Euro, no ano de 1997. O país só conseguiu reduzir suas dívidas com um refinanciamento a taxas de juros menores.

5. REFLEXOS DA CRISE NA TURQUIA

A Turquia é considerada um país intercontinental, ou seja, presente em dois continentes. Sendo uma ponte da Ásia para a Europa e vice-versa. Quando analisado o mapa de longe, é possível notar que a Turquia está localizada no meio entre a Europa, Norte da África e Sudoeste da Ásia. Cada vez mais, relações importantes estão sendo realizadas com a Turquia por sua localização geográfica. A região conta com dois estreitos, sendo o Estreito de Bósforo e o Estreito de Dardanelos. São considerados caminhos para a entrada de comércio na via marítima. Além do mais, o país faz fronteira com oito países: Geórgia e Armênia ao nordeste, Azerbaijão e Irã ao leste, Iraque e Síria ao sudeste, Grécia e Bulgária a noroeste. Ao norte, está o Mar Negro e, ao oeste, Mar Mediterrâneo e o Mar Egeu.

Desde a fundação da Turquia, em 29 de outubro de 1923, implementou-se medidas que tinham como objetivo central aumentar o desenvolvimento econômico no país. Ocorreu, concomitantemente, a mudança da predominância no sistema de agricultura para o setor industrial e de serviços. Entre o período da fundação até a década de 1950, o Estado era o principal responsável pela economia do país

Com a Segunda Guerra Mundial, o governo utilizou seu capital, em grande

quantidade, para a construção de ferrovias, portos e meios de facilitar o envio de produtos. Alguns outros investimentos foram realizados, entre eles os de manufatura. No entanto, as atividades comerciais da Turquia foram afetadas, por causa da barreira tarifária, dessa forma, estavam economicamente sozinhos e isolados.

Entre os anos de 1950 e 1980, o cenário presente no país era o de industrialização. Enquanto as décadas anteriores não possuíam comércio com outros países, agora haviam aberto a economia. Tal ação ocorreu diante a transição para um “multi-party” (sistema multipartidário) e a adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte. Entretanto, é importante ressaltar que a Turquia era um país subdesenvolvido e não possuía capital suficiente. O país passou, então, a exportar agricultura e maquinário, além de transportar os produtos.

Esses foram alguns dos fatores responsáveis pelo avanço econômico e industrial do país. Da mesma forma, havia uma alta inflação, o desemprego estava em alta taxa e déficit no comércio internacional durante o final do terceiro período da história após a fundação. Desde 1980, a Turquia abriu sua economia, comércio de bens, serviços e o mercado financeiro de ações. O investimento estrangeiro crescia e a dependência de um mercado estatal diminuiu consideravelmente. No entanto, novamente as altas taxas de inflação influenciaram negativamente a economia em 1990. Tal ação resultou em um PIB *per capita* inferior ao dos demais países.

No início da década de 2000, a inflação pode ser resolvida, momentaneamente, pelo Fundo Monetário Internacional. Em 2008, ocorreu a crise no mercado imobiliário Norte-americano, como citado anteriormente, responsável por afetar o mundo inteiro. A Turquia resistiu bravamente à crise quando comparada a outros países, mesmo tendo sido afetada pela mesma. A economia mundial recebeu uma ajuda entre 0,7% a 1,2% por seis anos. Quando analisados os dados oferecidos pelo Banco Mundial, de 2018, o PIB da Turquia era de 770 bilhões de dólares, um número que corresponde a menos de 1% da economia mundial, é possível notar que a economia parou de crescer desde então. No entanto, é notório que houve um crescimento nos anos de 2010 e de 2011.

6. APROXIMAÇÃO POLÍTICA ECONÔMICA ENTRE A ITÁLIA E A TURQUIA APÓS CRISE ITALIANA

A Itália e a Turquia mantêm relações econômicas de longa data. Desde o período do Império Turco Otomano, as comercializações entre as cidades italianas de Gênova e Veneza com a Turquia começaram. Do mesmo modo, por volta de 1381, a conexão se fortaleceu e, em 1856, as relações diplomáticas se iniciaram. A Itália se tornou um país favorável à entrada do país euro-asiático na União Européia, visto que, além de ser um dos fundadores da união, foi partidária da ideia de que a Turquia poderia trazer grandes benefícios para a UE. No entanto, até os dias atuais, a entrada

do país à União Europeia, como Estado-Membro, ainda é indefinida, já que houve a acusação de violação dos direitos humanos por parte do país interessado.

Nos últimos dez anos, o comércio entre ambos os países aumentou, levando em consideração a boa relação entre os governos de Estado. Em 2024, Itália é considerada o quarto país que mais comercializa com a Turquia, estando atrás somente da Alemanha, Estados Unidos e Reino Unido, de acordo com o World Integrated Trade Solutions. Entre as relações bilaterais temos o fórum turco-italiano. Nos dez anos passados, as estatísticas informaram que o comércio entre os países era de 20 bilhões de dólares e, é previsto ainda para essa década, o aumento significativo desse número. O setor da infraestrutura é apenas um dos diversos que possui relações entre a Itália e a Turquia, e possui tamanha importância quanto o setor da alimentação.

A empresa italiana de catering, a Autogrill SpA, através da HMSHost International, assinou um contrato de 10 anos com a ICTur1, para o gerenciamento de 8 lojas no Aeroporto de Antalya, no valor de 110 milhões de euros durante o período do contrato, finalizando em 2025. A até então forte parceria econômica entre Itália e Turquia enfrentou um momento de instabilidade durante o ano de 2020, no meio da pandemia da Covid-19. Retornando para o ano de 2019, a Itália se encontrava como a décima oitava economia do mundo e a terceira maior quando se trata da União Europeia, estando atrás somente da Alemanha e França, respectivamente.

No ano anterior, o país era o nono maior exportador do mundo, com base nas informações oferecidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), alcançando 547 bilhões de dólares. No entanto, ainda naquele ano, a Itália importava produtos avaliados em 501 bilhões de dólares, o que a tornou décimo primeiro maior importador no quesito global. Comparando, então, com a Turquia, no mesmo período, ocupava a décima nona posição como maior economia global.

Alguns dos produtos que a Turquia exportava para a Itália, no ano de 2019, eram veículos, ferro, alumínio, tecido, frutas e vegetais. Esses itens correspondiam a 54% do total que a Itália importava da Turquia. Em contrapartida, a Itália exportava para a Turquia maquinário industrial, veículos e máquinas de energia, que correspondia a 31% do total que a Turquia importava da Itália naquele mesmo período. De acordo com o Fundo Monetário Internacional, o FMI, a Itália ficou caracterizada como um dos principais destinos para as mercadorias turcas, com exceção dos anos de 2012, quando caiu para sétima posição, e 2017, caindo para sexta posição. Em 2019, um dos países que mais exportavam para a Turquia era a Itália, estando atrás somente da Alemanha, Reino Unido e Iraque.

Analisando a perspectiva italiana, o país euro-asiático não foi um dos maiores parceiros entre os anos de 2010 e 2020. Em 2019, a Turquia foi ranqueada como o décimo segundo país a fazer as maiores importações. Entretanto, é notório que permanece sendo o quinto país com maior quantidade de produtos italianos fora do território da União Europeia, precedido pela China, Estados Unidos, Suíça e Reino

Unido.

A exportação de produtos italianos para a Turquia tem diminuído ano a ano, desde os anos 2000, ao serem avaliados os valores, chega-se ao resultado de 13,5 bilhões de dólares americanos em 2011, e 8,6 bilhões em 2019. Sendo este último considerado o menor valor desde 2009. Uma queda de quase 5 bilhões de dólares, em somente 7 anos. Enquanto isso, as exportações turcas aumentaram nos últimos tempos, no entanto, a quantidade que era exportada para os italianos sofreu diminuição, mesmo que pouca. Tal situação foi impactante para com o mercado Turco.

Desde 2020, as relações entre ambos os países voltaram a se fortalecer. No entanto, em 2019, a Itália não está mais na liderança de países que investem na Turquia, os investimentos estrangeiros, Foreign Direct Investments (FDI), era responsável por 2,3% do FDI da Turquia. Desde então, o FDI italiano não supera 5% de todo o FDI turco. Analisando os anos de 2003 e 2005, é possível concluir que os investimentos italianos na Turquia aumentaram, em 5,4% e 5,6%. Nota-se que foram os últimos anos em que esse percentual se elevou. Os investimentos da Itália eram majoritariamente focados em alimentos, roupas, setor farmacêutico, eletrônicos, maquinários e veículos.

Tratando-se do setor de turismo, o consulado da Itália em Istambul informou que emitiu o quinto maior número de vistos, em escala global, para entrar no espaço Schengen, em 2018, estando atrás somente de Moscou (Rússia), Beijing (China), Shanghai (China) e Guangzhou (China). Apesar disso, a Itália não é um dos destinos turísticos mais procurados pela população turca, visto que dos quase 10 milhões de viajantes, apenas 220 mil optaram por viajar à Itália em 2019, o que corresponde a apenas 2,2% dos turistas. Comparando, então, com os 45 milhões de visitantes estrangeiros na Turquia, apenas 377 mil viajantes eram italianos, refletindo em 0,89%.

Como citado anteriormente, a Itália investe na Turquia desde a década de 1960, quando a empresa de investimentos KOÇ Holding estabeleceu parceria com a empresa de automóveis TOFAŞ e com a empresa do grupo Fiat. Da mesma forma, a Turquia também investe na Itália. Os setores mais procurados para investimentos são os setores: agricultura, bancário, comunicação, defesa, infraestrutura, eletrônicos, moda, farmacêutico, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise financeira global de 2008, desencadeada pela bolha imobiliária nos Estados Unidos, teve impactos significativos em diferentes regiões do mundo, particularmente na Europa. A Zona do Euro, inicialmente confiante em sua estabilidade após a introdução do euro, viu-se profundamente abalada pela crise, refletindo uma série de vulnerabilidades estruturais e econômicas.

Inicialmente, a crise norte-americana de crédito subprime, marcada pela

concessão irresponsável de hipotecas de alto risco, espalhou-se rapidamente pelo sistema financeiro global. Os efeitos foram exacerbados pela interdependência econômica e financeira entre os Estados Unidos e a Europa, com grandes bancos europeus também expostos às consequências da crise.

Países como Irlanda, Grécia, Portugal e Espanha (PIIGS) foram duramente atingidos, enfrentando problemas como a necessidade de resgates financeiros, aumento da dívida pública e medidas de austeridade severas. A crise destacou as deficiências estruturais na governança econômica da Zona do Euro, incluindo a falta de mecanismos eficazes para lidar com crises bancárias e fiscais.

A Itália, em particular, enfrentou desafios significativos com uma economia já debilitada antes da crise, enfrentando altos níveis de dívida pública e uma incapacidade de promover reformas estruturais necessárias. O país enfrentou rebaixamentos de suas classificações de crédito pelas principais agências de rating, exacerbando sua vulnerabilidade financeira e limitando suas opções de políticas econômicas.

Além disso, a Turquia, embora menos afetada inicialmente pela crise de 2008 devido a medidas prudentes de políticas econômicas anteriores, enfrentou desafios próprios à medida que a economia global desacelerou. O país viu uma diminuição nas exportações e enfrentou volatilidade econômica, apesar de uma recuperação relativamente robusta após a crise inicial.

Em termos de relações bilaterais, a Itália e a Turquia mantiveram uma colaboração econômica crescente ao longo das décadas, embora com flutuações durante períodos de crise. O comércio entre os dois países continuou a ser um ponto forte, com setores como infraestrutura e turismo desempenhando papéis significativos na expansão das relações econômicas.

Em suma, a crise financeira de 2008 deixou um legado de lições para a Europa e para o mundo, destacando a necessidade de melhorar a regulação financeira global, fortalecer a governança econômica e promover políticas mais resilientes para mitigar os impactos de futuras crises financeiras. As experiências da Zona do Euro, Itália e Turquia ilustram as complexidades e desafios enfrentados por economias interconectadas em um ambiente globalizado e volátil.

REFERÊNCIAS

CANBULAT, M.. **Economic Relations Between Turkey & Italy**. 2020. Disponível em: <https://webthesis.biblio.polito.it/13911/1/tesi.pdf>. Acesso em 30 abr. 2024.

CENCIG, E.. **Italy's Economy in the Euro Zone Crisis and Monti's Reform Agenda**. 2012. Disponível em: https://www.swp-berlin.org/publications/products/arbeitspapiere/Italy_Economy.pdf. Acesso em 25 abr. 2024.

EBER, G.. **Italy's Fiscal Crisis**. Intereconomics Review of European Economic Policy, 2011. Disponível em: <https://www.intereconomics.eu/contents/year/2011/number/6/article/italys-fiscal-crisis.html>. Acesso em 24 abr. 2024.

EKIM, S.; BILOTTA, N.. **Italian-Turkish Economic Relations: An Overview**. 2020. Disponível em: <https://www.iai.it/sites/default/files/iaip2025.pdf>. Acesso em 16 mai. 2024.

FRIEDL, A. P.. **Forecasting Failure: A Systems Perspective on the Fall of Countrywide Financial**. 2016. Disponível em: <https://dspace.mit.edu/handle/1721.1/107371>. Acesso em 24 abr. 2024.

PREVIDELLI, M. F. S. C.; SOUZA, L. E. S.. **Sobre a Crise na Zona do Euro**. 2015. Disponível em: https://www.abphe.org.br/arquivos/2015_maria_de_fatima_previdelli_luiz_eduardo_simoes_sousa_sobre-a-crise-na-zona-do-euro.pdf. Acesso em 11 mar. 2024.

Capítulo 4

A GUERRA COMERCIAL ENTRE ESTADOS-UNIDOS E CHINA PÓS-TRUMP: ANÁLISE E DESDOBRAMENTOS

*Ingrid Gomes Cardoso
Maria Luíza Lima Lisboa*

Resumo

A Guerra Comercial entre os Estados Unidos e a China, especialmente na era pós-Trump, é uma questão crucial nas relações internacionais contemporâneas. Este conflito não apenas afeta diretamente as duas maiores economias mundiais, mas também tem repercussões globais significativas. Com a mudança de governo nos Estados Unidos, surgem incertezas sobre o futuro dessas relações comerciais. Portanto, uma análise aprofundada desta Guerra Comercial pós-Trump é essencial para entender suas raízes históricas, causas, motivações e impactos na política econômica global.

Palavras-chave

Guerra Comercial, Estados Unidos, China, Trump, Relações Internacionais, Economia Global.

Abstract

The Trade War between the United States and China, especially in the post-Trump era, is a crucial issue in contemporary international relations. This conflict not only directly affects the two largest world economies but also has significant global repercussions. With the change of government in the United States, uncertainties about the future of these trade relations arise. Therefore, an in-depth analysis of this post-Trump Trade War is essential to understand its historical roots, causes, motivations, and impacts on global economic policy.

Keywords

Trade War, United States, China, Trump, International Relations, Global Economy.

1. INTRODUÇÃO

A Guerra Comercial entre Estados Unidos e China, especialmente após o mandato de Trump, é uma questão crucial nas relações internacionais contemporâneas. Suas implicações abrangem não apenas as duas maiores economias do mundo, mas também têm repercussões globais significativas. Com a mudança de governo nos EUA, há incertezas sobre o futuro dessas relações comerciais. Portanto, uma análise aprofundada dessa Guerra Comercial pós-Trump é fundamental para compreender suas origens históricas, causas, motivações e impactos na política econômica global.

A pesquisa sobre a Guerra Comercial pós-Trump é crucial devido às incertezas que rodeiam o relacionamento econômico entre EUA e China. Compreender os fatores que levaram a esse conflito e suas consequências é essencial para antecipar e mitigar possíveis impactos negativos nas economias globais.

O objetivo geral deste estudo é fornecer uma análise abrangente da Guerra Comercial entre Estados Unidos e China pós-Trump, examinando suas causas e implicações, contribuindo assim para um entendimento mais profundo desse fenômeno no cenário global. Os objetivos específicos deste estudo são os seguintes: analisar as raízes históricas do conflito, incluindo a abertura econômica da China e a transferência de indústrias dos Estados Unidos para o país; investigar a ascensão internacional da China e seu impacto nas relações comerciais globais; examinar as medidas implementadas por Trump e suas consequências na relação bilateral entre EUA e China; e avaliar o embate comercial em si, destacando seus principais momentos e desdobramentos.

A metodologia empregada neste estudo é uma abordagem mista, combinando análise quantitativa e qualitativa. Os dados serão coletados por meio da análise de documentos, mídias e dados estatísticos oficiais, os quais serão sintetizados em forma de pesquisa explicativa.

Para tanto, o artigo está dividido em cinco seções mais as considerações finais, conforme segue.

2. ABERTURA COMERCIAL DA CHINA E TRANSFERÊNCIA DE PLANTAS AMERICANAS PARA A ÁSIA

Os antecedentes da Guerra Comercial entre as duas potências se dão primeiramente com a abertura da China para a economia capitalista, que ocorreu entre 1978 e 2002. O grande líder chinês, Deng Xiaoping, que governou de 1978 até 1992, foi quem iniciou esse processo, ganhando o título de “Arquiteto Chefe” (Vogel, 2011). Xiaoping foi o grande prócer na metamorfose do país majoritariamente rural, periférico e isolado político-economicamente em um dos grandes líderes da economia global do século XXI, através da promoção de uma série de reformas nos setores

rural, industrial, tecnológico e bélico-militar — batizadas de “As Quatro Grandes Modernizações” — que tinham o objetivo de superar o atraso econômico do país em comparação com outras nações e acabar com seu isolamento internacional (Naughton, 2007).

A quebra do isolamento chinês deu espaço para a introdução de um novo conceito de sistema econômico apelidado por Deng Xiaoping de “Socialismo de Mercado”, mesclando princípios socialistas e capitalistas e dando um novo ar à economia até então planificada do país (Vogel, 2011). Foi esse novo sistema que conduziu a China ao seu maior desenvolvimento interno e ascensão global (Shirk, 1994). Através desse novo modelo econômico, a China permitiu a entrada de capital externo (principalmente dólares) em seu território através das ZEEs (Zonas Econômicas Especiais), que atraíam investidores estrangeiros por conta da oportunidade de usufruir dos baixos custos de produção, sua localização (próxima de Macau e Hong Kong) e a dimensão e diversidade do mercado da região, além das concessões fiscais e tributárias oferecidas pelo governo chinês (Breslin, 2004). Com o advento da criação das ZEEs, a China começou a expandir seus negócios com o exterior, vislumbrar o crescimento da infraestrutura local e industrial e adquirir tecnologia estrangeira, dando um grande passo no desenvolvimento desse setor (Naughton, 2007).

Além disso, o desenvolvimento das ZEEs na China permitiu a criação de um ambiente propício para o avanço tecnológico e inovação, o que contribuiu significativamente para a competitividade das empresas chinesas no mercado global. Essas zonas funcionavam como laboratórios econômicos, onde novas políticas e práticas podiam ser testadas antes de serem implementadas em outras partes do país (Saich, 2011). A implementação bem-sucedida dessas zonas ajudou a atrair investimentos massivos de empresas multinacionais, que estavam ansiosas para aproveitar as vantagens competitivas oferecidas pela China, incluindo a força de trabalho abundante e barata e um ambiente regulatório favorável (Kroeber, 2016).

Até a década de 1970, as corporações sediadas em solo estadunidense começaram a procurar novas rotas produtivas e comerciais no exterior, como, por exemplo, na China, visando, até 1980, reverter o impacto às suas taxas de lucro global causada pela crise de acumulação oriunda do aumento do custo do trabalho e da inflação e da baixa competitividade das ETNs americanas em comparação com as japonesas e europeias (Gereffi & Wyman, 1990). Ao criar esses laços com a China, a crise de lucratividade das ETNs norte-americanas foi finalmente dissolvida, mas fragilizou a sua classe proletária através do enfraquecimento da legislação que garantia sua proteção (Cowling & Sugden, 1998). Assim, os norte-americanos passaram a perder seus empregos por conta da então transferência de plantas produtivas dos EUA para a China, o que serviu de base para a ascensão e expansão econômica chinesa (Kroeber, 2016).

Ademais, a transferência de indústrias dos EUA para a China não só ajudou a resolver a crise de lucratividade das empresas norte-americanas, mas também

contribuiu para a transformação estrutural da economia chinesa. Com o influxo de investimentos estrangeiros e tecnologia, a China começou a subir na cadeia de valor global, passando de uma economia baseada principalmente na agricultura e manufatura de baixo valor agregado para uma economia mais diversificada e orientada para a inovação (Naughton, 2007). Esse processo foi facilitado pelas políticas governamentais chinesas que incentivavam a transferência de tecnologia e o desenvolvimento de capacidades locais (Breslin, 2004).

3. ASCENSÃO INTERNACIONAL CHINESA

A ascensão internacional da China não se limitou apenas às questões econômicas, mas também teve implicações geopolíticas significativas. A crescente influência econômica da China no cenário global desafiou a hegemonia dos Estados Unidos, criando uma nova dinâmica de poder que afetou as relações comerciais e políticas internacionais (Yusuf & Evenett, 2002). A resposta dos Estados Unidos a essa ascensão incluiu uma série de medidas protecionistas destinadas a conter o crescimento econômico da China e proteger as indústrias americanas, o que culminou na Guerra Comercial iniciada durante a administração Trump (Kroeber, 2016).

Após 25 anos do início das grandes reformas, a China se encontrou em um cenário favorável à acumulação de capital como era pretendido por Deng Xiaoping, e então chegou em 2002 como a quarta economia no mundo em PIB a preços constantes (US\$ 2,9 trilhões), a quarta economia do mundo com a maior taxa de investimentos em capital fixo (38,25% do PIB), a terceira maior recebedora mundial de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) (US\$ 57 bilhões), o terceiro maior parque industrial do mundo em valor adicionado (US\$ 1,2 trilhão) e o sexto maior exportador de bens e serviços do mundo (US\$ 445 bilhões) (Naughton, 2007).

Na primeira década do milênio, graças às políticas de abertura econômica e acumulação de capital, a China tornou-se uma das mais preponderantes economias do cenário internacional. Outro fator contribuinte para essa nova conjuntura foi o ingente desgaste comercial e financeiro na economia estadunidense, gerado pela frustrada tentativa do país de consolidar-se como “império mundial” através do “Plano para o Novo Século Americano” (PNAC) — que propunha a primazia dos Estados Unidos no cenário global através da dominação militar e econômica (Saich, 2011). Subsequentemente, o país se endividou ao sustentar suas guerras no exterior e a demanda da sua população por produtos chineses. A fragilização estadunidense abriu brechas para alavancar a expansão material da China, especialmente nas partes de produção, comércio e investimentos, e corroborar com suas políticas internas de acumulação de capital (Breslin, 2004).

É importante ressaltar o papel crucial que os Estados Unidos exercem no processo de expansão econômica da China. O crescimento da demanda econômica

norte-americana por importação de produtos chineses e o alto custo de manutenção de guerras no exterior (como no Afeganistão e Iraque) se resultaram como grandes corroboradores para a ascensão chinesa no cenário político-econômico global (Gereffi & Wyman, 1990). O endividamento dos EUA e a transferência de indústrias para a China não só ajudaram a resolver a crise de lucratividade das empresas norte-americanas, mas também contribuíram para a transformação estrutural da economia chinesa (Cowling & Sugden, 1998).

Além disso, o desenvolvimento das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) na China permitiu a criação de um ambiente propício para o avanço tecnológico e inovação, o que contribuiu significativamente para a competitividade das empresas chinesas no mercado global. Essas zonas funcionavam como laboratórios econômicos, onde novas políticas e práticas podiam ser testadas antes de serem implementadas em outras partes do país (Saich, 2011). A implementação bem-sucedida dessas zonas ajudou a atrair investimentos massivos de empresas multinacionais, que estavam ansiosas para aproveitar as vantagens competitivas oferecidas pela China, incluindo a força de trabalho abundante e barata e um ambiente regulatório favorável (Kroeber, 2016).

4. A GUERRA COMERCIAL

A Guerra Comercial foi deflagrada no dia 1 de março de 2018, quando o então presidente estadunidense Donald Trump, anuncia a tarifação sobre produtos importados feitos de aço e alumínio, tendo como alvo principal a China, consequentemente o país retalia, impondo tarifas aos produtos importados dos Estados-Unidos também. Em novembro do mesmo ano isso se repete e então os Estados Unidos impõem cerca de 250 bilhões de dólares em tarifas aos produtos vindos da China e são respondidos pelos chineses com tarifas de 110 bilhões sobre seus produtos. Em dezembro, no encontro do G20 ocorrido em Buenos Aires, os líderes de ambas potências decidem por uma trégua temporária, que — teoricamente — resultaria em um acordo comercial nos seguintes 90 dias. Todavia, os países não entraram em consenso e tal acordo não foi concebido, logo os Estados-Unidos voltaria a impor tarifas sobre produtos importados da China e novamente sofreria retaliações do país; Trump também determinaria restrições a empresas de telecomunicações chinesas, acusaria a China de manipular o yuan e ameaçaria suspender os investimentos estadunidenses no país.

5. CAUSAS DO DÉFICIT COMERCIAL

Competitividade de Custos: Uma das principais razões para o déficit comercial dos EUA com a China é a diferença nos custos de produção. Segundo Robert Scott, economista sênior e diretor de comércio e manufatura do Economic Policy Institute, A mão de obra barata na China e as práticas comerciais desleais têm permitido que

as empresas chinesas exportem produtos para os Estados Unidos a preços muito mais baixos do que as empresas americanas podem competir. Isso resulta em um desequilíbrio nas relações comerciais entre os dois países.

Manipulação da Moeda: Críticos argumentam que a China manipula sua moeda, o yuan, para manter sua desvalorização em relação ao dólar americano. De acordo com o senador democrata Chuck Schumer, “A China tem manipulado sua moeda para manter suas exportações baratas e suas importações caras, o que distorce o comércio e cria um campo de jogo injusto para as empresas americanas”.

Barreiras Comerciais e Acesso ao Mercado: Algumas empresas americanas enfrentam barreiras para entrar no mercado chinês, como restrições regulatórias e práticas comerciais injustas, enquanto as empresas chinesas têm acesso relativamente mais fácil ao mercado americano. Em um relatório do Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR), é destacado que “a China continua a impor restrições significativas ao acesso ao mercado para empresas estrangeiras em setores como serviços financeiros, tecnologia da informação e agricultura” (USTR, 2020).

6. REAÇÕES POLÍTICAS NOS EUA

Retórica Política: Os déficits comerciais com a China têm sido frequentemente mencionados em discursos políticos nos Estados Unidos, especialmente durante as campanhas eleitorais. O presidente Trump, por exemplo, frequentemente criticava o déficit comercial com a China em seus discursos, prometendo adotar medidas para reduzi-lo.

Tarifas e Medidas de Retaliação: Uma das respostas políticas mais visíveis foi a imposição de tarifas sobre produtos chineses por parte da administração Trump. Essas tarifas tinham como objetivo reduzir o déficit comercial e nivelar o campo de jogo para as empresas americanas. No entanto, essas medidas também desencadearam retaliações por parte da China, aumentando as tensões comerciais entre os dois países (Irwin, 2018).

Pressão por Reformas Comerciais: O déficit comercial com a China também gerou pressão sobre o governo dos EUA para adotar medidas mais amplas de reforma comercial. Isso incluiu negociações para um acordo comercial abrangente com a China, visando abordar questões como transferência forçada de tecnologia, propriedade intelectual e acesso ao mercado. As negociações comerciais com a China visam resolver questões estruturais que têm contribuído para o déficit comercial e criar um ambiente de comércio mais justo e equilibrado para as empresas americanas.

Políticas de Subsídios e Apoio às Indústrias Domésticas: Além das tarifas, houve propostas para implementar políticas de subsídios e apoio às indústrias domésticas nos Estados Unidos, visando torná-las mais competitivas em relação aos produtos chineses. O senador republicano Marco Rubio, por exemplo, defendeu a

implementação de subsídios para indústrias estratégicas nos EUA como uma forma de reduzir o déficit comercial com a China.

CONCLUSÃO

A abertura comercial da China e a transferência de plantas produtivas dos EUA para a Ásia geraram mudanças significativas nas economias globais e nas relações geopolíticas. Através das reformas de Deng Xiaoping e da criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), a China transformou-se de uma economia rural e isolada em uma potência econômica global. Essas políticas atraíram investimentos estrangeiros e tecnologia, impulsionando a competitividade da China no mercado internacional. A transferência de indústrias americanas para a China ajudou a resolver crises de lucratividade das empresas dos EUA, mas também resultou em perda de empregos e enfraquecimento das proteções trabalhistas nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, a China se beneficiou enormemente, ascendendo na cadeia de valor global e diversificando sua economia.

A ascensão da China desafiou a hegemonia dos EUA, resultando na Guerra Comercial iniciada em 2018, quando o presidente Trump impôs tarifas sobre produtos chineses. A China retaliou com suas próprias tarifas, levando a uma série de negociações e medidas protecionistas que refletiram a complexidade das interdependências econômicas globais. As tensões comerciais também destacaram questões como manipulação da moeda e barreiras ao mercado, enfatizando a necessidade de reformas estruturais para criar um comércio mais justo. Em resposta, os EUA adotaram tarifas, subsídios e negociações para tentar reequilibrar as relações comerciais e proteger suas indústrias.

REFERÊNCIAS

- BRESLIN, S.. **China and the Global Political Economy**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.
- COWLING, K.; SUGDEN, R.. **Transnational Monopoly Capitalism**. London: Routledge, 1998.
- GEREFFI, G.; WYMAN, D.. **Manufacturing Miracles: Paths of Industrialization in Latin America and East Asia**. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- IRWIN, D.. **Clashing over Commerce: A History of US Trade Policy**. Chicago: University of Chicago Press, 2018.
- KROEBER, A.. **China's Economy: What Everyone Needs to Know**. Oxford: Ox-

ford University Press, 2016.

NAUGHTON, B.. **The Chinese Economy**: Transitions and Growth. Cambridge: MIT Press, 2007.

SAICH, T.. **Governance and Politics of China**. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

SHIRK, S.. **How China Opened its Door**: The Political Success of the PRC's Foreign Trade and Investment Reforms. Washington: Brookings Institution Press, 1994.

VOGEL, E.. **Deng Xiaoping and the Transformation of China**. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2011.

USTR. **Relatório do Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos sobre restrições ao acesso ao mercado na China, 2020**. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/eua-acusam-china-de-descumprir-compromissos-comerciais-com-omc/>>. Acesso em: 18/06/2024.

YUSUF, S.; EVENETT, S.. **Can East Asia Compete?** Innovation for Global Markets. Washington: World Bank Publications, 2002.

Capítulo 5

O PAPEL DOS BRICS NA CONFIGURAÇÃO DE UMA NOVA ARQUITETURA ECONÔMICO-FINANCEIRA INTERNACIONAL

*Ingrid Isabely Campos da Fonseca
Giovanna Torres Silva*

Resumo

Os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) estão reformulando a ordem econômico-financeira global através de iniciativas inovadoras. Este estudo explora como esses países emergentes estão promovendo mudanças significativas, como o estabelecimento do Novo Banco de Desenvolvimento e acordos de swap de moeda, para aumentar sua influência e equidade nas finanças mundiais. Suas colaborações têm impactado positivamente o comércio, investimentos em infraestrutura e desenvolvimento sustentável, apesar de desafios internos e oposição de potências estabelecidas. O objetivo é construir uma arquitetura econômica mais inclusiva e adaptada aos desafios contemporâneos.

Palavras-chave

BRICS, ordem econômico-financeira, Novo Banco de Desenvolvimento, cooperação internacional, desenvolvimento sustentável

Abstract

The BRICS (Brazil, Russia, India, China, and South Africa) are reshaping the global economic and financial order through innovative initiatives. This study explores how these emerging economies are effecting significant changes, such as establishing the New Development Bank and currency swap agreements, to increase their influence and equity in global finance. Their collaborations have positively impacted trade, infrastructure investments, and sustainable development, despite internal challenges and opposition from established powers. The aim is to build a more inclusive economic architecture that addresses contemporary challenges.

Keywords

BRICS, economic-financial order, New Development Bank, international cooperation, sustainable development

1. INTRODUÇÃO

Os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) surgiram como um grupo de países cuja cooperação tem o potencial de remodelar a arquitetura econômico-financeira internacional. Este artigo explora como esses países estão moldando uma nova ordem financeira global, examinando suas iniciativas, desafios e impactos.

No primeiro capítulo, será analisada a evolução histórica e a ascensão econômica dos BRICS, detalhando o crescimento econômico de cada país membro e suas contribuições para a economia global. A análise começará com a origem do termo BRICS, concebido por Jim O'Neill em 2001, e avançará até as previsões econômicas para 2030.

No segundo capítulo, a investigação focará nas propostas e iniciativas dos BRICS na reforma das instituições financeiras internacionais. Serão discutidas as reformas institucionais propostas pelos BRICS, incluindo a redistribuição de poder de voto e cotas no FMI e Banco Mundial. Além disso, será abordada a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e os acordos de swap de moeda entre os membros.

O terceiro capítulo discutirá os impactos das ações conjuntas dos BRICS nas relações econômicas globais. Este capítulo destacará como a cooperação entre os BRICS tem promovido o crescimento econômico em diversas regiões através de investimentos em infraestrutura, comércio bilateral e projetos conjuntos de desenvolvimento.

No quarto capítulo, serão explorados os desafios e oportunidades encontrados na construção dessa nova arquitetura econômico-financeira internacional. As diferenças substanciais em termos de políticas econômicas, prioridades de desenvolvimento e alinhamentos geopolíticos entre os membros serão discutidas, bem como a resistência das potências estabelecidas e os obstáculos burocráticos dentro das instituições financeiras internacionais, seguindo das considerações finais.

2. OS BRICS E SUA ASCENSÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL

Os BRICS representam uma coalizão de países que, apesar de suas diferenças significativas em termos de história, cultura e sistema político, compartilham o denominador comum de um crescimento econômico acelerado nas últimas décadas. Inicialmente concebidos por Jim O'Neill em 2001 como um grupo de economias emergentes com potencial de crescimento, os BRICS se destacaram não apenas por

seu PIB combinado significativo, mas também por suas taxas robustas de expansão econômica. Desde então, esses países têm fortalecido sua posição no cenário global, com previsões indicando que poderiam representar uma parte cada vez maior da economia mundial até 2030 (O'Neill, 2011).

A China, como líder dos BRICS, desempenha um papel crucial não apenas como a segunda maior economia do mundo em termos de PIB nominal, mas também como um motor global de crescimento. Com uma taxa média de crescimento econômico superior a 6% ao ano nas últimas décadas, a China tem sido fundamental na sustentação da demanda global por commodities e na expansão de seu setor de tecnologia e manufatura (The World Bank, 2023). A iniciativa chinesa Belt and Road (BRI) exemplifica o esforço do país em promover integração econômica global através de investimentos maciços em infraestrutura em várias regiões do mundo, conectando mercados e estimulando o comércio internacional (Belt and Road Initiative, 2022).

A Índia emergiu como uma economia dinâmica e diversificada, impulsionada por seu vasto mercado interno e pelo crescimento acelerado de setores como serviços, tecnologia da informação e farmacêutico. Nos últimos anos, a Índia tem se destacado como um destino atrativo para investimentos estrangeiros diretos, além de desempenhar um papel cada vez mais proeminente em fóruns internacionais de comércio e desenvolvimento (IMF, 2022). A iniciativa "Make in India" visa transformar o país em um centro global de fabricação, incentivando investimentos em manufatura avançada e infraestrutura industrial (Government of India, 2023).

Brasil e Rússia são ricos em recursos naturais, com o Brasil sendo um dos principais exportadores mundiais de commodities agrícolas e minerais, enquanto a Rússia domina o mercado global de energia, especialmente no fornecimento de gás natural para a Europa e Ásia. Ambos os países têm enfrentado desafios econômicos internos, mas continuam a desempenhar papéis estratégicos na economia global (UNCTAD, 2021; World Economic Forum, 2023). O Brasil, por exemplo, tem buscado diversificar sua economia e melhorar seu ambiente de negócios para atrair mais investimentos estrangeiros, enquanto a Rússia continua a se adaptar às sanções econômicas e a promover a cooperação regional através da Comunidade dos Estados Independentes (CIS) e da União Econômica Eurasiática (EAEU) (World Bank, 2023).

Como o membro mais recente dos BRICS, a África do Sul serve como uma ponte crucial entre o continente africano e o resto do mundo. Além de suas riquezas minerais, a África do Sul tem se destacado como um centro financeiro regional e um destino chave para investimentos estrangeiros na África (South African Reserve Bank, 2023). O país tem promovido iniciativas de integração regional e desenvolvimento sustentável dentro do continente, desempenhando um papel de liderança no BRICS em questões africanas e globais.

3. PROPOSTAS E INICIATIVAS DOS BRICS NA REFORMA FINANCEIRA INTERNACIONAL

Um dos principais focos dos BRICS tem sido a reforma das instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. As propostas dos BRICS visam principalmente a redistribuição de poder de voto e cotas nessas organizações, para refletir mais equitativamente o peso econômico dos países emergentes. A criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) pelos BRICS em 2014 exemplifica sua tentativa de estabelecer alternativas às instituições financeiras tradicionais, proporcionando financiamento para infraestrutura e projetos de desenvolvimento em economias emergentes.

Reformas Institucionais: A demanda por reformas nas instituições financeiras internacionais reflete a crescente influência dos BRICS no cenário econômico global. Um estudo do Peterson Institute for International Economics destacou que os BRICS, juntos, contribuem com mais de 20% da produção econômica mundial e possuem reservas cambiais significativas, justificando uma maior representação e voz nas decisões globais (Peterson Institute, 2021). A proposta de realocação de cotas no FMI tem enfrentado resistência de países desenvolvidos, mas continua a ser uma prioridade para os BRICS como um passo crucial para aumentar a legitimidade e eficácia das instituições multilaterais (IMF, 2022).

Novo Banco de Desenvolvimento (NBD): Desde sua fundação, o NBD se comprometeu a financiar projetos que promovem o desenvolvimento sustentável e a inclusão social nos países membros dos BRICS. Até 2023, o NBD havia financiado mais de 100 projetos, totalizando mais de US\$ 40 bilhões em investimentos em infraestrutura e energia renovável, beneficiando milhões de pessoas em todo o mundo (NBD Annual Report, 2023). Os projetos financiados pelo NBD não só melhoram a infraestrutura básica, como estradas e energia, mas também estimulam o crescimento econômico local e regional, criando empregos e aumentando a resiliência das economias emergentes (NBD Case Studies, 2023).

Acordos de Swap de Moeda: A promoção de acordos de swap de moeda entre os BRICS tem sido uma estratégia eficaz para mitigar os impactos da volatilidade cambial e reduzir a dependência do dólar americano em transações internacionais. Isso fortalece a estabilidade financeira regional e facilita o comércio intra-bloco, estimulando a economia e reduzindo os custos transacionais (OECD, 2022). Os acordos de swap de moeda têm sido utilizados como ferramenta de política monetária para enfrentar crises de liquidez e instabilidade financeira, demonstrando a cooperação eficaz entre os membros do bloco em momentos de turbulência econômica global (BIS, 2023).

4. IMPACTOS DAS AÇÕES CONJUNTAS DOS BRICS NAS RELAÇÕES ECONÔMICAS GLOBAIS

As ações conjuntas dos BRICS têm impactado significativamente as dinâmicas econômicas globais, desafiando a hegemonia econômica tradicionalmente mantida pelos países ocidentais. A cooperação entre os BRICS promoveu o crescimento econômico em diversas regiões do mundo através de investimentos em infraestrutura, comércio bilateral e projetos conjuntos de desenvolvimento.

Comércio Intra-Bloco: O aumento do comércio intra-BRICS tem sido um dos principais impulsionadores do crescimento econômico entre os membros do grupo. Dados do Banco Mundial indicam que o comércio entre os BRICS cresceu significativamente de US\$ 567 bilhões em 2010 para US\$ 1,2 trilhões em 2020, refletindo uma maior integração econômica e fortalecimento dos laços comerciais (World Bank, 2023). Este aumento no comércio intra-BRICS não apenas diversifica as fontes de receita para os países membros, mas também reduz sua dependência de mercados externos e aumenta a resiliência econômica frente a choques globais.

Investimentos em Infraestrutura: Os investimentos em infraestrutura financiados pelo NBD têm desempenhado um papel crucial na modernização e desenvolvimento sustentável de economias emergentes. Estudos de caso mostram que projetos apoiados pelo NBD não só melhoraram a infraestrutura básica, como estradas e energia, mas também estimularam o crescimento econômico local e regional (NBD Case Studies, 2023). Por exemplo, a construção de novas redes de transporte e energia renovável não só aumenta a conectividade dentro dos BRICS, mas também abre novas oportunidades para o desenvolvimento econômico em áreas antes negligenciadas.

5. DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA CONSTRUÇÃO DA NOVA ARQUITETURA ECONÔMICO-FINANCEIRA INTERNACIONAL

Apesar dos avanços significativos, os BRICS enfrentam uma série de desafios na sua busca por uma nova arquitetura econômico-financeira internacional. Diferenças substanciais em termos de políticas econômicas, prioridades de desenvolvimento e alinhamentos geopolíticos entre os membros do bloco podem complicar a formulação de uma agenda coesa em nível global. Além disso, resistência por parte de potências estabelecidas e obstáculos burocráticos dentro das instituições financeiras internacionais representam barreiras significativas à implementação das reformas propostas pelos BRICS.

Cooperação e Desenvolvimento Regional: A crescente interdependência econômica entre os países membros dos BRICS oferece um terreno fértil para o fortalecimento de parcerias estratégicas em áreas como tecnologia, energia e inovação. A

promoção de acordos comerciais e investimentos conjuntos não apenas diversifica as economias dos BRICS, mas também aumenta sua resiliência econômica frente a choques externos (World Economic Forum, 2023). Por exemplo, iniciativas conjuntas em pesquisa e desenvolvimento podem acelerar a inovação tecnológica e facilitar a transição para economias mais sustentáveis e eficientes em recursos.

Inclusão Financeira e Desenvolvimento Sustentável: Os BRICS têm a oportunidade única de liderar esforços globais para promover a inclusão financeira e o desenvolvimento sustentável. Através do NBD e de outras iniciativas regionais, esses países podem fornecer financiamento acessível para projetos que beneficiam comunidades marginalizadas e promovem práticas sustentáveis de uso de recursos (UNDP, 2022). Isso não só fortalece o papel dos BRICS como líderes globais em desenvolvimento, mas também demonstra um compromisso compartilhado com uma governança econômica mais inclusiva e equitativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão dos BRICS representa uma das transformações mais significativas na economia global das últimas décadas. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, apesar de suas diferenças em termos de história, cultura e sistemas políticos, têm demonstrado um notável crescimento econômico e uma crescente influência no cenário internacional. A cooperação entre esses países não apenas desafia a hegemonia econômica tradicionalmente mantida pelas potências ocidentais, mas também oferece uma alternativa promissora para a criação de uma ordem econômico-financeira mais equilibrada e inclusiva.

A evolução histórica e a ascensão econômica dos BRICS, analisadas no primeiro capítulo, mostram como esses países emergiram como motores cruciais do crescimento global. Cada membro dos BRICS trouxe contribuições únicas para a coalizão: a liderança econômica da China, o dinamismo da Índia, a riqueza de recursos do Brasil e da Rússia, e a posição estratégica da África do Sul como um elo entre a África e o resto do mundo. Juntos, esses países não só aumentaram significativamente sua participação na economia mundial, mas também fortaleceram seus laços econômicos e comerciais internos, promovendo um comércio intra-bloco robusto.

No segundo capítulo, as propostas e iniciativas dos BRICS na reforma das instituições financeiras internacionais foram discutidas em profundidade. A criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e os acordos de swap de moeda exemplificam os esforços dos BRICS para promover uma maior equidade e representatividade nas finanças globais. Essas iniciativas visam não apenas aumentar a voz dos países emergentes nas decisões financeiras globais, mas também proporcionar alternativas viáveis às instituições financeiras tradicionais, como o FMI e o Banco Mundial.

O terceiro capítulo destacou os impactos das ações conjuntas dos BRICS nas

relações econômicas globais. A crescente integração econômica e o fortalecimento das relações comerciais intra-BRICS têm promovido o crescimento econômico em diversas regiões, reduzindo a dependência de mercados externos e aumentando a resiliência econômica dos países membros. Os investimentos em infraestrutura financiados pelo NBD têm desempenhado um papel vital na modernização das economias emergentes, criando empregos e estimulando o desenvolvimento sustentável.

Por fim, o quarto capítulo abordou os desafios e oportunidades na construção de uma nova arquitetura econômico-financeira internacional. As diferenças internas entre os membros dos BRICS, bem como a resistência das potências estabelecidas, representam obstáculos significativos. No entanto, a crescente interdependência econômica e a cooperação estratégica entre os BRICS oferecem um terreno fértil para o fortalecimento de parcerias em áreas como tecnologia, energia e inovação. A promoção de inclusão financeira e desenvolvimento sustentável através do NBD e outras iniciativas regionais destaca o compromisso dos BRICS com uma governança econômica mais inclusiva e equitativa.

REFERÊNCIAS

BELT AND ROAD INITIATIVE. **Official Website**. (2022). Disponível em: <https://www.beltandroadinitiative.com/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

BIS (Bank for International Settlements). **Central Bank Currency Swaps**. (2023). Disponível em: <https://www.bis.org/topics/swaps.htm>. Acesso em: 02 mar. 2024.

GOVERNMENT OF INDIA. **Make in India**. (2023). Disponível em: <https://www.makeinindia.com/>. Acesso em: 29 mai. 2024.

IMF (International Monetary Fund). **India: 2022 Article IV Consultation**. *IMF Country Report* no. 22/123 (2022). Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/CR/Issues/2022/04/05/India-2022-Article-IV-Consultation-520956>. Acesso em: 08 fev. 2024.

NBD (New Development Bank). **Annual Report**. (2023). Disponível em: <https://www.ndb.int/>. Acesso em: 18 mai. 2024.

NBD. **New Development Bank Case Studies**. (2023). Disponível em: In-house publications. Acesso em: 11 jun. 2024.

OECD (Organisation For Economic Co-Operation And Development). **Currency Swap Arrangements: How They Work and Why They Are Used**. (2022). Disponível em: <https://www.oecd.org/economic-outlook/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

O'NEILL, J.. **Building Better Global Economic BRICs**. *Goldman Sachs Global Economics Paper*, no. 66 (2011). Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/insights/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.

PETERSON INSTITUTE FOR INTERNATIONAL ECONOMICS. **The BRICS' Contribution to Global Economic Governance and Growth**. (2021). Disponível em: <https://www.piie.com/publications/piie-briefings/brics-contribution-global-economic-governance-and-growth>. Acesso em: 04 jun. 2024.

SOUTH AFRICAN RESERVE BANK. **Official Website**. (2023). Disponível em: <https://www.resbank.co.za/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

THE WORLD BANK. **World Development Indicators**. (2023). Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>. Acesso em: 17 abr. 2024.

UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). **World Investment Report**. (2021). Disponível em: <https://unctad.org/webflyer/world-investment-report-2021>. Acesso em: 12 abr. 2024.

UNDP (United Nations Development Programme). **Sustainable Development Goals**. (2022). Disponível em: <https://www.undp.org/sustainable-development-goals>. Acesso em: 20 fev. 2024.

WORLD BANK. **Global Economic Prospects**. (2023). Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects>. Acesso em: 16 mai. 2024.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Regional Impact of BRICS Infrastructure Investments**. (2023). Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/regional-impact-brics-infrastructure-investments>. Acesso em: 12 abr. 2024.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The BRICS Impact on Global Trade and Development**. (2023). Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/the-brics-impact-on-global-trade-and-development>. Acesso em: 19 fev. 2024.

Capítulo 6

APAGAMENTO CULTURAL E SUA INFLUÊNCIA NA DEFESA DOS INTERESSES DOS POVOS COLONIZADOS: UM ESTUDO SOBRE O BRASIL E O CONGO

Isabela Souza de Oliveira Silva

Resumo

Esse artigo tem como objetivo refletir sobre a trajetória e o grande impacto causado pela colonização, além de seus efeitos contemporâneos para as sociedades indígenas e povos originários especialmente do Brasil e do Congo, tendo como enfoque principal um estudo mais aprofundado nos Bantu da região do Congo e dos Tupi. A colonização não trouxe, apenas, a exploração de terras férteis e recursos, mas também a opressão de povos que, ao longo do tempo, foram proibidos de praticarem seus costumes, línguas e religião, dando lugar à cultura europeia que foi empurrada às chibatadas. Assim, cabe aqui refletir sobre como no século da globalização, o apagamento da identidade dos povos originários interfere em sua (sobre)vivência e defesa de seus interesses num cenário macro internacional. Além disso, quais as dificuldades enfrentadas ao longo do caminho para preservar o máximo possível de sua ancestralidade e combater a negligência que se faz presente desde o início até a contemporaneidade? Veremos neste artigo como a etnia Banto e as tribos Tupi, no Congo e no Brasil respectivamente, lutam pela defesa de suas terras, reconhecimento e avivamento da cultura, assim como o processo e as consequências da colonização no século XXI em relação a suas participações no cenário internacional.

Palavras-chave

Colonização. Povos indígenas. Identidade. Cultura. Ancestralidade africana.

Abstract

This article aims to reflect on the trajectory and the significant impact caused by colonization, as well as its contemporary effects on indigenous societies and native peoples, especially in Brazil and Congo, with a primary focus on a more in-depth study of the Bantu people in the Congo region and the Tupi. Colonization not

only brought the exploitation of fertile lands and resources but also the oppression of peoples who, over time, were forbidden to practice their customs, languages, and religion, giving way to European culture that was forcefully imposed. Thus, it is important to reflect on how in the age of globalization, the erasure of the identity of native peoples interferes with their (survival) and defense of their interests in an international macro scenario. Furthermore, what are the difficulties faced along the way to preserve as much of their ancestry as possible and combat the neglect that has been present from the beginning to contemporary times? In this article, we will see how the Bantu ethnic group and the Tupi tribes, in Congo and Brazil respectively, fight for the defense of their lands, recognition, and revival of their culture, as well as the process and consequences of colonization in the 21st century in relation to their participation in the international scene.

Keywords

Colonization. Indigenous peoples. Identity. Culture. African ancestry.

1. INTRODUÇÃO

O impacto da colonização europeia nas regiões do Brasil e do Congo representa um capítulo significativo e doloroso na história global, onde a imposição de poder e a expansão territorial frequentemente se entrelaçaram com o apagamento de culturas e a transformação forçada das sociedades locais. Para entender a magnitude dessas mudanças e suas consequências duradouras, é fundamental investigar as complexas realidades que existiam antes da chegada dos colonizadores, bem como os processos de interação e resistência que se seguiram.

O Brasil e o Congo, apesar de suas distâncias geográficas e contextos culturais distintos, compartilham experiências de exploração e dominação europeia que revelam muito sobre a natureza do colonialismo. O Brasil, com suas sociedades indígenas organizadas e diversas, foi confrontado com a invasão portuguesa que trouxe consigo novas dinâmicas econômicas e sociais, como a exploração de recursos naturais e a escravização de indígenas e africanos. O Congo, por outro lado, representava um reino africano com uma estrutura política sofisticada e rica, mas que, sob o impacto do colonialismo europeu, viu sua riqueza explorada e sua estrutura social desintegrada.

Para explorar essas questões, o texto está estruturado em quatro capítulos que abordam diferentes aspectos da experiência colonial e pré-colonial dessas regiões. Cada capítulo oferece uma visão aprofundada sobre como a colonização moldou e alterou as dinâmicas sociais, culturais e econômicas no Brasil e no Congo.

O item II, intitulado “Raízes Ocultas: Histórias de Brasil e Congo Pré-Colonização”, mergulha nas sociedades pré-coloniais do Brasil e do Congo, explorando

as suas estruturas sociais, culturais e religiosas antes da chegada dos europeus. Este capítulo busca reconstituir as culturas ricas e complexas que existiam antes da imposição colonial, abordando as práticas religiosas e sociais dos povos originários e a organização política do reino do Kongo. Ao destacar a sofisticação e a diversidade das sociedades pré-coloniais, este capítulo estabelece o contraste com o impacto devastador da colonização.

O item III, “O Histórico de Violações Contra os Povos Originários e Choque de Cultura”, examina as consequências diretas da colonização para os povos indígenas brasileiros e africanos. Foca na violência, na destruição cultural e na imposição de novas normas e estruturas pelos colonizadores europeus. Através de uma análise crítica das estratégias de dominação e das respostas de resistência, o capítulo ilumina a luta dos povos originários para preservar suas identidades e resistir às mudanças forçadas.

Finalmente, o item IV, “As Dinâmicas Internas dos Nativos e Transgressões Europeias: Uma Análise Cultural Sociológica”, oferece uma análise mais profunda das dinâmicas internas das sociedades nativas e das transgressões europeias. Explora como as sociedades locais, tanto no Brasil quanto no Congo, tentaram adaptar-se e resistir às imposições coloniais, e como suas estruturas sociais e culturais foram modificadas ou preservadas ao longo do tempo. A análise inclui uma reflexão sobre as interações entre os líderes nativos e os colonizadores, e o impacto dessas interações nas culturas locais.

Este texto busca não apenas narrar a história de como o colonialismo transformou as sociedades do Brasil e do Congo, mas também reavaliar e valorizar as histórias e culturas que foram marginalizadas ou apagadas ao longo desse processo. Ao fazê-lo, pretende-se contribuir para uma compreensão mais justa e equitativa da herança cultural e histórica desses povos e oferecer uma visão crítica sobre as consequências duradouras do colonialismo em suas vidas e identidades contemporâneas.

2. RAÍZES OCULTAS: HISTÓRIAS DE BRASIL E CONGO PRÉ-COLONIZAÇÃO

“[...] Orixá não precisa de pai nem mãe, precisa de alguém pra zelar. (...) Cansei de ver gente batendo na nossa porta na alta madrugada, com toda sorte de coisa na mão. E lá ia mainha, bater cabeça pro Santo.”

“E ela era devota de quem?”

“Aquele ali era uma filha de Iemanjá como nunca vi duas igual!”

“E, Iemanjá seria nossa senhora dos navegantes?”

“Iemanjá é Iemanjá, e Nossa Senhora é Nossa senhora. Isso foi o

que os fio de Santos tiveram que fazer pra cultivar os Orixá. Mas essa é uma história comprida. E triste demais.”

“E existem muitos Orixás, não é?”

“Pra mais de 200! Isso lá na África. Mas o culto de muitos se perdeu com a escravidão. Hoje é cultuado 17 Orixá mais toda a variação que tem.(...) Véia Barbina dizia que foi só o que coube nos tumbeiro que trouxeram a gente pra cá” (RENASCER. Direção de Bruno Luperi. Rio de Janeiro: Globo Produções, 2024).

Já se via antes de 1500 o ego eurocêntrico cravejado em suas pegadas ao chegarem no hemisfério sul. Motivados por uma competição de riquezas e poder, portugueses e espanhóis vinham ao encontro das índias. Há quem diga que chegar ao Novo Mundo foi pura sorte. Mas teria a sorte, em seu estado puro, sabor composto por grandes financiamentos, ganância e especiarias? A viagem de Colombo e o Tratado de Tordesilhas nos fazem tender à ideia de um planejamento bem executado.

Não trouxeram, em sua visita quase que permanente, apenas novas comidas, adereços inusitados e desejo por conhecimento, mas também novas doenças, opressão, mortes e extensão de sua própria cultura. Os primeiros dias dos colonizadores portugueses em território brasileiro, se caracterizaram pela exploração de terras e catequização dos povos originários. Desse marco até os dias atuais, a história nos conta sobre o quanto foi benéfico aos portugueses, principalmente em seu contexto econômico, o Brasil colônia. Passamos pela exploração do Pau Brasil, escravidão de indígenas e africanos, trazidos de seu continente, ciclo da cana de açúcar, ciclo do ouro, Brasil Império, economia cafeeira, ciclo da borracha, industrialização tardia e assim por diante. Sabemos todos os detalhes de nossa história desde o momento em que o pé esquerdo do primeiro português adentrou à Terra Prometida.

Os Tupi, compostos pelas tribos tamoio, guarani, tupiniquim e tabajara, principalmente, foram os primeiros povos a terem contato direto com os portugueses, visto que se localizavam no litoral brasileiro. Tinham uma organização social funcional e marcada pelo coletivismo, habitavam o que chamamos de “malocas”, eram grandes caçadores e viviam dessa atividade, além da coleta e da pesca. Já conheciam as técnicas de agricultura de tubérculos principalmente, conhecimento esse que também foram explorados pelo homem branco, e horticultura. Em sua maioria, as tarefas eram classificadas de acordo com o sexo, sendo os homens responsáveis pelas atividades mais árduas e braçais e as mulheres responsáveis pelas atividades de colheita, artesanatos e educação familiar. Eram grandes apreciadores da guerra em sua cultura, produzindo e adorando artefatos voltados para essa finalidade, sendo um evento presente até mesmo para casamentos. Eram singelos na visão europeia, mas ricos em seus viveres e saberes. Receberam com, talvez, grande inocência e olhos brilhando pelo conhecimento do novo, os homens dos mares que prometiam grandes feitos.

A África também foi alvo das amarras europeias até mesmo antes do Brasil. O

Congo sofre as consequências de uma colonização dura e extremamente devastadora de suas terras até hoje, com uma economia e desenvolvimento também dependentes do hemisfério norte. Engana-se quem acredita que as terras do sul global eram habitadas por comunidades “selvagens”, segundo a errônea ideia eurocêntrica, pelo contrário, todas tinham a sua própria divisão política e social estruturada de acordo com as necessidades da época.

O Congo em particular, possuía uma estrutura que se assemelhava grandemente aos europeus. A grandeza encontrada era tanta que, enquanto os colonizadores portugueses descreviam o Brasil como uma terra simplória e primitiva, sem vestes e sem riquezas, os europeus que chegavam ao Congo os descreviam como uma sociedade rica, vestida de seda.

O reino do Kongo era o mais organizado do que chamavam de África Preta, tanto em sua geografia quanto na geopolítica. Nímia Luqueni é considerado o fundador e grande unificador das tribos congolezas, o que resultou em um sistema político centralizado e na criação de províncias, como por exemplo as de Mbata, Soyo, Kwangu, Mpemba, Nkusu; Nlaza, Kongo dia Ntotila, Lemba, Nseke, Nsundi.

Apesar das influências diversas, Nímia fundou uma identidade e cultura congruente. Existiam líderes de clãs e terras responsáveis pelas organizações sociais e atividades políticas. Os portos de Mpinda e Bulambemba eram cruciais para o tráfico negreiro, que era fomentado no interior do próprio país que escorraçava sua população. Existia uma forte propensão ao crescimento econômico, mas enganaram-se ao sonhar um dia que seria permitido se igualar às grandes potências navegadoras. Desde o domínio integral das terras congolezas, a forte opressão se faz presente até hoje.

Dito isso, proponho aqui a seguinte reflexão: depois dessa grande Guernica colonizadora, o que se sabe da história do Brasil e do Congo antes de suas colonizações? O que se sabe da cultura, religião e vivência desses povos sem a influência europeia? Não seria essa também, se não a principal, história das terras originárias? O quanto o apagamento das identidades afeta a sobrevivência daqueles que lutam para permanecer e viver diariamente as suas raízes?

3. O HISTÓRICO DE VIOLAÇÕES CONTRA OS POVOS ORIGINÁRIOS E CHOQUE DE CULTURA

Se podemos sintetizar este tópico em poucas palavras, seria então condensado como chacina mercenária. Como dito anteriormente, a ocupação por fins econômicos se proliferou rapidamente nas terras do “Oriente”, mas a convivência com os que já estavam presentes gerou ódio e revolta por parte dos invasores. Consideravam, por sua vez, que os habitantes das terras “descobertas” eram inferiores, impondo então uma colonização cultural, trazendo a tona o sentido figurado desse termo indefensável e destruidor, marcando sua permanência não apenas com conflitos bélicos e

agressões físicas, mas também com a exigência de uma adequação cultural, buscando a expansão das terras europeias nas colônias. Não enxergavam magnitude e nem dignidade naqueles que não possuíam bens ou grandes feitos, que era uma característica dos povos indígenas brasileiros.

No Brasil, os primeiros povos a terem contato com os colonizadores foram os povos Tupis, que viviam nas costas litorâneas. Os núcleos de originários que habitavam o interior do país, eram denominados como “Tapuias”, mesmo possuindo uma organização e aspectos culturais distintos.

Quando falamos do território nacional, é importante mencionarmos a organização indígena, pois foi um fator de extrema influência nas formas de exploração europeia para com os ativos. À luz de Pierre Noir, em sua obra “Entre Memória e História, a problemática dos lugares”, um local de memória é definido como aquele em que ainda existe um resíduo do passado cultural e a forma em que as origens organizacionais Tupis se fundiram na memória, trazendo conscientização histórica para o povo, foi o que influenciou na reação e luta contra as invasões e abusos do norte global.

Cacique Tibiriçá, também conhecido como Martin Afonso Tibiriçá em homenagem ao fundador da vila de São Vicente, é muito citado como grande apoiador e colaborador das relações luso-indígenas. O que não se difunde, é o fato de que o seu verdadeiro interesse por trás de suas permissividades era o combate contra as tribos rivais, seus inimigos originais da época. Apesar de Martin Afonso de Sousa ter sido o primeiro enviado pelo rei para subir a serra, João Ramalho já se encontrava inserido nas dinâmicas sociais lideradas pelo cacique e tinha título de genro. Ramalho não só convivia, mas também vivia todas as tradições indígenas locais, gerando críticas por parte dos padres portugueses.

Erra quem afirma que o posicionamento do líder foi bem aceito, pelo contrário, a queda das organizações sociais, mudanças de padrões, crises e guerras internas foram resultados da nova dinâmica. Resultado esses sofridos também pelo Cacique antes de seu falecimento em 1562 causado pelas doenças europeias que se espalharam e dizimavam os nativos.

Não era esperado, por parte dos portugueses, uma organização de resistência por parte dos indígenas, dificultando e exigindo, nas palavras de John Monteiro em “Negros da Terra”, “uma mudança na política lusitana de nomeação na região.” Nenhuma das formas planejadas e impostas foram efetivas. John ainda elucida o impacto negativo que contribuiu para o declínio demográfico dos nativos e o impulsionamento ao trabalho forçado. É nesse momento que se enxerga as sementes escravistas no Brasil.

Em relação ao Congo, o foco europeu era o tráfico de escravos. A realidade encontrada nesse território era diferente do Brasil, pois enquanto este possuía uma organização social relativamente mais simples, o reino do Kongo era extremamente

poderoso, dividido em clãs, organizado geograficamente e detentor de um governo central, com sede em

Mbanza-Congo, a capital do país. Diferente dos originários brasileiros, a população congoleza foi avistada utilizando tecidos sedosos e sendo detentores de riquezas, riquezas essas que foram o principal interesse, mas a possibilidade de exportar escravos fez os olhos europeus brilharem.

Inicialmente, durante os primeiros 19 anos, houve cooperação do próprio reino africano em questão para com o comércio de escravos. Após 1500, ano em que o tráfico negreiro ganhou notoriedade, as relações se estremeceram entre Portugal e o Kongo, principalmente pelas inconveniências europeias e abusos de poder. Os europeus se instalaram nas ilhas de São Tomé e Príncipe, tornando um ponto de colônia e de concentração de escravos que seriam exportados para as Américas.

Com o passar dos anos, as explorações se tornaram gananciosas, adentrando cada vez mais a África Preta em buscas de riquezas e desrespeitando acordos pré-estabelecidos. A região se tornou um centro de escravos para portugueses e espanhóis a partir de 1510, que fizeram um acordo de exploração local e tráfico negreiro. Além disso, iniciou-se um movimento de batismos e massa, desrespeitando e deslegitimando a religião da etnia Bantu, que tomava praticamente todo o território africano.

Diante de todo esse contexto, o rei Mani Kongo Nzinga Mbemba Affonso se recusou a permitir que o território ancestral fosse explorado, o que resultou no maior pico de escravização em 1520, não existindo mais diferença entre a população “comum” e os familiares e correlativos do rei. Suas filhas e outros familiares foram levados e escravizados nas colônias americanas. Houve um movimento de Mani e seus sucessores para regulamentar a atividade escravista, tendo o primeiro citado até mesmo escrito uma carta denúncia para o rei português.

Entretanto, a justificativa europeia foi que a missão no território africana tinha como objetivo evangelizar e trazer salvação para esse povo, que não tinha nada a oferecer a não ser sua própria comunidade. Todo o território do Kongo foi tomado pelos escravistas, que tinham apenas interesse na mão de obra visto que as outras colônias de exploração, principalmente o Brasil, estavam se desenvolvendo e precisavam de uma operação mais vasta.

Atualmente, existem contrapontos quando falamos do início da globalização. Alguns estudiosos defendem que a colonização foi o start do conceito que temos hoje desse movimento. Apesar dessa ideia não ser defendida ou ao menos abordada nesse artigo, importante ressaltar que os efeitos que Noir fala em sua dissertação sobre a inexistência de meios de memória como consequência da expansão mundial e aceleração histórica, lembrando que a dor do autor é unicamente voltada para a despopularização da cultura erudita europeia, a sociedade-memória dos povos colonizados entrou em ruínas quando o primeiro “homem branco” deu o primeiro passo com seu pé esquerdo nos territórios do Sul Global.

4. AS DINÂMICAS INTERNAS DOS NATIVOS E TRANSGRESSÕES EUROPEIAS: UMA ANÁLISE CULTURAL SOCIOLÓGICA

É extremamente delicado abordarmos a história e origem dos povos colonizados, visto que a maioria dos relatos são redigidos por europeus e baseados nas cartas e documentos redigidos pelos invasores das terras. Entretanto, mesmo que escasso, é necessário utilizar a óptica nativa para entendermos como se deu a formação dessas sociedades, sua identidade e sua dinâmica interna.

Iniciamos pelo Kongo. O território Africano era considerado inóspito e habitado de forma irregular, ou seja, dispersa. Não existia bem definido o conceito de fronteiras, a organização era feita por clãs e linhagens, com regras locais e extrema facilidade de migração. A população não tinha a cultura de subserviência, era comum a diáspora motivada por não concordância das leis estabelecidas, laços de obediência não eram o forte da África. Essa característica foi tanto benéfica quanto prejudicial aos colonizadores, pois não encontraram grande resistência na ocupação, comparado ao Brasil, mas foi extremamente difícil impor sua soberania no território. O autor Samuel Huntington declara em sua teoria que a “guerra era o grande estímulo para a construção do Estado”, entretanto, mais uma vez, o conceito não se aplica dentro do continente Africano, visto que o seu objetivo não era expandir seu território. Reforço que o conceito de nação era abrangente, pois se reconheciam mais por religião e unidade do que por fronteiras.

O Kongo se encontra na costa africana, por isso foi um grande atrativo para os Portugueses, devido a dificuldade de adentrar ao interior do território. Sua formação foi composta por anexação de Estados de forma voluntária, inicialmente, por acordos e tratados e, posteriormente, sua expansão se concretizou devido a conquistas. Lembro neste momento que, diferentemente da Europa, a anexação de territórios não era sinônimo de conquista populacional.

Assim como a maioria, o Estado do Kongo foi formado por um casamento, visando alianças e cooperação. Seu mito fundador se inicia com a união entre Nima a Zimba e Luqueni Luansanze. Luqueni era filha do grande chefe Nsa-cu-Clau, comandante de Mbata. O casamento uniu os reinos de Mbata e Mpemba Kasi, dando origem finalmente ao Kongo. O casal deu a luz a um filho chamado Lukemi Lua Nimi, que futuramente seria o primeiro indivíduo a obter o título de Rei (Mutinu).

Lukemi, quando iniciou seu reinado, criou a capital congoleza, que inicialmente era localizada na região sul do Estado, Mpemba Kasi. Com o passar do tempo, os acordos com Estados vizinhos foram feitos e o reino de Lukemi se expandiu geograficamente, mas, como já dito, as províncias não eram obrigadas a permanecer dentro do território “conquistado” e não sofriam nenhum tipo de represália por sua mudança, entretanto, caso escolhessem ficar, precisavam respeitar as regras impostas pelo rei.

Não havia, de fato, um exército para a proteção do reino, visto que não existiam ameaças reais. Alguns civis protegidos e criados desde a infância pela família real eram destinados aos cuidados da proteção da família real e às ordens do Rei.

Tempo depois dessa dinâmica, de certa forma, passional, as províncias aliadas apoiaram uma nova fase: a de conquista. Não se sabe exatamente quando, mas o reino do Kongo conquistou dois territórios ao sul: Mpangu e Npundi. Esse fator representou uma certa mudança na ideologia, pois desta vez existia a obrigação de submissão ao rei e suas ordens. Por outro lado, existiam governadores locais para controle geral e representação dos interesses locais, mas que eram obrigados a seguir os ordenamentos monárquicos.

O fatídico encontro entre africanos e europeus ocorreu sem que um dos lados soubesse que esse dia mudaria por completo seu futuro. Quando chegaram, em 1482 pela primeira vez, à costa congoleza, os portugueses não esperavam pela realidade vista e prontamente iniciaram suas relações com o povo encontrado.

Estima-se que, até o ano de 1490, o Kongo foi governado por seis reis diferentes. Não se sabe ao certo o motivo, porém, o monarca da época, Nzinga a Nkuwu, que recepcionou os portugueses, pediu para ser batizado na religião católica no ano citado. Acredito que suas motivações possam se assemelhar ao ocorrido no Brasil, no contexto em que os líderes de tribos buscaram se inserir na vivência portuguesa para fortalecer laços e, em sua concepção, obter vantagens dentro de suas necessidades. Além do batismo, seu nome foi modificado para “João”, a mudança incentivou outros membros da nobreza a realizarem essa adaptação em seus nomes. A estrutura nobre também passou por uma reestruturação e passou a se assemelhar à estrutura europeia.

Não há dados explícitos sobre a opinião popular em relação à mudança religiosa ocorrida, pois a religião fazia parte integrante da cultura e identidade da população africana. Acredita-se que, em algum momento, houve certa resistência a essa mudança, evidenciada pelo fato de que o rei João (Nzinga a Nkuwu) renunciou ao catolicismo. Não foi um grande feito, seu filho e sucessor Afonso deu continuidade a religião portuguesa, mesmo encarando as resistências de seu irmão.

O primeiro ponto de reflexão sobre o ocorrido nesse ponto se inicia aqui, trazendo à tona o fato de que, mesmo escassos, os registros referentes ao povo Bantu passam a ser inebriantes convenientemente em um ponto de nó no fio da história em que ocorre uma transição benéfica aos colonizadores. O discurso sempre foi o mesmo para todas as colônias: “a imposição de nossos costumes trará magnitude e majestuosidade aos territórios do sul global”, e deslegitimar com provas concretas essa ideia não era uma opção.

Torna-se de conhecimento público o momento em que os europeus em seus egóicos devaneios de superioridade, que eram legitimados pelas nações consideradas de fato como Estados, denunciaram à Roma a resistência dos governantes congolezes

em aderir ao catolicismo e imposições europeias. Um sentimento de angústia torna-se presente ao analisar o quão audaciosos foram os portugueses em seus posicionamentos e imposições, visando erradicar qualquer resquício de uma cultura que fosse diversa à sua.

Devido às próprias denúncias portuguesas, nota-se uma contradição sobre a aceitação plena da religião católica dentro do território. Trazendo para a luz novamente o fato de que a religião era um ponto chave para que toda a África se identificasse como nação, ultrapassando até mesmo o conceito de limites, seria extremamente contraditório caso o catolicismo fosse aceito de braços abertos. O fato é que nunca houve uma ruptura com os costumes locais, apenas a abertura para a cultuação de algumas práticas e crenças católicas. O povo congolês considerava o catolicismo uma entre várias crenças existentes e válidas, ofendendo os portugueses.

É perceptível a boa vontade de convivência e multilateralidade por parte do povo Africano, sendo oposto à eugenia europeia gananciosa de conquista, exploração e destruição. A dificuldade de impor o autoritarismo culminou na necessidade de uma diplomacia missionária portuguesa para que houvesse a possibilidade concreta da catequização geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das histórias do Brasil e do Congo antes da colonização revela a profundidade e complexidade das sociedades indígenas e africanas, contrastando fortemente com as narrativas simplificadoras frequentemente impostas pelos colonizadores europeus. No Brasil, os povos originários, como os Tupis, eram organizados de maneiras sofisticadas e adaptadas às suas realidades locais, com sistemas sociais e econômicos próprios que foram severamente comprometidos pela chegada dos portugueses. De forma semelhante, o Congo apresentava uma estrutura política e social avançada, com um reino que se destacava por sua organização e riqueza, antes de ser devastado pela exploração e pelo tráfico de escravos europeus.

O processo colonial não se limitou à imposição de poder econômico e político, mas também envolveu um profundo choque cultural, que levou ao apagamento e à marginalização das identidades e tradições locais. O Brasil e o Congo, ambos afetados pela colonização, enfrentaram a destruição de suas culturas e a imposição de novas normas, muitas vezes em nome de uma visão eurocêntrica que desconsiderava a complexidade e a riqueza das culturas nativas.

A reflexão sobre o impacto da colonização nos revela a importância de reconhecer e preservar as raízes e identidades culturais que foram profundamente abaladas por esse processo. Compreender as dinâmicas culturais e sociais pré-coloniais é crucial para reverter o apagamento histórico e apoiar a revitalização das tradições e culturas originárias que ainda lutam para se manter vivas. A história de Brasil e

Congo, em seus contextos pré-coloniais e coloniais, destaca a necessidade urgente de uma reavaliação crítica das narrativas históricas dominantes e uma valorização mais equitativa das vozes e histórias dos povos colonizados.

REFERÊNCIAS

BOKA, P. **História do Reino do Congo**. Disponível em: <<https://www.hatshepsut.co/pt/reino-do-congo/#:~:text=Nima%20a%20Nzima%20e%20Luqueni,nascido%20entre%201367%2D1402%20EC>>. Acesso em: 03 mai. 2024

DAVIDSON, B.. **The Black Man's Burden: Africa and the Curse of the Nation-State**. New York: Three Rivers Press, 1993.

DENG, F. **Sovereignty as Responsibility: Conflict Management in Africa**. Washington, DC: The Brookings Institution, 1996.

HATSHEPSUT. **História do Reino do Congo**. Disponível em: <<https://www.hatshepsut.co/pt/reino-do-congo/#:~:text=Nima%20a%20Nzima%20e%20Luqueni,nascido%20entre%201367%2D1402%20EC>>. Acesso em: 02 abr. 2024.

HERBST, J.. **States and Power in Africa: Comparative Lessons in Authority and Control**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

HEYWOOD, A.. The Development of Modern Political Thought: An Overview. **Journal of African History**. Disponível em: <<http://piketty.pse.ens.fr/files/Heywood2009JAH.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2024

REDALYC. **História e Cultura do Reino do Congo**. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/879/87920318.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

SOUTH AFRICAN HISTORY ONLINE. **Kingdom of Kongo 1390-1914**. Acesso em: 30/04/2024. Disponível em: <<https://www.sahistory.org.za/article/kingdom-kongo-1390-1914>>.

A INTERNET COMO FERRAMENTA DE PODER

Juliana Aleixo de Souza

Resumo

Desde os primórdios, o ser humano buscou se comunicar. As cartas, inicialmente, foram essenciais, mas o telefone trouxe rapidez à comunicação entre poucas pessoas. Com a Internet, a integração global atingiu novos patamares, eliminando antigos limites. A Internet moderna originou-se da ARPA durante a Guerra Fria, com o objetivo de criar um sistema de comunicação robusto em resposta à ameaça soviética. Nos anos 70, a cultura libertária influenciou a transformação da Internet em um espaço de interação social. A comercialização da rede popularizou seu uso, culminando com a criação de redes sociais como *Classmates* em 1995 e Orkut em 2004, que expandiram os círculos sociais e possibilitaram novas formas de conexão. As redes sociais revolucionaram a comunicação, permitindo que qualquer pessoa se tornasse influente, moldando opiniões e comportamentos. A Internet, enquanto espaço democrático, também apresenta desafios, como a manipulação e desinformação. O caso *Cambridge Analytica* ilustrou como dados podem ser usados para influenciar eleições, destacando a importância da cibersegurança e a influência das plataformas digitais na política, objeto de estudo deste ensaio.

Palavras-chave

Comunicação. Internet. Redes sociais. Manipulação. Política.

Abstract

Since ancient times, humans have sought to communicate. Letters were initially essential, but the telephone brought speed to communication among a few people. With the Internet, global integration reached new heights, eliminating old boundaries. Modern Internet originated from ARPA during the Cold War, aiming to create a robust communication system in response to the Soviet threat. In the 1970s, libertarian culture influenced the transformation of the Internet into a space for social interaction. The commercialization of the network popularized its use, culminating in the creation of social networks like *Classmates* in 1995 and Orkut in 2004, which

expanded social circles and enabled new forms of connection. Social networks revolutionized communication, allowing anyone to become influential, shaping opinions and behaviors. The Internet, as a democratic space, also poses challenges such as manipulation and misinformation. The Cambridge Analytica case illustrated how data can be used to influence elections, highlighting the importance of cybersecurity and the influence of digital platforms in politics, the subject of this essay.

Keywords

Communication. Internet. Social networks. Manipulation. Politics.

1. INTRODUÇÃO

Desde os primórdios, o ser humano desenvolveu uma necessidade incansável de se comunicar com os outros ao seu redor. As cartas foram papel principal para alavancar a velocidade de comunicação durante o período antigo, expandindo horizontes por meio da escrita, porém contava-se com o trânsito entre territórios para sua entrega, envolvendo um certo tempo de espera para uma resposta. Já o telefone representou ainda mais uma rápida aceleração nas relações humanas, mas somente entre poucas pessoas, que deveriam estar em linha para que a conversa tomasse forma. No entanto, é somente com o surgimento da Internet que a sociedade se vê tão integrada, que os limites anteriores se desmantelam perante a uma nova forma de interação.

É fato que a Internet como conhecida hoje é fruto de pesquisas que não tinham em mente o ciberespaço destinado a grande massa - a ARPA: *Advanced Research Projects Agency* - foi estabelecida para competir contra a União Soviética durante a Guerra Fria, em 1958. Fica marcado o financiamento americano instigado pela competitividade tecnológica impulsionada pelo conflito com a URSS, um *boom* de ferramentas de comunicações, e de segurança das informações em caso de uso de armamento nuclear pelo outro lado liderou a frente, a fim de criar um novo sistema. E foi esta invenção que estruturou as bases necessárias para criar uma rede de comunicação entre milhares de computadores.

Vale mencionar a importância do pensamento dos anos 70, que, “marcados por protestos de jovens, nas grandes capitais mundiais, por mudanças sociais e econômicas” (ROTHGIESSER, 2015, p.18) disseminaram “um novo modo de produção, comunicação e estilo de vida, mais libertário e menos convencional, voltado à criatividade individual e ao estilo empreendedor” (Idem, p. 19).

Portanto, é a partir desta “encruzilhada insólita entre a Ciência, a pesquisa militar e a cultura libertária” (CASTELLS, 2003, p. 34) que surge a Internet como conhecida hoje, não mais somente um instrumento militar, mas também um novo campo

de interação da própria sociedade.

A partir da comercialização da rede para o grande público, não demorou muito para que tanto a comunidade técnica, quanto para as grandes operadoras de telecomunicação, percebessem sua importância. Ambas as partes desenvolveram mecanismos de controle, mas foi pela atuação dos Estados Unidos, que ajudou a determinar quem deteria o poder sobre a rede - seus usuários.

Após esta abertura, a sociedade enfrentou uma revolução em sua maneira de se comunicar entre si e interagir com o outro, não mais limitados por fronteiras. O que acarreta no surgimento da primeira rede social, em 1995, denominada *Classmates*, cujo objetivo era possibilitar reencontro de antigos colegas de faculdade. No entanto, o fenômeno de utilização das redes sociais é exponenciado em 2004 com o Orkut, inovador por permitir que o usuário expanda seu círculo social para além de suas restrições físicas, sendo possível participar de comunidades com aqueles que possuem gostos em comum, visitar outros perfis e compartilhar fotos.

O legado que o Orkut deixou permanece até hoje, com muitas das redes sociais atuais ainda se utilizando desta mesma fórmula de unir usuários com base em seus gostos. Por exemplo, o Facebook e o Twitter. Castells defende esta nova maneira de comunicar-se como uma nova forma de sociedade, chamada de sociedade em rede.

Essa sociedade em rede abre a possibilidade para participação de todos os tipos de forças políticas, visto que a internet oferece um canal de difusão de distintas ideias. Nesse sentido, a internet e o uso das redes sociais permitem uma interatividade que não existia anteriormente, abrindo portas para novas possibilidades de relação (MARTEL, 2015). Essas novas possibilidades são aproveitadas não apenas por atores da sociedade, mas por atores políticos, como evidencia o uso do Twitter em eleições presidenciais, como plataforma de campanha (GONÇALVES e ASSIS, 2019, p. 43).

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo ilustrar como a sociedade em rede possui valor para as relações contemporâneas, não só como ferramenta de comunicação, mas também delineadora de um novo tipo de mecânica de poder dentro do contexto político.

2. O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NA MOLDAGEM DAS DISCUSSÕES POLÍTICAS

Em primeira instância, é importante compreender a conceituação da política externa e doméstica por meio da visão internacionalista a fim de prosseguir com a análise em questão. Em seus cernes, possuem muitas peculiaridades que contribuem principalmente para sua divisão. Pois, a visão interna de um Estado se diferencia de

sua postura externa por diversos fatores, de tal modo que entender o porquê destes comportamentos é crucial.

Dentro da teoria das Relações Internacionais, é basilar o conhecimento de suas duas linhas de pensamento distintas. Por um lado, a escola realista em seu arcabouço possui autores como Hans Morgenthau e Kenneth Waltz, que acreditavam em um Estado soberano, onde todo o sistema internacional funcionava em detrimento de suas ações, de tal forma que se tornava anárquico. O principal elemento desta linha era seu entendimento de que os Estados, assim como na natureza humana hobbesiana, estavam em um eterno ciclo de guerra de todos contra todos. Desse modo, a sobrevivência de um Estado era feita somente pela acumulação de poder para manter a ordem e impedir que o outro te ataque.

As sociedades nacionais devem sua paz e sua ordem à existência de um Estado que, dotado de poder supremo dentro do território nacional, mantém a referida paz e ordem. Essa, aliás, era a doutrina de Hobbes, defensor da ideia de que, sem Estado, as sociedades nacionais se pareceriam com o cenário internacional, e a guerra “de cada homem contra cada homem” constituiria a condição universal da humanidade (MORGENTHAU, 2003, p. 905).

Por outro lado, a escola liberal se configura como oposta aos ideais realistas, teóricos como Robert Keohane e Joseph Nye acreditavam no papel primordial da cooperação, nas instituições como atores dentro do sistema internacional, em acordos e tratados firmados a fim de garantir regimes internacionais. Em suma, o liberalismo entende que, embora o Estado ainda seja importante e detentor da soberania, existe um mecanismo de interdependência entre todos os envolvidos no cenário global, motivados principalmente pelo plano econômico, cria-se uma comunidade internacional. Aqui, o poder se encontra na participação e força dentro das instituições para garantir seus interesses.

Relações de interdependência impregnadas de poder colocam dilemas para os Estados, uma vez que a interdependência restringe a capacidade dos governos de controlar os eventos que os interessam. Uma resposta a esses dilemas e a busca da reafirmação da soberania estatal por meio de decisões unilaterais. Uma outra forma é formar instituições multilaterais ou aderir a elas, nas quais os governos cooperam para melhorar sua capacidade de lidar com um conjunto de problemas. Essas instituições, muitas das quais são agora denominadas “regimes internacionais”, estabelecem normas e criam estruturas no seio das quais acordos talhados entre governos podem ser realizados. (KEOHANE, 1996, p.166)

Portanto, percebe-se a dicotomia existente entre a imutabilidade do sistema anárquico realista e a flexibilidade da interconexão dos autores para os liberais, no entanto, um ponto interessante é que ambas as teorias se centram principalmente em um elemento: garantir poder para alcançar seus interesses, sejam quais forem.

A discussão política é impactada pelo advento da globalização, exponenciada pela própria história do século XX, foram as Guerras Mundiais, a Guerra Fria, a queda do Muro de Berlim e o Fim da História que colocaram em curso o início de um período de inovação tecnológica sem precedentes, que resultou não somente na criação da Internet, mas também em novos dispositivos de comunicação (telefones sem fio, computadores e satélites) capazes de aproximar Estados e Povos que antes talvez jamais tivessem a oportunidade. Os obstáculos físicos se tornam triviais quando o outro está somente a uma ligação de distância.

Em um mundo onde o território físico agora precisa disputar sua relevância com a conexão instantânea do ciberespaço, se torna importante entender até onde se entende a ação do Estado visto que todos com acesso à rede podem discutir suas ações e seu futuro. Principalmente quando as especulações formadas online se tornam ameaças reais à soberania estatal. Sendo assim, “A internet proporciona uma capacidade democrática gigantesca, sua força é bastante significativa, ainda assim seus reflexos na sociedade [...] remete àquilo que os usuários carregam culturalmente” (BELLO, 2017, p.27)

É fato que as redes sociais possuem significada importância para este contexto, de acordo com a Forbes, em 2023, um estimado de 4,9 bilhões de pessoas usam redes sociais mundialmente, estimando-se que até 2027 o número chegue a 5,7 bilhões. Embora os usuários estejam em média em cerca de seis a sete plataformas, os aplicativos mais utilizados, como o Facebook e o Youtube, são recorrentes nas listas. Vale mencionar também a importância do X (antigo Twitter) e TikTok.

Grande parte da razão pela qual usuários estão sempre querendo estar ativos em suas redes se dá a refinada ferramenta de algoritmo, para garantir que o conteúdo seja sempre interessante ao consumidor.

Os algoritmos funcionam da seguinte forma, com base na coleta de dados sobre o comportamento do usuário feito nas plataformas, como likes e compartilhamentos, o programa é capaz de categorizar as preferências e classificar em uma certa persona. Por exemplo, quanto mais se curte vídeos, publicações sobre um determinado nicho, maior a probabilidade do mesmo aparecer em seu feed. Formando um ecossistema que se alimenta dos dados do usuário para garantir que este esteja sempre interessado em consumir cada vez mais.

Este fenômeno não é desconhecido, patenteado por Herbert Simon, a atenção humana tornou-se um bem escasso, garantindo um novo sentido de ferramenta econômica em que é possível ser capitalizada. “A introdução contínua de novos produtos, novas fontes de estímulo e fluxos de informação surgiam em paralelo ao desen-

volvimento de novos métodos de administração dos indivíduos.” (BENTES, 2021, pag. 187)

Capitalizar a atenção do usuário dentro das redes sociais se tornou crucial para garantir seu lucro, “De um lado, a necessidade de criar formas de gestão da atenção em prol da produtividade; de outro, o surgimento de estratégias de captura da atenção ou de fontes de distração para o consumo e o entretenimento.” (BENTE, 2021, pag. 191). Para Tim Wu, professor da Columbia Law School, existe uma indústria de captação da atenção humana por meio dos comerciantes da atenção, responsáveis por este novo modelo de negócios em que os consumidores são os produtos, vendidos aos publicitários com o objetivo de gerar capital. (BENTE, 2021, pag. 192)

Em consequência, se a atenção se tornou capitalizada, pode-se dizer que a própria experiência humana online é uma forma de lucro. O comportamento do usuário é convertido em dados, que podem ser vendidos para terceiros, ou analisados com objetivo de entender o perfil consumidor e expor anúncios que induzam o mesmo a comprar produtos e serviços direcionados pelo próprio algoritmo, que analisa o interesse para aprender ainda mais sobre como o categorizar. Para Shoshana Zuboff, essa nova era é conhecida como “Capitalismo de Vigilância”.

Os capitalistas de vigilância descobriram que os dados comportamentais mais preditivos provêm da intervenção no jogo de modo a incentivar, persuadir, sintonizar e arrebanhar comportamento em busca de resultados lucrativos. Pressões de natureza competitiva provocaram a mudança, na qual processos de máquina automatizados não só conhecem nosso comportamento, como também moldam nosso comportamento em escala (ZUBOFF, 2019, pag. 23)

Se é importante para as redes sociais, que a atenção e experiência do usuário seja sempre moldada para incentivar ainda mais seu uso, a fim de capitalizar seus dados e moldar o comportamento a fim de garantir lucros, o efeito colateral desta cadeia de acontecimentos e um agrupamento de indivíduos com as mesmas visões de mundo, reforçados para formar grupos que se retroalimentam de seus comportamentos. O que resulta em polarizações ideológicas fáceis de serem identificadas nas redes.

Em um exemplo claro, a grande polarização durante as eleições brasileiras de 2018, defensores da direita eram rotulados como “*bolsominions*” e os de esquerda como “*petistas*”. Tais grupos polarizados recebiam em seu feed de notícias somente informações positivas sobre o lado que defendiam enquanto notícias negativas sobre o opositor também eram expostas, muitas vezes sem sequer serem verdadeiras. Afinal, as *fake news* também são outro elemento importante para a discussão das redes sociais, no ciberespaço não importa a veracidade a informações, contanto que as mesmas gerem engajamento dos usuários significa uma situação positiva para o algoritmo, que seguirá enviando mais notícias e alimentando o ciclo.

Tendo em vista, agora, a estrutura criada para garantir a atenção do usuário conforme elucidado por Herbert Simon, alinhado ao capitalismo de vigilância e o uso do algoritmo para categorizar a experiência em agrupamentos de semelhantes, torna-se evidente a importância e papel das redes sociais dentro das discussões políticas por ela incentivadas.

Os interesses econômicos aliados ao grande volume de dados não deixariam de se traduzir em interesses políticos. Compreender as lógicas de uso das redes sociais envolve também identificar sua maneira de se associar às mídias de massa prévias e o modo como tais interesses se relacionam. Ainda é preciso, portanto, analisar melhor tal convergência tecnológico-midiático-política como mais do que mera incorporação e disseminação dos conteúdos das antigas mídias pelas novas: a difusão – de forma nunca antes vista – de sua cultura da popularidade. As relações por meio das redes sociais atraem e cativam ao inserir seus usuários em uma economia midiática do reconhecimento regida pela busca de atenção” (MACHADO, MISKOLCI, 2019, p. 947)

Para finalizar o tópico, resta nomear os atores dentro das redes responsáveis por alimentar ainda mais este ciclo. A popularidade online é um incentivo, garantir apoio de seus semelhantes no meio digital a fim de agregar mais seguidores até atingir o topo da cadeia social e se tornar um *influencer*, cujo próprio nome entrega seu papel: Influenciar usuários a seguir suas opiniões, estilo de vida e até ideologia política. Figuras como Nikolas Ferreira e Felipe Neto foram essenciais para a disseminação ao seu público-alvo de notícias, opiniões e até manifestações públicas para seus respectivos candidatos.

Para os *influencers*, garantir a “viralização” de seus conteúdos impulsiona sua popularidade, pois garante que fuja de sua bolha e angarie mais seguidores. No entanto, “a seleção de conteúdo a partir de sua “viralização”, como a realizada pelos agentes intermediários digitais, tende a favorecer uma diversidade pobre de temáticas frente ao pluralismo positivo e democratizante desejado” (PASQUALE, 2017, pág. 18). Perde-se a preocupação com a qualidade destas informações em prol do engajamento.

Um outro efeito é a perda do pensamento crítico por parte da grande massa, quando se apoia somente no que é dito por influenciadores digitais ou veículos de informação mais interessados em lucrar com a viralização, costuma-se identificar que as pessoas confiam no que é dito por meio destes canais, sem necessariamente realizarem o trabalho de entender se a informação é verdadeira.

Um exemplo desta acomodação é a adição das “notas da comunidade” no X (antigo Twitter), a inclusão desta ferramenta permite que colaboradores identifiquem posts potencialmente enganosos e notifiquem a todos por meio de explicações adi-

cionadas à postagem. Embora esta ferramenta seja importante, também contribui para a complacência digital, pois ainda assim, o indivíduo afetado não irá buscar a verdade por ele e tampouco formará uma opinião genuinamente criada por si.

Assim, sendo, e finalizada a construção da visão macro dos mecanismos por trás da sociedade em rede, conforme explicada por Castells. Em resumo, estar online significa ser sujeito a posts virais, criados por influencers digitais que garantem sua popularidade por meio das publicações, ao garantir cliques, o próprio algoritmo redirecionará mais publicações semelhantes, a fim de categorizar o comportamento individual e gerar dados capazes de serem vendidos a terceiros ou a própria plataforma. O objetivo principal é lucrar com a atenção dada, fazendo com que cada vez mais se gaste tempo nas redes, sem se importar com o conteúdo consumido, polarizando ainda mais a própria opinião sob pena de perder o próprio pensamento crítico e por fim, se enquadrando em uma bolha personalizada para si mesmo. Por conta deste sistema, as redes sociais são gratuitas, visto que o que está sendo vendido é o próprio consumidor.

A internet devido a sua capacidade de garantir a liberdade de expressão aos seus usuários nas redes, garante que a sua opinião sempre será ouvida, e melhor ainda, que encontrará semelhantes em sua ideologia, de tal forma, o ciberespaço nada mais é que um grande reflexo do pensamento uníssono da sociedade e suas bolhas, ligada a própria raiz da história da humanidade.

Ao definirmos e condenarmos estes conceitos, temos então a definição da Sociedade Digital. Enquanto existem aqueles que fielmente defendem sua própria filosofia, pensamento e política, outros discordarão em um eterno ciclo de discussões - políticas ou não - fomentadas ainda mais pelas próprias redes, que desejam que seus usuários se mantenham ativos para lucrar. Estar online e estar em eterno estado de discurso e defesa de sua própria existência como ser humano, é lucrativo que exista esse caos informacional.

3. A INTERNET COMO NOVO ESPAÇO DE DISPUTA POR PODER

É inegável a importância do poder dentro do campo das relações internacionais, este sendo o principal definidor de atores que possuem, ou não, relevância para o âmbito internacional. Sua definição é fluida e, dentro de seu conceito principal é que se desenvolvem as diversas linhas do estudo acadêmico do tema, refinadas ao longo dos anos. No entanto, para todas elas, o acúmulo e defesa do próprio poder torna-se imprescindível para a sobrevivência de um Estado.

Poder dentro de uma categoria realista pode exemplificar o poderio militar e a capacidade que um Estado tem de forçar o outro a cumprir o que quer, e caso não obtenha o que deseja, pode utilizar a guerra como recurso. Ou seja, poder e impor a vontade de um ator no sistema internacional.

Tal definição pela lógica é definitivamente correta, porém, Joseph Nye constitui um arcabouço teórico que torna-se muito utilizado dentro das Relações Internacionais sobre o poder. Para ele, embora exista sim um poder que se apoie na capacidade militar, e que apresenta relevância para o Sistema Internacional, nem sempre ela será a única expressão deste. Vide o mundo pós-guerra fria, em que os Estados Unidos configuram-se no topo da soberania em termos econômicos e bélicos, mas mesmo assim foram incapazes de prever o 11/09. A partir deste pressuposto que Nye divide a categoria do poder em duas: o *Soft Power* e o *Hard Power*.

De forma prática, ambos são a antítese de si mesmos, o *Hard Power* é a definição mais objetiva do poder, manifestada pela força bruta, como potência econômica e militar. Em outras palavras, este tipo se apresenta como capacidade de exercer influências diretas sobre um outro ator do Sistema Internacional, seja por meio de incentivos financeiros, sanções econômicas ou até mesmo a guerra.

Um exemplo claro é a resposta dos Estados Unidos sobre o atentado às torres gêmeas: A invasão e guerra contra o Afeganistão com o objetivo de capturar o líder da Al-Qaeda, Osama Bin Laden.

Por outro lado, o *Soft Power* é subjetivo, e difícil de ser facilmente percebido por aqueles que não o compreendem. Pode-se definir como a habilidade de conseguir manipular sua própria imagem para torná-la atrativa o suficiente para outro Estado, que desejará acatar com os seus interesses. Isto significa utilizar da propaganda de seus valores políticos ou culturais para exercer uma influência indireta.

Pode-se exemplificar tal conceito com o cinema americano, que escolhia os inimigos de acordo com os conflitos da época, durante a Guerra Fria, os inimigos eram russos, ou vietnamitas no conflito com o Vietnã, já os heróis sempre eram americanos. Ao mesmo tempo, vendiam o “*American Dream*” nas telas, uma espécie de ethos da indústria publicitária, neste cenário, viver nos Estados Unidos significa maiores chances de prosperidade, liberdade e mobilidade social para as famílias. Tal modelo auxiliou no estabelecimento da hegemonia americana como heróis capazes de liderar as decisões políticas no campo internacional.

Atualmente, é discutido o surgimento de uma terceira via para a concepção do poder, o *Cyber Power*. Intrinsecamente ligado aos comportamentos dentro do ciberespaço. De acordo com Joseph Nye Jr:

Definido comportamentalmente, o poder cibernético é a capacidade de obter resultados preferidos através do uso dos recursos de informação eletronicamente interconectados do domínio cibernético. [...] O poder cibernético pode ser usado para produzir resultados preferidos dentro do ciberespaço ou pode usar instrumentos cibernéticos para produzir resultados preferidos em outros domínios fora do ciberespaço. (NYE JR, *tradução própria*, 2010, p.7-8)

Desse modo, entende-se que o poder cibernético pode surtir efeitos tanto em seu campo natural - o ciberespaço - como fora dele, no território físico. As informações transmitidas por meio da Internet podem ser convertidas em *Soft Power*, tal fato fica claro com as organizações criadas em redes sociais que se convertem para o ambiente público, por exemplo, as ocupações de prédios universitários americanos por parte de manifestantes pró-palestina após a escalada do conflito Israel-Palestina. Ao ponto que coloca o governo de Biden em uma situação delicada por seu apoio a Israel com envio de armamentos, em contrapartida com as tensões internas que clamam por um cessar-fogo justamente em um ano eleitoral norte-americano, aumentando a possibilidade de eleição do ex-presidente Donald Trump.

Este fenômeno está intrinsecamente ligado ao *Cyber Power*, pois, toda a movimentação dos manifestantes está sendo completamente exposta nas redes sociais, como TikTok e Twitter, usuários organizam os eventos e divulgam na Internet, arrecadam doações para ajudar os palestinos a saírem da Faixa de Gaza, além de planejar boicote a empresas que contribuem para Israel. De acordo com a BBC, o boicote planejado online ao McDonald's pelo grupo pró-palestino Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) ocasionou "a cadeia de fast-food sua primeira perda trimestral de vendas em quase quatro anos devido ao fraco crescimento na sua divisão de negócios internacionais" (BBC, 2024).

Assim sendo, fica claro a mutabilidade do ciberespaço, os diversos atores dentro do mundo digital, que vão desde universitários fartos do comportamento americano no conflito Israel-Palestina, ou Influencers que buscam capitalizar em cima de movimentos políticos, até grandes corporações agindo "por detrás das cortinas", controlando o comportamento dos usuários por meio do estudo dos dados de cada indivíduo e o assinalando a um determinado grupo a fim de influenciar suas decisões políticas. Mesmo sem possuir espaço físico, a sociedade digital ali inserida está ativamente alterando o Sistema Internacional, a fim de qualificar os objetivos daqueles que conseguem manipulá-la.

A questão do *Cyber Power* engloba justamente o uso e manipulação dos dados obtidos na Internet, pois, para conseguir manusear a opinião pública e garantir que os usuários estão agindo de forma esperada no sistema digital, é preciso conhecê-los, e entender qual função os mesmos podem desempenhar para que seja capaz atingir o resultado esperado. Logo, não existe lugar melhor para coletar dados e estudar o comportamento que nas redes sociais. Um caso importante que comprova esta conceituação é o escândalo entre a Cambridge Analytics e a análise dos usuários do Facebook.

Como descrito por Leticia Costa Oliveira em 2021, a Cambridge Analytics foi uma consultoria política britânica, fundada em 2013 e com as operações encerradas em 2018. A empresa prestou seus serviços em dois casos importantes, o Brexit e as eleições americanas de 2016. A partir de 2014, a empresa chefiada no período por

Steve Bannon, cujo possuía fortes laços com a direita americana além de ser o estrategista da campanha eleitoral de Trump, se utilizou dos dados obtidos pela empresa para formar a estratégia política usada para eleger Donald Trump. As informações coletadas correspondiam a dados como profissão, idade, localização, ou seja, toda e qualquer preferência que poderia ser útil para atrair eleitores ao candidato republicano. Estes dados coletados eram usados para manipular as publicidades e notícias disseminadas na *timeline* de cada usuário, de forma que cada um receberia uma publicação específica capaz de “converter” o público-alvo.

Vale citar que nem sempre estas publicações e notícias eram verdadeiras, visto que no âmbito digital, as *Fake News* são outra ferramenta de grande valor para manipulação em massa. Para Zygmunt Bauman, a modernidade é líquida, ou seja, o fluxo em que se vive se altera constantemente, tudo é invariavelmente fluido demais para se solidificar. Esta inconstância “e este cenário onde vivemos de uma sociedade líquida, onde fatos objetivos influenciam menos do que crenças pessoais, é um ambiente altamente propício à disseminação e propagação das *Fake News*” (PACHECO, KNIHS E SILVA, 2021, p. 16)

Um grande culpado na utilização destes dados é a rede social que permitiu a disponibilização de forma ilegal estas informacoes para a Cambridge Analytics. Embora alegue que não tinha o conhecimento, o Facebook continha um aplicativo chamado *thisisyourdigitallife* que realizava testes de personalidades de caráter lúdico, a rede social autorizou que o professor de psicologia russo, Aleksandr Kogan, o estudasse para fins acadêmicos, coletando os dados que o aplicativo disponibilizava. O argumento do Facebook é que os usuários concordavam em ceder essas informações quando acessavam o aplicativo.

A problemática se inicia quando Kogan faz o repasse destes dados, sem o consentimento dos usuários e sem o conhecimento da rede social, para a Cambridge Analytics. De acordo com o Facebook, cerca de 87 milhões de contas tiveram seus dados explorados por meio dessa brecha. Inevitavelmente, a Cambridge Analytics fechou suas portas em 2018, após contrair uma dívida milionária referente a multa recebida pelos atos durante as eleições americanas e o Brexit.

No entanto, esta não foi a única vez que o Facebook foi culpado por vazamentos de dados, de acordo com o Globo, durante o mesmo período, a empresa foi acusada de:

compartilhar mais dados pessoais de seus usuários com cerca de 150 gigantes da tecnologia, como Microsoft, Amazon e Netflix [...] O Facebook autorizou ao Bing, a plataforma de busca da Microsoft, a ver todos os nomes das amizades dos usuários do Facebook. À Netflix e ao Spotify permitiu ler as mensagens privadas. A rede social também deu à Amazon acesso ao nome dos usuários e informações de contato e ao Yahoo permitiu ver

publicações das amizades. (GLOBO, 2018)

Em síntese, é importante entender a nova interdependência entre as conjecturas de poder. Enquanto as relações internacionais já se encontram acostumadas com o *Soft* e *Hard Power*, a chegada relevante do *Cyberpower* não deve ser subestimada, tendo em vista que pode influenciar de maneira indireta e direta a esfera internacional ao manipular informações e conduzir comportamentos em escala massiva, diferente do que já estava previamente descrito na teoria de Nye.

É por meio da análise e coleta de dados de usuários que o poder cibernético tem seu maior trunfo, capaz de não se limitar aos domínios do ciberespaço e causar verdadeiro impacto em decisões políticas e sociais. O caso da Cambridge Analytics com o Facebook durante as eleições americanas não se trata de um evento isolado no mundo atual. Cada vez mais empresas, redes sociais e até mesmo Estados trabalham em conjunto para usar essa ferramenta e manipular a opinião pública. Demonstrando que a atenção e experiência do usuário dentro da Internet não é só um bem escasso ou forma de lucro, mas também uma perigosa ferramenta política se cair em mãos erradas.

4. ELEIÇÕES AMERICANAS DE 2016 A INVASÃO DO CAPITÓLIO: UMA REFLEXÃO SOBRE O PODER DA INTERNET

Se até 2016 não havia ficado clara a importância das redes sociais como ferramenta política, após as eleições americanas o mundo experienciou um dos casos mais marcantes desta nova Era da informação. O embate entre a democrata Hillary Clinton e o republicano Donald Trump, representou muito mais do que apenas a dicotomia entre esquerda e direita, mas também apresentou ao mundo os piores malefícios de se manter online: as Fake News e a radicalização de grupos extremistas, ao ponto de partirem para ações fora das telas.

É importante notar que o próprio modelo de votação americano auxiliou na vitória dos republicanos durante as eleições de 2016. Em vez de votar diretamente para o presidente, os eleitores de cada estado escolhem um grupo de representantes para compor o Colégio Eleitoral, sendo responsáveis por votar diretamente para o presidente num sistema em que quem obtiver 270 votos ganha. Isso significa que o foco das campanhas é muitas vezes nos «swing states» ou estados-pêndulo, como Flórida, Pensilvânia e Ohio, onde nenhum partido político tem uma vantagem clara e que podem decidir a eleição.

Hillary Clinton estava bem consolidada, porém, seu ponto chave era ganhar os “Swing States”. Já havia um certo consenso da mídia e das pesquisas que apontavam sua vitória, contudo, a candidata não é capaz de virar os votos nestes locais, o que inevitavelmente garantiu sua derrota no Colégio Eleitoral.

A história começa durante o período de campanha, conhecido por ser um em-

presário e ex-apresentador de TV, Trump se destacava pelas suas publicações “sem filtro” em suas redes, principalmente o *Twitter*. Defendendo os valores conservadores ao mesmo tempo que buscava restabelecer o mesmo sentimento da Doutrina Monroe para o seu lema “*Make America Great Again*”, o fato é que o candidato direcionava duras críticas e zombava à campanha da democrata, e ganhava atenção da grande massa por sua postura. Um dos grandes erros de Hillary Clinton, foi justamente não acompanhar esse comportamento. De acordo com o G1, o modo que o perfil da candidata assumia o tom mais esperado e formal, ao demorar para responder às falas do republicano e se utilizando de um comitê, composto de 8 mulheres que analisavam qual seria a melhor resposta, prejudicou sua própria imagem (Globo, 2020).

Mas o grande trunfo de Donald Trump, não foi simplesmente a diferença de comportamento online. Uma sucessão de eventos direcionados a manchar a reputação de Hillary Clinton tiveram grande papel na virada de jogo que foi sua derrota.

Em primeiro lugar, a teoria de conspiração *Pizza Gate*, que toma força em novembro de 2016, ela sugeria a existência de um grupo de líderes do Partido Democrata e figuras da alta sociedade americana - incluindo Hillary Clinton e seu secretário de campanha John Podesta - que estariam envolvidos em um esquema de abuso infantil com ligações ao satanismo. O que parecia ser apenas mais uma narrativa instigada pelo “submundo” das redes por meio de chans se torna uma das principais ferramentas utilizadas pela extrema-direita, se mostrando particularmente difícil de ser desmentido. De forma que não só os apoiadores de Trump estavam espalhando, o *#PizzaGate* se tornou uma história viralizada nas redes sociais, tomando ainda mais atenção com os WikiLeaks.

Neste mesmo período, hackers supostamente ligados ao governo russo, vazaram e-mails do Comitê Nacional Democrata e do chefe da campanha de Clinton. Essas trocas foram publicadas no site WikiLeaks e serviram de discurso para Trump e opositores. Além disso, as mensagens encontradas davam tração aos defensores do *Pizza Gate*, alegando que havia codificações escritas nas entrelinhas e uma possível localização de QG das operações de abuso na pizzeria Comet Ping Pong, em Washington, DC.

No entanto, não havia somente conspirações escritas nos e-mails vazados. Hillary Clinton adotava posturas controversas, sugerindo uma intervenção sigilosa na Síria e ameaçando oficiais chineses de posicionar mísseis na região caso não conseguissem controlar a Coreia do Norte. O que não ajudou a manter sua imagem limpa, e com tão pouco tempo para as votações, era impossível amenizar os danos.

Ademais, há ainda um fator essencial que garantiu a vitória de Trump e simboliza um marco para a nova era da Internet. A disseminação de Fake News nas redes sociais serviu de expositor das situações anteriores, criando uma atmosfera de desconfiança e polarização. Para Allcott e Gentzkow:

Definimos “fake news” como artigos de notícias que são inten-

cionalmente falsos, podendo enganar os leitores. [...] Nossa definição inclui artigos de notícias intencionalmente fabricados e aqueles que se originam em sites satíricos, mas que podem ser mal interpretados como fatos, especialmente quando vistos isoladamente em feeds do Twitter ou Facebook. Por exemplo, em julho de 2016, o agora extinto site wtoe5news.com relatou que o Papa Francisco havia endossado a candidatura presidencial de Donald Trump. A página “Sobre” do WTOE 5 News divulgava que era um site de notícias de fantasia. Mas esse aviso não foi incluído no artigo. A história foi compartilhada mais de um milhão de vezes no Facebook, e algumas pessoas relataram acreditar na manchete. (Alcott, Gentzkow, 2017, tradução própria)

Conforme previamente explicitado, esta disseminação de notícias falsas não foi por acaso, sendo parte integral do plano da campanha eleitoral de Donald Trump, que funcionou exatamente como esperado. O mundo online durante 2016 se tornou um ambiente recheado de notícias falsas, teorias da conspiração e vazamento de informações cruciais, todas com um objetivo em mente: garantir a desacreditação dos Democratas e tornar a vitória Republicana uma realidade.

Sendo assim, Trump é mais que um símbolo do conservadorismo americano. Visto que sua campanha e comportamentos, por mais que controversos, entenderam a importância do controle online, e usaram de todos os artifícios possíveis para manter sua vantagem nas redes sociais, seja por meio do uso indevido dos dados dos usuários, seja desmoralizando sua oponente.

Com a sua vitória, uma nova conspiração surge para dar suporte e força aos seus apoiadores mais radicais, baseada em diversas outras narrativas, incluindo o *Pizza Gate*, o QAnon sustenta que Trump estaria travando uma guerra secreta contra um grupo internacional de pedófilos satânicos. Estes seguidores, diferente dos anteriores, apresentam comportamento muito mais radicalizado e violento, tornando os que acreditam nesta teoria em criminosos.

O QAnon surge assim como a sua teoria-mãe *Pizza Gate*, em um *post* do 4chan, em que um usuário anônimo apelidado de “Q” afirma fazer parte do alto escalão do Departamento de Energia dos Estados Unidos, e que teria informações ultrassecretas relacionadas ao governo. O *post* é descoberto por uma youtuber chamada Tracy Diaz, que se tornaria uma das maiores disseminadoras da teoria. Para a Sentinela:

QAnon também representa uma ideologia militante e anti-establishment enraizada em um desejo apocalíptico de destruir o mundo existente e corrupto para inaugurar uma era dourada prometida. Esta posição encontra ressonância com outros movimentos extremistas de extrema direita, como várias organizações militantes, anti-governo, nacionalistas brancas e neonazistas nos Estados Unidos. (Amarasingam, Argentino, 2020. p.39)

Tradução própria)

O QAnon torna-se um grupo que quebra as barreiras e acolhe cada vez mais seguidores, ao ponto em que a violência começa a tomar conta. Tal como no dia 6 de janeiro de 2021, Donald Trump perde sua reeleição e se nega a reconhecer sua derrota, afirmando fraude. Em decorrência disto, milhares invadem o Capitólio, em Washington, durante a sessão que confirmaria a vitória de Joe Biden. Sendo o local considerado o símbolo do poder político dos Estados Unidos. O ato estava composto majoritariamente de indivíduos ligados às ideias do QAnon, inclusive trajando roupas e bandeiras com a marca da conspiração estampadas.

De acordo com a CNN Brasil, “cinco pessoas, incluindo um policial, morreram durante ou logo após o incidente, e mais de 140 policiais ficaram feridos. O Capitólio sofreu danos de milhões de dólares.” Além disso, “mais de 1.100 pessoas foram presas sob acusações relacionadas ao ataque ao Capitólio. Destas, mais de 630 se declararam culpadas e ao menos 110 foram condenadas em julgamento” (CNN, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Internet como ferramenta política: onde e para quê?

A humanidade segue progredindo em direção a uma maior conectividade e interação. No entanto, é a partir da construção da ideia da Internet com cerne de seu poder em seus usuários, que se tem o estopim da revolução como a sociedade se organiza. A difusão das ideias, opiniões e notícias são praticamente instantâneas. Mas o que se pensou que seria um avanço, tem se mostrado como uma ferramenta perigosa de organização política. O poder da Internet está em seus usuários, porém, estes são sujeitos a manipulação, portanto, quem realmente controla a rede é quem é capaz de influenciar a massa.

À medida que se explora estas novas fronteiras digitais, é essencial reconhecer que a sociedade em rede amplifica vozes individuais, desafiando estruturas tradicionais da mídia, agora, qualquer um pode ser capaz de tornar-se uma figura com milhares de seguidores. Capitalizando seu conteúdo como forma de manter-se sempre relevante, garantir que o algoritmo sempre traga mais visualizações. Portanto, o sistema se retroalimenta desta atenção para crescer e assegurar a atenção de seus usuários, bem essencial para o meio digital.

Além disso, a ascensão das redes sociais como plataformas dominantes na era digital ampliou exponencialmente a capacidade dos indivíduos de se engajarem no debate público e na formação de opinião. No entanto, essa conectividade sem precedentes também trouxe consigo preocupações sobre a fragmentação da opinião pública e o surgimento de bolhas de informação, exacerbadas pela monetização da atenção dos usuários e pela disseminação de conteúdo muitas vezes desinformado ou polarizador. Desta maneira, os influenciadores digitais e o poder dos algoritmos agem para

moldar o comportamento e a percepção dos usuários, neste contexto as dinâmicas políticas tradicionais estão sendo redefinidas no contexto da Sociedade Digital.

Enquanto a Internet oferece um espaço democrático para a expressão individual e a participação cidadã, também desafia os fundamentos da democracia ao expor vulnerabilidades à manipulação e à desinformação. A Sociedade Digital é um campo de batalha complexo onde os valores democráticos e os interesses comerciais se entrelaçam, exigindo um equilíbrio cuidadoso entre liberdade de expressão e responsabilidade pública.

No contexto contemporâneo, o poder cibernético não só complementa as formas convencionais de poder, como também redefine as estratégias de influência e governança global. A capacidade de conduzir comportamentos e moldar percepções através das plataformas digitais e redes sociais torna-se um instrumento poderoso, capaz de alterar significativamente o panorama das relações internacionais. Embora não necessariamente esteja focado nas relações entre os Estados, o poder cibernético é capaz de alterar a percepção dos usuários acerca de um Estado ou conjectura política.

O caso da Cambridge Analytica, ao utilizar dados do Facebook para manipular as eleições estadunidenses de 2016, é um exemplo de como a Internet pode ser usada para sutilmente confeccionar uma situação em que, aos poucos, um usuário é lentamente manipulado por meio de seus próprios dados. Após as eleições americanas de 2016, ficou claro o impacto profundo das redes sociais como ferramenta política, não apenas na dicotomia entre Hillary Clinton e Donald Trump, mas também na disseminação de Fake News e na radicalização de grupos extremistas.

A campanha de Trump, com seu uso estratégico do Twitter e outras plataformas, exemplificou como o comportamento online pode influenciar massivamente o eleitorado. Além do uso estratégico das redes sociais, Trump se beneficiou de uma série de eventos que minaram a campanha de Clinton, incluindo vazamentos de e-mails e teorias conspiratórias como o Pizza Gate. Essas narrativas, amplamente difundidas nas redes sociais, contribuíram para desacreditar Clinton e alimentar um ambiente de polarização e desconfiança. A vitória de Trump não apenas marcou uma mudança política significativa, mas também destacou o papel crescente das plataformas digitais na moldagem da opinião pública e na condução dos processos eleitorais no século XXI.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ECONOMIC ASSOCIATION. The Impact of Social Media on Political Participation. *Journal of Economic Perspectives* 31, no. 2 (2017): 211-234. Disponível em: <<https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.31.2.211>>. Acesso em 2 set. 2024.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BBC NEWS. *Donald Trump: Oito Coisas que Precisamos Saber Sobre Sua Presidência*. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-us-canada-37639370>>. Acesso em 2 set. 2024.

BBC NEWS. *Facebook, Cambridge Analytica and Data*. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/crg9rrg1q78o>>. Acesso em 2 set. 2024.

BELFER CENTER FOR SCIENCE AND INTERNATIONAL AFFAIRS. *Cyber Power*. Disponível em: <<https://www.belfercenter.org/sites/default/files/legacy/files/cyber-power.pdf>>. Acesso em 2 set. 2024.

COMBATING TERRORISM CENTER AT WEST POINT. *Sentinel: Cyber Power and Cyber Warfare*. Disponível em: <<https://ctc.westpoint.edu/wp-content/uploads/2020/07/CTC-SENTINEL-072020.pdf>>. Acesso em 2 set. 2024.

FORBES. *Social Media Statistics*. Disponível em: <<https://www.forbes.com/advisor/business/social-media-statistics/>>. Acesso em 2 set. 2024.

G1 GLOBO. *Cambridge Analytica se Declara Culpada por Uso de Dados do Facebook*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/01/09/cambridge-analytica-se-declara-culpada-por-uso-de-dados-do-facebook.ghtml>>. Acesso em 2 set. 2024.

G1 GLOBO. *Como Donald Trump Venceu as Eleições de 2016 com 3 Milhões de Votos a Menos que a Adversária Hillary Clinton*. Acesso em 2 de setembro de 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2020/noticia/2020/10/25/como-donald-trump-venceu-as-eleicoes-de-2016-com-3-milhoes-de-votos-a-menos-que-a-adversaria-hillary-clinton.ghtml>>. Acesso em 2 set. 2024.

G1 GLOBO. *Facebook compartilhou mais dados com gigantes tecnológicos do que o revelado, diz jornal*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2018/12/19/facebook-compartilhou-mais-dados-com-gigantes-tecnologicos-do-que-o-revelado-diz-jornal.ghtml>>. Acesso em 2 set. 2024.

G1 GLOBO. *Facebook eleva para 87 milhões o número de usuários que tiveram dados explorados pela Cambridge Analytica*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/facebook-eleva-para-87-milhoes-o-n-de-usuarios-que-tiveram-dados-explorados-pela-cambridge-analytica.ghtml>>. Acesso em 2 set. 2024.

GONÇALVES, Nanci F. C.; ASSIS, M. G. d.. *Twiplomacy: A Ascensão de Donald Trump em 140 Caracteres*. 2019.

MIGALHAS. *Fake News: Perspectivas Filosóficas sobre Tecnologia e Verdade*.

Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/coluna/direito-digital/400151/fake-news-perspectivas-filosoficas-sobre-tecnologia-e-verdade>>. Acesso em 2 set. 2024.

OLIVEIRA, L. C.. Uso de dados pessoais na era digital e o Cambridge Analytica. 2021. Disponível em: <<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1870/1/2021.1%20-%20Let%C3%ADcia%20Costa%20Oliveira%20-%20Uso%20de%20dados%20pessoais%20na%20era%20digital%20e%20o%20Cambridge%20Analytica.pdf>>. Acesso em 2 set. 2024.

PEW RESEARCH CENTER. Americans' Social Media Use. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/internet/2024/01/31/americans-social-media-use/>>. Acesso em 31 jan. 2024.

ROTHGIESSER, T. L.. *Cidadania Digital*: Uma proposta de educação complementar para a inclusão digital e o combate às desigualdades sociais no Brasil contemporâneo – O Caso CDI. 18 de junho de 2015. Disponível em: Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=16712@1>>. Acesso em 2 set. 2024

TECNOBLOG. *Facebook e Cambridge Analytica*: O Caso dos Dados. Disponível em: <<https://tecnoblog.net/especiais/facebook-cambridge-analytica-dados/>>. Acesso em 2 set. 2024.

AS VIOLAÇÕES CONTRA OS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES REFUGIADAS

Laura Castelo Gomes

Resumo

Este estudo investiga as violências enfrentadas por mulheres refugiadas em diferentes contextos, identificando fatores de vulnerabilidade e proteção. Aborda os principais fluxos migratórios, causas de fugas como conflitos armados e desastres naturais, e a negligência institucional que limita acesso a serviços essenciais. No contexto brasileiro, especialmente para venezuelanas, o CONARE desempenha papel decisivo na avaliação de pedidos de refúgio.

A interseção entre capitalismo global, desigualdade de gênero e crises de refugiados em países subdesenvolvidos amplia a vulnerabilidade das mulheres refugiadas, expondo-as a exploração econômica e marginalização. Enfrentar esses desafios requer cooperação internacional e políticas inclusivas para assegurar direitos fundamentais e proteção necessária, promovendo uma cultura de respeito e dignidade para todos os deslocados.

Palavras-chave

Refugiados. Mulheres. Violência. Vulnerabilidade. Proteção.

Abstract

This study investigates the violence faced by refugee women in different contexts, identifying factors of vulnerability and protection. It addresses major migration flows, causes of displacement such as armed conflicts and natural disasters, and institutional neglect that limits access to essential services. In the Brazilian context, especially for Venezuelans, CONARE plays a crucial role in evaluating asylum applications.

The intersection of global capitalism, gender inequality, and refugee crises in developing countries exacerbates the vulnerability of refugee women, exposing them to economic exploitation and marginalization. Addressing these challenges requires

international cooperation and inclusive policies to ensure fundamental rights and necessary protection, promoting a culture of respect and dignity for all displaced individuals.

Keywords

Refugees. Women. Violence. Vulnerability. Protection.

1. INTRODUÇÃO

O status de refugiado é caracterizado por uma legislação internacional específica que garante proteção aos indivíduos nesta situação. A mais importante delas é a “Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados”, de 1951, criada para resolver e definir a situação dos refugiados na Europa após a Segunda Guerra Mundial. De acordo com as diretrizes determinadas pela ONU, refugiado é todo aquele que “por fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas” procura abrigo em um país estrangeiro (ACNUR, s/d)

Segundo a Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o ano de 2022 testemunhou o maior aumento anual na quantidade de refugiados já documentados, com um aumento de 35%. Estima-se que 100 milhões de pessoas em todo o mundo, foram forçadas a deixar suas casas devido a conflitos étnicos, mudanças climáticas, escassez de alimentos e guerras, resultando no maior movimento de deslocamento forçado já registrado na história,

Considerando estas circunstâncias, existem grupos que se encontram em uma situação de maior vulnerabilidade, como as mulheres refugiadas. De 2013 a 2022, o número de pedidos de refúgio feitos por mulheres passou de 10,5% para 45%, segundo levantamento divulgado em dezembro de 2023, pelo Observatório das Migrações Internacionais (Obmigra). Pedidos de menores de 15 anos passaram de 6,5% para 12,2% (Agência Brasil, 2023).

Essas mulheres, enfrentam uma série de desafios, ao serem forçadas a fugir do seu país de origem, deixando suas casas, famílias, e seus meios de subsistência, sofrendo com variados tipos de violência de gênero, física, sexual, psicológica, além da marginalização e discriminação social, cultural e racial, tanto durante o deslocamento, quanto nos campos de refugiados, onde podem encarar situações precárias, e nos países de acolhimento. Além das condições desfavoráveis de vida, falta de acesso a serviços básicos de saúde e educação e barreiras adicionais para encontrar emprego e reconstruir suas vidas, as mulheres refugiadas são frequentemente alvos de redes de tráfico humano, que as coagem a se envolver em trabalho forçado, exploração sexual, servidão doméstica ou outras formas de exploração. Isso pode acontecer durante o processo de migração, quando são vulneráveis a serem enganadas ou sequestradas

por traficantes.

Entretanto, apesar desses desafios, as mulheres refugiadas demonstram uma incrível resiliência e determinação para reconstruir suas vidas e contribuir para suas comunidades de acolhimento. Diante disso, o objetivo deste trabalho, que será dividido em três seções, será investigar e compreender os tipos, frequência e gravidade das violências que as mulheres refugiadas enfrentam em diferentes contextos, identificar os fatores que tornam as mulheres refugiadas mais vulneráveis à violência, bem como os fatores que podem protegê-las.

Na primeira seção, será descrito quais são os principais fluxos migratórios e os fatores-chave que influenciam a escolha das rotas de fuga, como proximidade geográfica, acesso a recursos e políticas migratórias dos países vizinhos. Além disso, também estudar quais são as causas de suas fugas, como conflitos armados, perseguição política, violência de gênero, desastres naturais, pobreza extrema e falta de oportunidades econômicas.

Já na segunda seção, o foco será em entender quais são essas violações e como elas podem ocorrer, além das múltiplas formas de violência brevemente mencionadas, as mulheres refugiadas muitas vezes enfrentam negligência por parte das autoridades e instituições de acolhimento, resultando em falta de acesso a serviços essenciais como saúde, educação e proteção legal. Elas podem enfrentar barreiras significativas para acessar o sistema de justiça e buscar reparação para as violações que sofrem.

E por fim, na terceira seção, a análise estará direcionada para o contexto brasileiro, explorando a origem dessas mulheres, e os seus desafios cotidianos, com especial atenção para as venezuelanas, e como o CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados), órgão que é responsável pela decisão sobre os pedidos de refúgio apresentados por estrangeiros que buscam proteção no Brasil, influencia na vida dessas mulheres.

2. CRISE GLOBAL DE REFUGIADOS: PRINCIPAIS FLUXOS MIGRATÓRIOS E CAUSAS DAS FUGAS

No século XX, houve vários fluxos de refugiados significativos, sendo os primeiros ocorrendo principalmente durante e após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e durante a Revolução Russa (1917) e a Guerra Civil Russa (1917-1922). Durante esse período, milhões de pessoas fugiram de conflitos, perseguições e instabilidade política em várias partes da Europa. Além disso, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), houve um aumento massivo nos fluxos de refugiados devido à perseguição nazista, com milhões de judeus, ciganos, poloneses, soviéticos e outros grupos étnicos sendo forçados a fugir de seus países para escapar da perseguição e do genocídio.

De acordo com o Relatório Mundial sobre Migração 2022, divulgado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2018), o número de migrantes mun-

diais passou de 84 milhões em 1970 para 281 milhões em 2020. Assim, os padrões migratórios globais testemunharam uma mudança significativa, com uma alteração substancial nos fluxos de migração. Enquanto historicamente os principais fluxos migratórios eram predominantemente originários da Europa, observa-se uma transição para uma diversificação dos países de origem, com um aumento significativo de migrantes provenientes de regiões como África, Oriente Médio e América Latina. Esses novos migrantes, surgem de muitos lugares diferentes e têm diversas origens étnicas e geográficas, além de possuírem diferentes culturas e religiões. As razões pelas quais esses deslocamentos ocorrem são variadas, incluindo situações como escapar de guerras em seus países de origem, tentar sobreviver a desastres naturais e fugir de perseguições políticas, étnicas ou religiosas, e das violações dos direitos humanos.

As rotas, muitas vezes secretas, estão se abrindo através da América Central e do México, do Corno de África (onde agora há quase um milhão de refugiados somalis), e de países como Bangladesh, Mianmar e Malásia, juntamente com as migrações que ganham destaque através da África Oriental e do Mar Mediterrâneo (OIM, 2018). A rota do Mediterrâneo Oriental - caminho muito utilizado por migrantes que atravessam a Turquia em direção à União Europeia - tem ficado cada vez mais congestionada desde o início da guerra na Síria em 2011.

As rotas sírias também têm se mesclado com os pontos mais orientais abaixo do Mar Mediterrâneo de uma rota migratória do leste africano que há muito tempo é utilizada por pessoas fugindo de conflitos na Somália, na República Democrática do Congo e no Sudão do Sul (OIM). Cerca de 90% daqueles que tentam alcançar a Europa por via marítima vêm de dez países, em ordem decrescente por porcentagem: Síria, Afeganistão, Eritreia, Nigéria, Paquistão, Iraque, Somália, Sudão, Gâmbia e Bangladesh (OIM, 2018).

A Organização Internacional para Migrações, OIM, relatou que o número de migrantes irregulares que partiu do grupo de nações do Corno de África para o Iêmen subiu para 92.466. São cerca de 850 mil a mais em relação a 2014 (ONU, 2016). Aproximadamente quase metade dos países do continente africano vivenciaram conflitos civis nos últimos 50 anos, e há várias razões que contribuem para o grande número de refugiados nessa região e em todos o continente africano.

Williams (2019) destaca que existem dois tipos de migrantes no continente africano: os migrantes econômicos, pessoas que vêm principalmente do Norte e do Oeste da África, geralmente indivíduos em idade ativa, solteiros e com alguns recursos. Além disso, outros, especialmente aqueles do Corno de África, buscam chegar aos países do Golfo. No entanto, um grupo ainda maior de migrantes econômicos permanece na África. Argélia, Costa do Marfim, Egito, Marrocos, Nigéria e África do Sul são destinos populares para esses migrantes devido à relativa disponibilidade de oportunidades de emprego. E também os migrantes deslocados à força, onde cerca de 84% dos 25 milhões de deslocados forçados no continente são originários de oito

países em conflito, incluindo o Sudão do Sul, a República Democrática do Congo (RDC), a Somália, o Sudão, a Etiópia, a Nigéria, a República Centro-Africana (RCA) e os Camarões.

Esses conflitos abrangem tanto conflitos recentes quanto conflitos em curso. A persistência desses conflitos tem contribuído para um aumento contínuo no número de deslocados. Por exemplo, o número de PIDs (Pessoas em Deslocamento Interno) devido a conflitos na África aumentou em 135% desde 2011. Em geral, essas pessoas foram forçadas a abandonar suas casas de forma abrupta, encontrando-se de repente em situações precárias e privadas de seus meios de subsistência habituais (Williams, 2019).

No continente americano, há cinco situações de deslocamento que se sobrepõem: Venezuela, Colômbia, América Central e México, Nicarágua e Haiti. Até o fim de 2022, havia cerca de 800.600 refugiados e 5,2 milhões de pessoas sob necessidade de proteção internacional. Somente na Venezuela, mais de 7,24 milhões de deslocados, refugiados e migrantes já deixaram suas casas. Segundo o ACNUR, os países que mais recebem esses refugiados são Colômbia, Peru e Equador (ELAS NO PODER, 2023). A pobreza e a violência no México e na América Central têm deslocado milhões. Muitos têm se sujeitado na perigosa jornada rumo ao norte ao longo de rotas de contrabando, cada vez mais controladas por cartéis de drogas, em direção à fronteira dos EUA. O fluxo humano inclui mais de 68.000 menores desacompanhados que tentaram cruzar a fronteira entre 2013 e 2014, de acordo com a Proteção de Fronteira e Alfândega dos EUA. O conflito latente na Colômbia resultou em mais de seis milhões de deslocados internos, enquanto um comércio de drogas cada vez mais violento em Honduras e El Salvador tem alimentado mais ainda a desestabilização da região (OIM, 2018).

Além disso, a agitação política - incluindo os refugiados muçulmanos rohingyas que fugiram da repressão em Mianmar - políticas migratórias restritivas e a falta de estruturas legais para refugiados têm tornado o sudeste da Ásia cada vez mais perigoso para os migrantes. O tráfico humano, o trabalho forçado e outros abusos também são comuns na região, de acordo com a ONU. A Organização Internacional para as Migrações (OIM) estimou que cerca de 6.000 pessoas que estavam fugindo de Mianmar e Bangladesh estavam retidas no mar em barcos de pesca superlotados controlados por contrabandistas no Mar de Andamão e no Estreito de Malaca, ao largo das costas da Indonésia, Tailândia e Malásia. A OIM também estima que 94.000 migrantes partiram por mar desde 2014 (OIM, 2018).

No caso da Palestina, no conflito de 1948 em torno da criação de Israel, cerca de 750 mil palestinos foram expulsos ou fugiram do que hoje é Israel. Após o fim da guerra de 1948, Israel recusou-se a permitir que os refugiados voltassem para suas casas. Segundo as Nações Unidas, quase 1,9 milhão de pessoas foram deslocadas internamente em Gaza após a incursão de Israel no território em outubro. Atualmente,

mais de 871 mil refugiados registrados vivem na Cisjordânia — cerca de um quarto deles fica em 19 campos de refugiados, e estima-se que em Gaza, existem cerca de 1,7 milhão de refugiados, onde aproximadamente 620 mil deles vivem em oito campos reconhecidos pela UNRWA (Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos), e que países como o Líbano, Síria e Egito abriguem mais de 1 milhão de palestinos (BBC News Brasil, 2024).

Já na Ucrânia, cerca de 6,3 milhões de pessoas possuem o status de refugiado. Com a chegada do inverno e aumento de bombardeios em infraestrutura e áreas civis, agrava-se a situação do país, que está em guerra com a Rússia há quase dois anos; um quarto da população foi deslocada (ONU, 2024). Muitos refugiados ucranianos estão procurando refúgio em países europeus, como Polônia, Alemanha, República Tcheca, Romênia e Hungria. Esses países estão localizados nas proximidades da Ucrânia e têm sido destinos populares devido à proximidade geográfica e à relativa facilidade de acesso. Além disso, mulheres e meninas representam 90% dos deslocados. O número equivale a quase 25% da população ucraniana (ONU, 2024).

No contexto global, a pandemia de COVID-19 adicionou uma camada extra de complexidade, dificultando ainda mais os movimentos migratórios e exacerbando as condições de vida nos campos de refugiados. As restrições de viagem e as medidas de saúde pública implementadas por muitos países afetaram desproporcionalmente os refugiados, que já enfrentam desafios significativos em termos de acesso a serviços de saúde, emprego e moradia.

Assim, o constante surgimento de novos fluxos se mostra extremamente preocupante. Essas dinâmicas sublinham a necessidade urgente de cooperação internacional e de políticas eficazes e humanitárias para gerenciar os fluxos de refugiados e proteger os direitos daqueles que são forçados a deixar suas casas.

3. VULNERABILIDADES ENFRENTADAS PELAS MULHERES REFUGIADAS: QUAIS SÃO E COMO OS DIREITOS SÃO VIOLADOS?

Frente a essas circunstâncias, as mulheres podem enfrentar uma série de desafios adicionais em situações de migração forçada e deslocamento, tornando-as mais vulneráveis a uma série de perigos. Durante essas jornadas migratórias, as mulheres correm um alto risco de enfrentar assédio sexual e abuso por parte de traficantes, contrabandistas e até mesmo de outros migrantes. Essa vulnerabilidade é exacerbada pela falta de proteção e pela presença de redes criminosas ao longo das rotas migratórias. As mulheres são frequentemente alvos de traficantes humanos, que as exploram para fins de exploração sexual, trabalho forçado ou servidão doméstica. Elas podem ser enganadas por falsas promessas de emprego ou oportunidades e, posteriormente, tornarem-se vítimas de exploração.

Ao longo da rota do Sul do continente africano e do Corno de África, os mi-

grantes têm recorrido a traficantes para os ajudar com as possíveis complicações que enfrentam quando interceptados pela polícia, nos países em trânsito. Os investigadores descobriram que o mercado do tráfico humano “está baseado principalmente em Nairobi e utiliza uma cadeia de ‘mukalas’ (traficantes de seres humanos) para apanharem os migrantes nas várias jurisdições por onde passam durante a viagem.

Para milhares de migrantes, dirigir-se para o Mediterrâneo significava ser sequestrado por traficantes em troca de resgate, forçados à servidão por dívida, para pagar taxas subitamente elevadas, ou simplesmente ser vendido a outros traficantes para posterior exploração. A Human Rights Watch documentou o sequestro e tortura de eritreus no Sudão e na Península do Sinai, por sequestradores que conseguiram extorquir, por cada vítima, entre \$20.000 e \$33.000 dólares da diáspora eritreia na Europa e nos Estados Unidos. Práticas similares foram registradas na Líbia e no Corão da África. Quando as pessoas são traficadas, ao contrário de quando as pessoas viajam por livre vontade, não enviam remessas para os países de origem. De fato, a família, a comunidade e o país da vítima ficam a perder os potenciais rendimentos. Além disso, a atividade criminosa e a corrupção associadas ao tráfico, comprometem a estabilidade nacional e o Estado de Direito (Williams, 2019).

Os abusos, podem ser vivenciados dentro dos acampamentos, como ocorreu com a jovem Shirley* em 2011 em Porto Príncipe, no Haiti. Após perder a mãe e a irmã no terremoto que atingiu o país em 2010, a jovem de 20 anos não teve outra escolha a não ser se mudar para um dos campos de refugiados dentro da capital, muitos deles administrados pela OIM. Uma noite, voltando para a tenda para se proteger da chuva, um homem desconhecido se aproximou e invadiu o local, onde cometeu a agressão sexual. A jovem que também não tinha condições de pagar suas despesas básicas, a jovem optou pela prostituição, em troca de alimentos. Entretanto, o sofrimento de Shirley não é único (ACNUR, 2011).

No sudeste asiático, em Bangladesh, onde mais de 600 mil pessoas vivem em campos de refugiados meninas rohingyas, estão sendo traficadas para se prostituir, revelou uma investigação da BBC. Estrangeiros em busca de sexo conseguem facilmente ter acesso a crianças que fugiram do conflito em Mianmar - e que, agora, enfrentam um novo perigo (BBC News Brasil). Uma jovem rohingya explicou à OIM que “há um número muito limitado de empregos no campo e para as mulheres não há quase nada” e, por isso, saiu do campo de refugiados. Mas acabou por ser obrigada a trabalhar longas horas em troca de quase nada (OIM, 2018).

As redes de traficantes operam de forma notória na Ucrânia e em países vizinhos mesmo em tempos de paz. A turbulência causada pela guerra proporciona o ambiente perfeito para a intensificação dessas atividades ilícitas, onde muitos desses homens fingem ser voluntários. Karolina Wierzbińska, coordenadora da Homo Faber, uma organização de direitos humanos com sede em Lublin, Polônia, destacou a preocupação significativa com as crianças nesse contexto: “É alarmante ver tantos

jovens deixando a Ucrânia desacompanhados”, disse ela.

Devido aos processos de registro informais, especialmente durante os estágios iniciais da guerra, houve casos de crianças desaparecidas nas regiões fronteiriças da Polônia e de outros países, e seus paradeiros permanecem desconhecidos (BBC News Brasil, 2022). Consequentemente, as mulheres que se encontram nessa situação de vulnerabilidade, estão suscetíveis a serem para as redes de prostituição em vários pontos da Europa.

O que já era uma realidade preocupante agora corre o risco de se intensificar ainda mais com a crise de refugiados. Além de que, as barreiras linguísticas e culturais podem deixar as mulheres refugiadas mais suscetíveis ao tráfico humano. Quando as mulheres refugiadas chegam a um novo país, muitas vezes enfrentam desafios significativos de comunicação devido à diferença de idioma, o que pode dificultar a busca por ajuda e apoio, tornando mais fácil para os traficantes explorarem-nas. Por exemplo, elas podem não estar familiarizadas com os sistemas legais e de apoio do novo país, o que pode dificultar a identificação e a denúncia de situações de tráfico.

Pittway (2014) afirma que, devido à ilegalidade de sua própria existência em determinados contextos, essas mulheres não têm para onde relatar os abusos. Elas temem abordar a polícia, pois acreditam que serão presas e deportadas se o fizerem. Essa falta de opções cria uma situação extremamente vulnerável para essas mulheres, onde são obrigadas a suportar o assédio sem recursos para buscar ajuda ou proteção. Ademais, refugiados não registrados frequentemente são forçados a aceitar os piores empregos, indesejados por outros, para sobreviverem. Devido ao status “ilegal”, estão sujeitos a todas as formas de exploração. Mulheres e meninas, em particular, estão em maior risco de assédio sexual e estupro e frequentemente precisam recorrer ao sexo por sobrevivência para sustentar suas famílias (Pittaway, 2014).

Além disso, esses abusos podem ser cometidos pela própria comunidade que deveria oferecer apoio a essas mulheres, incluindo policiais, militares e até membros de ONGs. Refugiadas relataram que muitas vezes são assassinadas após serem estupradas, como forma de evitar denúncias (Pittaway, 2014). “If women are sexually harassed they have nowhere to report it to, because our existence itself is illegal. It is best not to approach the police because otherwise they will arrest us and send us home” [Refugee Woman] (Pittaway, 2014, p. 8).

O termo “Survival Sex” se refere a situações em que mulheres se veem obrigadas a trocar sexo por comida, documentos, para evitar serem jogadas na cadeia, para evitar violência física, para satisfazer necessidades materiais próprias e de suas famílias. Isso pode se manifestar na forma de prostituição, trabalhando para empregadores que exigem favores sexuais, sendo forçadas a relacionamentos sexuais indesejados, incluindo o casamento, porque não há outro meio de sobrevivência. Isso resulta na perda de autoestima, doenças sexualmente transmissíveis, vergonha e estigmatização, vulnerabilidade a mais abuso, gravidezes indesejadas, abortos

perigosos, crianças nascidas de estupro e violência doméstica. Impacta indivíduos, famílias e comunidades (Pittaway, 2014, p. 2).

Além do trauma emocional e psicológico que essas mulheres e meninas carregam, é comum que enfrentem outras graves consequências, como a contração de infecções sexualmente transmissíveis, e também a possibilidade de uma gravidez indesejada. Imagine a seguinte situação: uma mulher foi abusada por um completo desconhecido. Além de sofrer com a estigmatização e a discriminação da comunidade local e de sua própria família, ela está grávida, e contraiu uma IST.

Essa mulher não deseja ter aquele filho, mas ela não tem acesso a um hospital, nem para fazer um aborto seguro, e nem mesmo para fazer o pré-natal. A partir daí, surgem uma série de questionamentos: Onde essa mulher dará à luz? Será um parto seguro? Com o auxílio de quem? Essa mulher tem condições físicas e mentais para cuidar desse bebê? O bebê nascerá saudável? Ele terá acesso a uma boa alimentação, que é necessária para o seu desenvolvimento? Essa mulher tem condições físicas e psicológicas de lidar com tudo isso?

O acesso à saúde básica, como hospitais, pode ser desafiador para mulheres refugiadas devido a várias razões, agravando ainda mais suas condições. Como mencionado anteriormente, questões relacionadas à documentação podem representar um obstáculo significativo, especialmente para aquelas em situação irregular ou sem acesso a documentos de identificação adequados. Além disso, as barreiras linguísticas e culturais podem dificultar a comunicação e o entendimento das necessidades médicas, limitando ainda mais o acesso aos cuidados de saúde.

Outro aspecto a ser considerado é a falta de saneamento adequado e acesso à água potável, o que pode exacerbar as condições de saúde das mulheres refugiadas. A escassez de instalações sanitárias adequadas e a falta de acesso a itens de higiene básica, como absorventes menstruais, também são desafios significativos enfrentados por essas mulheres. Isso pode não apenas impactar sua saúde física e mental, mas também sua dignidade, privacidade, e bem-estar emocional.

A falta de acesso à educação é outro grave problema. Muitas meninas e mulheres refugiadas não conseguem iniciar ou continuar seus estudos, devido a barreiras como xenofobia, bullying e racismo, além das responsabilidades domésticas e de cuidado que recaem sobre elas. Isso limita suas oportunidades futuras e perpetua a desigualdade de gênero. A dificuldade da entrada no mercado de trabalho também é grande, mesmo quando conseguem trabalho, frequentemente estão sujeitas a condições precárias, sem direitos trabalhistas ou segurança, o que perpetua um ciclo de pobreza e exploração. Muitas vezes, as habilidades e diplomas não são automaticamente reconhecidos, obrigando-as a aceitar empregos informais ou subempregos, apesar de suas qualificações.

A integração social e cultural também é um aspecto crucial para as refugiadas. Projetos comunitários que promovam a interação entre refugiados e a população

local ajudam a reduzir o preconceito e a construir uma convivência harmoniosa. Festivais culturais, feiras de artesanato e eventos comunitários são oportunidades para celebrar a diversidade e fortalecer os laços sociais. O papel da educação é igualmente fundamental. A inserção das crianças refugiadas no sistema educacional brasileiro garante não apenas a continuidade de seus estudos, mas também facilita a integração das famílias na sociedade. Programas de apoio escolar e iniciativas de educação inclusiva são essenciais para acolher essas crianças e proporcionar-lhes um futuro promissor.

Toda essa questão da violência de gênero é uma preocupação constante. Mulheres refugiadas são particularmente vulneráveis a diversas formas de violência, tanto durante a jornada para o Brasil quanto após a chegada. A violência doméstica, a exploração sexual e o tráfico de pessoas são riscos reais que exigem uma resposta coordenada e eficaz. Programas de proteção e apoio psicológico, juntamente com campanhas de conscientização, são vitais para combater esse problema e oferecer um ambiente seguro para essas mulheres.

4. ESTUDO DE CASO: MULHERES REFUGIADAS NO BRASIL E ATUAÇÃO DO CONARE

No Brasil, os mecanismos relacionados ao Estatuto dos Refugiados estão delineados na Lei nº 9.474, datada de 22 de julho de 1997, a qual também define como refugiada a pessoa que, devido a graves e generalizadas violações dos direitos humanos, foi compelida a deixar seu país de origem. Mesmo para os solicitantes de refúgio cujas solicitações ainda não foram decididas, é concedido um Documento Provisório de Registro Nacional Migratório. Esse documento possibilita a obtenção do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). O Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) é o órgão encarregado de analisar e emitir decisões sobre as solicitações de refúgio (Elas No Poder, 2023).

No contexto brasileiro, as mulheres refugiadas enfrentam os mesmos desafios, incluindo a vulnerabilidade a múltiplas formas de violência, a falta de acesso a direitos sociais básicos e a dificuldade de integração na sociedade. De acordo com dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), as mulheres representam uma parcela significativa da população refugiada no Brasil, perfazendo aproximadamente 75% do total de pessoas nessa condição. Essa população enfrenta a falta de proteção de seus governos de origem, longas jornadas para o exílio e é vítima de abusos e violências diversas.

Ao final de 2022, havia 65.840 pessoas reconhecidas como refugiadas pelo Brasil, um crescimento de quase 10% em relação ao ano de 2021, quando havia 60.011 pessoas nesta condição (ACNUR, 2023). E no mesmo ano, houve a inauguração do Observatório da Violência contra Refugiados criado pelo Comitê

Nacional para Refugiados (CONARE), órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que delibera sobre as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil.

O objetivo da criação do observatório foi monitorar incidentes de violência contra a população refugiada e migrantes que vivem no Brasil, articulando com contrapartes relevantes ações para acompanhar denúncias e procedimentos relacionados ao tema e apoiar a elaboração de políticas públicas para seu enfrentamento. A criação do Observatório foi apoiada unanimemente pelos integrantes do CONARE – inclusive o ACNUR, que, mesmo sem ter direito a voto no comitê, confirmou o apoio para a implementação da iniciativa (ONU, 2022).

Segundo o relatório *OBMigra 10 anos: pesquisa, dados e contribuições para políticas públicas*, de 2023, as solicitações de refúgio feitas por mulheres aumentaram de 10%, em 2013, para 45%, em 2022. E os pedidos de residência permanente no país, feitos por migrantes mulheres, também registraram acréscimo no período — de 34% para 43% (CORREIO BRAZILIENSE, 2024). A maioria dos pedidos foram feitos por venezuelanas e haitianas, entrando em contraste com a presença de angolanas, congolesas, afegãs, sírias, estas, que têm a esperança de encontrar melhores condições de vida no país.

Todo o processo enfrentado pela mulher refugiada desde a sua chegada até a regularização de sua permanência no Brasil pode ser árduo e longo. Estima-se que o CONARE demora cerca de seis a oito meses para realizar toda a burocracia necessária, e durante esse período, essas mulheres e suas famílias vivem com a insegurança e a incerteza de como será seu futuro. Mesmo para os solicitantes de refúgio cujas solicitações ainda não foram decididas, é concedido um Documento Provisório de Registro Nacional Migratório. Esse documento possibilita a obtenção do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

Entretanto, muitas ainda permanecem sem documentos, sem moradia fixa, e sem renda, o dia a dia é difícil. Muitas conseguem ser acolhidas por organizações não governamentais, instituições religiosas, e casas de apoio locais, algumas com financiamento do Estado, e outras não. Essas instituições desempenham um papel crucial no acolhimento inicial, oferecendo serviços como orientação jurídica, assistência psicológica e aulas de português, essenciais para a integração das refugiadas na sociedade brasileira. Além disso, o acesso a cursos profissionalizantes e a oportunidades de emprego são fundamentais para que essas mulheres possam reconstruir suas vidas de forma digna e independente.

Andrade (2013) expõe as dificuldades enfrentadas por esse grupo. O crescente número de solicitações esbarra na burocracia e no baixo número de funcionários públicos, responsáveis pelo atendimento da demanda. Isso acarreta aos refugiados uma longa espera, e como o protocolo emitido pelo CONARE gera discriminação, quando necessitam apresentá-lo, na tentativa de inserção no mercado de trabalho,

o mesmo é visto com desconfiança pelos brasileiros. Como consequência, tem-se a não contratação, tanto por empresas quanto por parte de particulares. Esse dito documento, um papel com o nome, uma foto, o carimbo da Polícia Federal, o país de origem, constando a palavra refúgio, com frequência é associado a criminosos, pois acreditam que a pessoa portadora cometeu crimes em seu país de origem e fugiu para o Brasil. Até mesmo os órgãos públicos desconhecem esse grupo. Algumas vezes, os funcionários desses órgãos agem com discriminação, em função de confundirem os termos refugiado e fugitivo, considerados como sinônimos (Andrade, 2013).

O Brasil vem se tornando o principal da região, recebendo refugiados de diversos locais do mundo, e várias organizações brasileiras têm se destacado no apoio aos refugiados. Entre essas, podemos mencionar a Cáritas Brasileira, que oferece assistência humanitária e programas de integração, e o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), que fornece suporte legal e social aos refugiados e migrantes. A Missão Paz, localizada em São Paulo, também desempenha um papel vital ao fornecer abrigo temporário, alimentação, assistência médica e orientação profissional para aqueles que buscam refúgio no país.

Em resposta a essa crise, em 2018 o governo brasileiro implementou a Operação Acolhida, uma iniciativa que envolve várias agências governamentais e organizações não governamentais, coordenada pelas Forças Armadas, para proporcionar assistência emergencial, abrigo e apoio à interiorização dos venezuelanos. Além do CONARE e das organizações já mencionadas, o Instituto Adus é outra entidade importante, focada na integração social e econômica de refugiados e migrantes. No Brasil, várias organizações não governamentais desempenham um papel crucial no apoio e na assistência às mulheres refugiadas, enfrentando desafios específicos e oferecendo soluções adaptadas às suas necessidades.

Entre essas ONGs, destacam-se iniciativas como o Empoderando Refugiadas, que foca na capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho, oferecendo cursos de formação em áreas como idiomas, habilidades técnicas e empreendedorismo. Outras organizações como a Casa do Rio e o Centro de Acolhida para Mulheres Refugiadas atuam oferecendo assistência jurídica e apoio na regularização migratória, garantindo acesso a direitos básicos.

Além disso, há ONGs como a ADUS (Instituto de Reintegração do Refugiado) e o Instituto Adus, que se dedicam ao suporte psicossocial e emocional, promovendo cursos de idioma, atividades culturais, e suporte para inserção no mercado de trabalho, ajudando a construir uma rede de apoio que facilita a adaptação dos refugiados ao novo contexto, proporcionando espaços seguros para compartilhar experiências, lidar com traumas passados e fortalecer a resiliência das mulheres refugiadas. Essas iniciativas não apenas abordam as necessidades imediatas das mulheres refugiadas, mas também trabalham para promover uma mudança estrutural na sociedade brasileira, reconhecendo e valorizando suas contribuições únicas enquanto capacitam

essas mulheres a reconstruírem suas vidas com dignidade e esperança em um novo país.

Apesar dos esforços das organizações não governamentais e de algumas iniciativas governamentais, as mulheres refugiadas no Brasil ainda enfrentam uma série de desafios significativos que refletem falhas estruturais e sociais. A burocracia excessiva nos processos de regularização migratória e no reconhecimento do status de refugiado prolonga a incerteza e a vulnerabilidade dessas mulheres, muitas vezes impedindo-as de acessar direitos básicos como trabalho formal e assistência médica.

A falta de políticas públicas integradas e consistentes para a proteção e integração das mulheres refugiadas contribui para a persistência de condições precárias de vida e de trabalho. Muitas vezes, essas mulheres enfrentam discriminação e xenofobia tanto na sociedade quanto no mercado de trabalho, o que dificulta sua inclusão econômica e social.

A ausência de investimentos suficientes em programas educacionais e profissionalizantes adaptados às necessidades específicas das mulheres refugiadas também é uma crítica importante. Sem acesso adequado a oportunidades de aprendizado e desenvolvimento de habilidades, essas mulheres encontram dificuldades em se inserir no mercado de trabalho formal ou em iniciar empreendimentos que poderiam contribuir para sua autonomia financeira.

Portanto, enquanto reconhecemos os esforços das ONGs e de algumas iniciativas governamentais, é crucial uma revisão profunda das políticas públicas e uma maior coordenação entre os diversos atores envolvidos na assistência às mulheres refugiadas. Isso inclui não apenas a simplificação dos procedimentos burocráticos, mas também o fortalecimento dos serviços de apoio psicossocial, jurídico e educacional, garantindo assim que cada mulher refugiada tenha as condições necessárias para reconstruir sua vida com dignidade e segurança no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessa realidade, é explícito que a problemática enfrentada pelas mulheres refugiadas é multifacetada e urgente, e esse tema, tão delicado, ainda não é visto como relevante por muitos, e sua estigmatização é frequente. Não foi fácil se aprofundar nessa temática, os relatos de abusos físicos e mentais são milhares e de revirar o estômago, revoltantes, e o pior é lembrar que mais uma menina e mulher pode estar sofrendo um ato de violência nesse exato momento.

A atuação dos Estados nesse caso é imprescindível, entretanto, apesar da existência de uma legislação internacional e de todas as leis criadas para proteger esse grupo, a prática é pouco aplicada. O trabalho sobra para as ONGs e grupos solidários, que mesmo fazendo um ótimo trabalho em cuidar e oferecer assistência para essas mulheres. Todavia, ainda em muitos locais, sua ação é limitada.

Investigar e compreender as causas e as condições dessas vulnerabilidades é um passo essencial para desenvolver políticas e práticas mais inclusivas e sensíveis ao gênero. É imperativo fortalecer a cooperação internacional para garantir que essas mulheres sejam adequadamente protegidas e apoiadas em seus esforços para reconstruir suas vidas. A conscientização pública e o engajamento comunitário são igualmente cruciais para promover uma cultura de respeito e dignidade para todas as pessoas deslocadas.

No contexto dos países subdesenvolvidos, o impacto do capitalismo sobre mulheres refugiadas é profundo e multifacetado. O sistema econômico global, que tende a concentrar riqueza e poder nas mãos de poucos, agrava significativamente as dificuldades enfrentadas por essas mulheres. Em primeiro lugar, a exploração econômica é exacerbada pela escassez de oportunidades dignas de trabalho, levando muitas vezes as mulheres refugiadas a aceitarem empregos mal remunerados e precários.

Além disso, as desigualdades de gênero acentuadas pelo capitalismo global colocam as mulheres refugiadas em uma posição ainda mais vulnerável. Com menor acesso a educação e emprego digno, elas enfrentam barreiras adicionais para reconstruir suas vidas em ambientes já fragilizados pela pobreza e falta de recursos. A dependência econômica dos países subdesenvolvidos em relação aos países desenvolvidos também desempenha um papel crucial, limitando a capacidade de resposta adequada às necessidades das comunidades de refugiados, especialmente das mulheres.

A violência e a exploração que muitas vezes acompanham esses cenários exacerbam ainda mais a vulnerabilidade das mulheres refugiadas. A falta de políticas eficazes de proteção e suporte pode deixá-las à mercê de abusos físicos, emocionais e sexuais. Em suma, a interseção entre capitalismo, desigualdade de gênero e crises de refugiados em países subdesenvolvidos cria um ciclo complexo de marginalização e dificuldades para as mulheres refugiadas que buscam reconstruir suas vidas em meio a condições adversas.

Em suma, enfrentar os desafios enfrentados pelas mulheres refugiadas exige um esforço conjunto de governos, organizações internacionais, sociedade civil e comunidades locais para assegurar que cada indivíduo tenha acesso aos direitos fundamentais e à proteção necessária para viver com segurança e dignidade.

REFERÊNCIAS

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). **Brasil reconheceu mais de 65 mil pessoas como refugiadas até 2022**. ACNUR, 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2023/06/20/brasil-reconheceu-mais-de-65-mil-pessoas-como-refugiadas-ate-2022/>. Acesso em 29 mai. 2024.

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). **Convenção relativa ao estatuto dos refugiados**. ACNUR. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em 29 mai. 2024.

ACNUR. **Grupo haitiano oferece abrigo seguro para sobreviventes de violência sexual**. ACNUR, 2011. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2011/10/13/grupo-haitiano-oferece-abrigo-seguro-para-sobreviventes-de-violencia-sexual/>. Acesso em 29 mai. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. **Aumenta o número de pedidos de refúgio feitos por mulheres ao Brasil**. Agência Brasil. Disponível em: <https://www.agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-12/aumenta-o-numero-de-pedidos-de-refugio-feitos-por-mulheres-ao-brasil>. Acesso em 29 mai. 2024.

BARBOSA, E.. **O Contexto Internacional e Nacional dos Imigrantes e Refugiados**. UFFNotícias. Disponível em: <https://www.uff.br/?q=noticias/06-11-2023/o-contexto-internacional-e-nacional-dos-imigrantes-e-refugiados#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20Relat%C3%B3rio,para%2081%20milh%C3%B5es%20em%202020>. Acesso em 29 mai. 2024.

BBC NEWS BRASIL. **Crise migratória na América Latina**. BBC News Brasil, 2024.. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c51z7yv3r19o>. Acesso em 29 mai. 2024.

BBC NEWS BRASIL. **Número de migrantes e refugiados aumenta no mundo**. BBC News Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60918050>. Acesso em 29 mai. 2024.

CNN BRASIL. **O que sabemos sobre o barco com cadáveres encontrado no Pará**. CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/o-que-sabemos-sobre-o-barco-com-cadaveres-encontrado-no-para/>. Acesso em 29 mai. 2024.

DW BRASIL. **Refugiadas na mira de traficantes na Alemanha**. DW Brasil. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/refugiadas-na-mira-de-trafficantes-na-alemanha/a-61087396>. Acesso em 29 mai. 2024.

ELAS NO PODER. **Mulheres refugiadas no Brasil: Desafios e Perspectivas**. Elas no Poder. Disponível em: <https://elasnopoder.org/blog/mulheres-refugiadas-no-brasil/>.

FESPSP. **FESPSP GT 6: Maria Eduarda Raia de Melo**. FESPSP. Disponível em: https://www.fespsp.org.br/store/file_source/FESPSP/Documentos/Manuais/FESPSP%20GT%206%20-%20Maria%20Eduarda%20Raia%20de%20Melo.pdf. Acesso em 29 mai. 2024.

GAZETA DO POVO. **Paraná acolhe grupo de refugiados do Haiti.** Gazeta do Povo. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/parana-acolhe-grupo-de-refugiados-do-haiti-89w6ol7wugiwvgy9v0hvufufoem/>. Acesso em 29 mai. 2024.

INTERCEPT BRASIL. **Haitianos e Coiotes: A difícil jornada entre Chile e Brasil.** Intercept Brasil. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2018/08/16/haitianos-coiotes-chile-brasil/>. Acesso em 29 mai. 2024.

JORNAL USP. **Os conflitos civis na África.** Jornal USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/articulas/pedro-feliu/os-conflitos-civis-na-africa/>. Acesso em 29 mai. 2024.

MIGRAMUNDO. **Como o conceito de refugiado evoluiu ao longo da história.** MigraMundo. https://migramundo.com/como-o-conceito-de-refugiado-e-evoluiu-ao-longo-da-historia/#google_vignette. Acesso em 29 mai. 2024.

OBMIGRA. **Refúgio em Números.** Portal de Imigração, 2023. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Ref%C3%BAgio_em_N%C3%BAmeros/Refugio_em_Numeros_-_final.pdf. Acesso em 29 mai. 2024.

OIM (Organização Internacional para as Migrações). **Pesquisa global sobre o tráfico de pessoas.** IOM. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr2020_en.pdf. Acesso em 29 mai. 2024.

OIM (Organização Internacional para as Migrações). **The world's most congested human migration routes: 5 Maps.** IOM Weblog. Disponível em: <https://weblog.iom.int/worlds-congested-human-migration-routes-5-maps>. Acesso em 29 mai. 2024.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). **Relatório mundial sobre o trabalho infantil: Estimativas Globais de 2022.** OIT, 2022. Disponível em: https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_865632/lang-pt/index.htm. Acesso em 29 mai. 2024.

ONU (Organização das Nações Unidas). **ACNUR Brasil parabeniza CONARE pela criação de Observatório da Violência Contra Refugiados.** ONU Brasil, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/171388-acnur-brasil-parabeniza-conare-pela-cria%C3%A7%C3%A3o-de-observat%C3%B3rio-da-viol%C3%Aancia-contra-refugiados>. Acesso em 29 mai. 2024.

ONU (Organização das Nações Unidas). **Migração: Oportunidade e Desafio para o Desenvolvimento.** ONU News, 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/04/1784862>. Acesso em 29 mai. 2024.

ONU (Organização das Nações Unidas). **OIM lança campanha de consciên-**

tização sobre tráfico de pessoas no Brasil. ONU News, 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/06/1842194>. Acesso em 29 mai.2024.

ONU (Organização das Nações Unidas). **OIM relata aumento no número de migrantes.** ONU News, 2016. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2016/01/1539061#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20para%20Migra%C3%A7%C3%B5es,mais%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%202014>. Acesso em 29 mai. 2024.

ONU (Organização das Nações Unidas). **ONU alerta sobre número crescente de deslocados e refugiados.** ONU News, 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/01/1825937>. Acesso em 29 mai. 2024.

PITTAWAY, E.. **Making Mainstreaming a Reality:** Gender and the UNHCR Policy on Refugee Protection and Solutions in Urban Areas. UNHCR. Disponível em: <https://www.unhcr.org/research/working/5258f4ed9/making-mainstreaming-reality-gender-unhcr-policy-refugee-protection-solutions.html>. Acesso em 29 mai.2024.

PORTAL SESC SP. **Entenda a diferença entre refugiado, migrante, asilado e exilado.** Sesc SP. Disponível em: https://portal.sescsp.org.br/online/artigo/12881_ENTENDA+A+DIFERENCA+ENTRE+REFUGIADO+MIGRANTE+ASILADO+E+EXILADO. Acesso em 29 mai. 2024.

REFUGEPOINT. **Our Work:** Refugee Stories. RefugePoint. Disponível em: <https://www.refugepoint.org/our-work/refugee-stories/?storyId=1106>. Acesso em 29 mai. 2024.

VEJA. **Rota dos haitianos para o Brasil:** os perigos no caminho. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/rota-dos-haitianos-para-o-brasil-os-perigos-no-caminho>. Acesso em 29 mai. 2024.

WILLIAMS, P. D.. **Atravessando Fronteiras: A crise dos deslocados em África e as suas implicações para a segurança.** Africa Center for Strategic Studies, 2019. Disponível em: <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2021/02/ARP8PT-Atravessando-fronteiras-A-crise-dos-deslocados-em-Africa-e-as-suas-implicacoes-para-a-seguranca.pdf>. Acesso em 29 mai. 2024.

Capítulo 9

DESERTO DE ABUNDÂNCIAS: AS ESTRATÉGIAS DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA NA ARÁBIA SAUDITA

Nicolle Carmen Camargo

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a mudança de paradigma de uma economia agrária/petrolífera da Arábia Saudita para uma atual voltada para o turismo. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e a análise quantitativa para compreender as alterações macro e microeconômicas com essa mudança de cenário. Espera-se obter com esta pesquisa conhecimento e informações relacionadas a possíveis efeitos da alteração de foco econômico, como essa mudança foi/está sendo feita e em que áreas houve investimento estatal, em obras públicas ou em isenção fiscal a empresas do gênero.

Palavras-chave

Islam. Petrodólar. Arábia Saudita. Modernização econômica. Turismo.

Abstract

The objective of this paper is to analyze the paradigm shift of Saudi Arabia's economy from an agrarian/petroleum-based model to a current focus on tourism. The methodology used was bibliographic research and quantitative analysis to understand the macro and microeconomic changes associated with this shift. This research aims to acquire knowledge and information related to the possible effects of the change in economic focus, how this transition was/is being carried out, and in which areas there was state investment, whether in public works or tax exemptions for companies in the sector.

Keywords

Islam. Petrodollar. Saudi Arabia. Economic modernization. Tourism.

1. INTRODUÇÃO

A economia da Arábia Saudita é amplamente impulsionada pela indústria petrolífera, que desempenha um papel central na estrutura econômica do país. Como um dos maiores exportadores de petróleo do mundo, a Arábia Saudita depende fortemente dos lucros do petróleo para sustentar suas finanças públicas e impulsionar o crescimento econômico. No entanto, consciente da volatilidade dos preços do petróleo e dos desafios de longo prazo associados à dependência excessiva desse recurso natural finito, o governo saudita tem buscado diversificar sua economia e reduzir sua dependência do petróleo, que corresponde a mais de 95% das exportações e contribui com cerca de 70% das receitas estatais. Isso é evidenciado pela implementação da Visão 2030, um plano abrangente de reformas econômicas e sociais destinado a promover o crescimento sustentável e a diversificação da economia (Brasil, 2022).

A diversificação econômica é vista como uma oportunidade crucial para impulsionar o crescimento e reduzir a vulnerabilidade aos choques do mercado de petróleo. Para alcançar esse objetivo, o governo saudita tem implementado uma série de políticas econômicas, incluindo incentivos para o desenvolvimento de setores não petrolíferos, como turismo, tecnologia, indústria, saúde e educação. Além disso, o país está investindo em infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento, e está buscando atrair investimento estrangeiro para impulsionar o crescimento econômico e a inovação (Barría, 2022).

No entanto, apesar das iniciativas de diversificação, a economia saudita enfrenta uma série de desafios estruturais, incluindo altos níveis de desemprego entre os jovens, desigualdades econômicas, deficiências na infraestrutura e uma força de trabalho predominantemente estrangeira (Zorzi, 2013, p. 56).

Do ponto de vista socioeconômico, a Arábia Saudita, com uma população estimada em cerca de 35 milhões de habitantes até o início dos anos 2020, apresenta um dos PIBs per capita mais altos da região do Oriente Médio, graças principalmente às suas exportações de petróleo. No entanto o país enfrenta desafios significativos, como desemprego entre os jovens, que tem sido uma preocupação crescente, apesar dos esforços do governo para fomentar a empregabilidade e a diversificação econômica. A Visão 2030 também busca melhorar a qualidade de vida, promovendo o desenvolvimento sustentável e investimentos em setores não relacionados ao petróleo, como turismo, entretenimento e energia renovável. Além disso, o país tem feito esforços para integrar mais mulheres na força de trabalho, como parte de suas reformas socioeconômicas. Apesar dessas iniciativas, a economia saudita ainda enfrenta desafios de longo prazo relacionados à sua dependência do petróleo, necessitando de contínuas reformas estruturais para alcançar uma diversificação econômica bem-sucedida (Brasil, 2022).

Em 2023, a economia da Arábia Saudita apresentou indicadores que refletem

tanto os desafios quanto os esforços de diversificação econômica empreendidos pelo reino. A taxa de desemprego manteve-se em 5,1%, um indicador de relativa estabilidade no mercado de trabalho, enquanto a taxa de inflação anual foi registrada em 1,8%, evidenciando um cenário de custo de vida moderadamente controlado. Entretanto, o país enfrentou uma contração no crescimento do PIB de -0,8% ao longo do ano, refletindo os desafios econômicos globais e a volatilidade dos preços do petróleo. A população alcançou 32,18 milhões de habitantes, com uma taxa de emprego de 57,8%, e a idade de aposentadoria estabelecida em 60 anos para ambos os gêneros. A política monetária foi caracterizada por uma taxa de juros de 6%, enquanto a dívida do governo em relação ao PIB foi mantida em 30%, e o orçamento do governo apresentou um superávit de 2,5% do PIB (Trading Economics, 2024).

No âmbito do comércio internacional, as exportações totalizaram 98.505 milhões de SAR, com uma significativa parcela proveniente da exportação de petróleo, que atingiu 72.043 milhões de SAR. Em contrapartida, as importações somaram 60.354 milhões de SAR, refletindo a dependência contínua do país em relação a bens e serviços estrangeiros. A produção de petróleo bruto foi reportada em 9.011 barris por dia em fevereiro de 2024, destacando o papel central do petróleo na economia saudita. Além disso, as exportações não relacionadas ao petróleo alcançaram 19.145 milhões de SAR, enquanto as receitas do turismo foram estimadas em 90,86 bilhões de SAR, com 16,51 milhões de chegadas de turistas até dezembro de 2022, evidenciando esforços contínuos para diversificar a economia além do setor petrolífero (Trading Economics, 2024).

A entrada recente da Arábia Saudita no grupo dos BRICS a posiciona como um potencial ator de destaque em questões diplomáticas entre nações árabes, africanas e ocidentais, dada sua considerável atividade econômica. Por esse motivo, é crucial compreender as direções políticas e econômicas desse país.

2. OBJETIVOS

O **objetivo geral** deste trabalho é analisar a mudança de paradigma de uma economia agrária/petrolífera da Arábia Saudita para uma atual voltada para o turismo.

Os **objetivos específicos** são:

1. Compreender as alterações macro e microeconômicas com essa mudança de cenário;
2. Obter informações relacionadas a possíveis efeitos da alteração de foco econômico;
3. Compreender como sendo feita a alteração de foco econômico, possíveis investimentos estatais, obras públicas ou em isenção fiscal a empresas do gênero.
4. Quais os efeitos internos e externos da Arábia Saudita alterar seu foco eco-

nômico?

5. Como será desenvolvida a flexibilização da cultura da Árabia Saudita para recepcionar os estrangeiros?

3. METODOLOGIA

A metodologia adotada abrangeu a análise documental de textos oficiais, relatórios econômicos e literatura acadêmica relacionada à transformação do paradigma econômico da Arábia Saudita e conhecimentos adjacentes que possibilitaram a compreensão da temática em um aspecto amplo e interdisciplinar. Essa abordagem investigativa compreendeu a análise de políticas governamentais, planos de desenvolvimento econômico e dados estatísticos relevantes.

4. HISTÓRIA DA ARÁBIA SAUDITA, O REINO DE SAUD: O PAPEL DA RELIGIÃO QUE PERMITIU UMA COESÃO INTERNA

A região desértica na qual a Arábia Saudita se localiza é situada na Península Arábica, entre o sudoeste da Ásia e o nordeste da África, ligando-se também ao centro-oriental da Europa. Trata-se de um ponto geográfico de grande destaque, uma vez que suas características naturais não favorecem o cultivo de plantas, tampouco a diversificação de criação de animais. Contudo o posicionamento torna-se estratégico após o início do desenvolvimento comercial das civilizações originadas na África, Ásia e Europa (Ochsenwald; Owen; Holm, 2024).

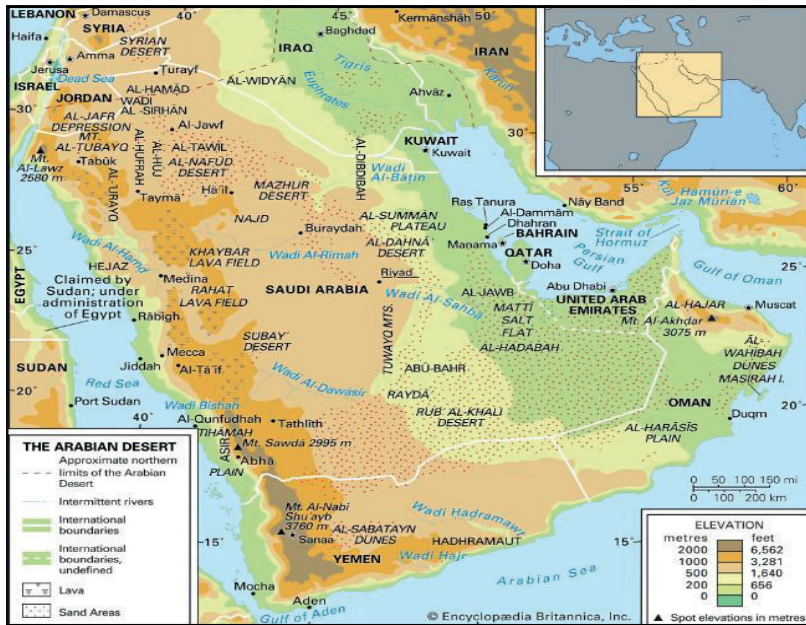
O posicionamento geográfico privilegiado possibilitou o aperfeiçoamento de práticas de comercialização, locomoção e socialização devido ao intenso fluxo de contato com culturas estrangeiras. A riqueza cultural, ainda que fluida, proporcionou o desenvolvimento intelectual das tribos nômades da região central da Península Arábica no período pré-islâmico (Giordani, 1997).

No início do século 7 da era comum, o Islã surgiu próximo à região do centro comercial denominado Meca. A corrente religiosa emergiu dos ensinamentos e visões compartilhados pelo profeta Muhammad Bin Abdullah Bin Abdul Mutalib Bin Hachim Bin Abd Manaf Bin Kussay, também conhecido como Muhammad na versão romaniz ou Maomé na versão em português. A vacância de líder religioso do Islã, deixada pela morte do profeta, em meados do ano 632 do calendário gregoriano, é motivo de debates presentes na atualidade. A morte do profeta deu origem à discussão que levaria à primeira grande separação ideológica da religião, que daria origem a duas vertentes, uma denominada de sunita e a outra de xiita. Ambas as vertentes apresentam interpretações divergentes em aspectos importantes como a respeito da liderança, onde os sunitas acreditam que a liderança deve ser realizada por profetas divinamente inspirados independentemente dos laços sanguíneos que o profeta tenha

com o originador da religião e os xiitas acreditam que a liderança deve ser realizada por indivíduos da linhagem do profeta Muhammad (Gomes, 2019; Veiga, 2023).

Para além de uma liderança religiosa, os registros a respeito de Muhammad indicam que ele possuía um círculo de contatos com notável influência local. A morte do profeta não causou impactos apenas na religião criada por ele, mas também na forma de organização do governo do espaço conquistado pela ideologia. A nova organização política recebeu o nome de Califado, que era gerida pelo Califa. O processo de expansionismo não apenas religioso, mas político e militar seguiu com a dinâmica dos múltiplos califados atravessando séculos e enfrentando questões fronteiriças com a constante instabilidade política nas regiões não centrais da Península Arábica (Business Insider, 2015; Veiga, 2023).

Figura 1. Representação topográfica da Arábia Saudita.



Fonte: Retirado de Enciclopédia Britânica (Ochsenwald; Owen; Holm, 2024).

Foi apenas no século 18 que houve um bem-sucedido acordo de unificação entre os distintos centros políticos do centro da Península Arábica, o qual deu origem ao processo que formaria o Estado conhecido hoje como Arábia Saudita. O novo e unificado Estado encontrava-se sob o domínio político da Casa de Saud, que celebrou o pacto de unificação com o líder religioso Muhammad ibn Abd al-Wahhab. Esse pacto deu origem ao movimento religioso conhecido como wahhabismo, que

teve influência significativa na formação da identidade saudita e na interpretação do Islã sunita. O wahhabismo é a corrente religiosa que visa aproximar, novamente, os fiéis aos fundamentos do Islã em uma interpretação conservadora do livro sagrado (Gomes, 2019; Lewis, 2004; Pace, 2005).

No século 20, mais especificamente em 23 de setembro de 1932, a ascensão do terceiro reino saudita culminou na unificação dos reinos conquistados sob a nova denominação de Reino da Arabia Saudita. Cabe aqui destacar alguns aspectos do reino saudita do século 20.

Política

A política da Arábia Saudita é caracterizada por uma monarquia absoluta que governa o país desde sua unificação no século 20. O rei, que também detém o título de Custódio das Duas Mesquitas Sagradas, é o chefe de Estado e de governo, exercendo amplos poderes executivos, legislativos e judiciais. O sistema político saudita é fortemente influenciado pela interpretação conservadora do Islã sunita conhecida como wahhabismo, que desempenha um papel central na legitimidade do governo. O sistema legal baseia-se na lei islâmica (*sharia*), com tribunais religiosos responsáveis por questões familiares e religiosas, enquanto tribunais seculares lidam com questões criminais e civis (Rogan, 2021).

Apesar de ter uma estrutura formal de governo, a política saudita é amplamente dominada pela família real Saud, com o poder concentrado nas mãos de um círculo restrito de líderes dentro da família. Decisões importantes são frequentemente tomadas em conselhos consultivos, como o Conselho de Ministros e o Majlis al-Shura (Conselho Consultivo), que são compostos por membros nomeados pelo rei. O governo saudita é conhecido por sua estabilidade política interna, mas também enfrentou críticas por sua falta de transparência, restrições à liberdade de expressão e aos direitos humanos, e falta de participação democrática significativa (Rogan, 2021).

A política externa da Arábia Saudita é moldada por uma série de fatores, incluindo a busca por segurança regional, a promoção de interesses econômicos e a afirmação da liderança islâmica. O país desempenha um papel proeminente na política regional, especialmente no Golfo Pérsico, onde busca conter a influência do Irã e promover a estabilidade na região. A Arábia Saudita também mantém laços estreitos com os Estados Unidos e outros aliados ocidentais, particularmente em questões de segurança e energia (Rogan, 2021).

A Arábia Saudita tem sido um ator ativo em questões globais, especialmente no que diz respeito ao Islã e ao combate ao terrorismo. O país tem buscado promover uma imagem de liderança islâmica moderada e tem colaborado com outros países muçulmanos e ocidentais em esforços para combater grupos extremistas, como o Estado Islâmico. No entanto as políticas externas sauditas também têm sido objeto

de críticas, especialmente em relação ao conflito no Iêmen, onde o país lidera uma coalizão militar contra os rebeldes houthis, resultando em uma grave crise humanitária (Rogan, 2021).

Cultura e sociedade

A cultura e a sociedade da Arábia Saudita são profundamente influenciadas pelos valores e tradições islâmicas, refletindo uma sociedade conservadora com uma forte identidade religiosa. O Islã desempenha um papel central na vida cotidiana dos sauditas, influenciando aspectos como comportamento, vestimenta, alimentação e relações sociais. O país segue a interpretação wahhabista do Islã, que promove uma adesão estrita aos preceitos religiosos e uma ênfase na moralidade e na modéstia. Como resultado, as normas sociais na Arábia Saudita são tradicionalmente conservadoras, com segregação de gênero em muitas áreas da vida pública, restrições à liberdade individual e um forte senso de comunidade e solidariedade dentro da sociedade (Rogan, 2021).

O árabe é a língua oficial da Arábia Saudita e desempenha um papel central na identidade nacional e cultural do país. O árabe moderno padrão é ensinado nas escolas e usado em contextos formais, enquanto os dialetos regionais do árabe são amplamente falados em situações informais e em interações diárias. Além do árabe, o inglês é amplamente utilizado como segunda língua, especialmente no contexto comercial e educacional, devido à presença significativa de expatriados e à importância do comércio internacional para a economia saudita (Rogan, 2021).

A sociedade saudita é tradicionalmente organizada em torno de valores familiares e laços tribais, com a família desempenhando um papel central na estrutura social. A família estendida é valorizada e respeitada, com múltiplas gerações muitas vezes vivendo juntas em uma mesma casa. O casamento é considerado uma instituição sagrada e é geralmente arranjado com a aprovação dos pais. A religião também exerce influência sobre as interações sociais e as práticas culturais, com rituais religiosos, como as cinco orações diárias e o jejum durante o Ramadã, desempenhando um papel importante na vida cotidiana dos sauditas (Rogan, 2021).

A cultura saudita é rica e diversificada, refletindo a história e as tradições do país. A música e a dança são formas de expressão cultural populares, com estilos tradicionais, como o ardah, uma dança de espada tradicional, ainda sendo praticados em festivais e eventos culturais. Artes visuais, literatura e poesia também desempenham um papel significativo na cultura saudita, com artistas e escritores sauditas explorando temas como identidade, tradição e modernidade em suas obras (Rogan, 2021).

Geografia e meio ambiente

A geografia e o meio ambiente da Arábia Saudita são influenciados por sua localização na Península Arábica, uma região caracterizada por desertos áridos e extensões de planícies. O clima predominante é desértico, com altas temperaturas durante o dia e grandes variações de temperatura entre o dia e a noite. A precipitação é escassa e irregular, concentrando-se principalmente nos meses de inverno. Como resultado, a maior parte do território saudita é caracterizada por paisagens áridas e semiáridas, com pouca vegetação natural (Wynbrandt, 2010).

Apesar das condições adversas, a Arábia Saudita possui recursos naturais significativos, com destaque para suas vastas reservas de petróleo, que são uma fonte fundamental de riqueza e desenvolvimento econômico para o país (Wynbrandt, 2010).

A Arábia Saudita enfrenta desafios relacionados à escassez de água. A maior parte da água utilizada na Arábia Saudita vem de aquíferos subterrâneos não renováveis, que estão sendo esgotados a uma taxa alarmante devido ao consumo excessivo e à falta de práticas sustentáveis de gestão da água. Como resultado, o país depende cada vez mais de métodos de dessalinização e de projetos de conservação de água para atender às necessidades de sua população e de sua economia em crescimento (Wynbrandt, 2010).

Apesar dos desafios ambientais, a Arábia Saudita também está fazendo esforços para promover a conservação e o uso sustentável de seus recursos naturais. O país está investindo em projetos de energia renovável, como a energia solar, e está implementando políticas e regulamentações para reduzir a poluição e proteger o meio ambiente. Além disso, a Arábia Saudita está buscando soluções inovadoras para enfrentar os desafios da escassez de água, incluindo a implementação de tecnologias de dessalinização mais eficientes e a promoção de práticas agrícolas sustentáveis (Arábia Saudita, 2016).

Relações internacionais

As relações internacionais da Arábia Saudita são caracterizadas por sua posição estratégica no Oriente Médio, sua liderança na produção global de petróleo e sua importância como centro espiritual do Islã. Esses elementos fundamentais moldam a política externa saudita, que visa promover a segurança nacional, o desenvolvimento econômico e a influência regional e global. A Arábia Saudita é um membro fundador da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), refletindo seu papel central na política energética global e na economia do petróleo. Além disso, a nação desempenha um papel de liderança na Liga Árabe e na Organização de Cooperação Islâmica, buscando promover a solidariedade entre os países muçulmanos e árabes (Wynbrandt, 2010).

A relação da Arábia Saudita com os Estados Unidos tem sido um pilar de sua política externa, fundamentada na segurança e cooperação econômica, especialmente no setor de energia. Este relacionamento estratégico envolve questões de defesa, com os EUA fornecendo segurança militar e vendendo armas avançadas ao reino. Entretanto essa parceria enfrentou desafios devido a preocupações com direitos humanos e divergências sobre questões regionais, incluindo o Irã e o conflito israelense-palestino (Wynbrandt, 2010).

As relações com o Irã têm sido tensas, marcadas por rivalidades sectárias, políticas e econômicas. A Arábia Saudita, uma nação predominantemente sunita, e o Irã, majoritariamente xiita, competem pela influência no Oriente Médio, apoiando facções opostas em conflitos no Iêmen, na Síria e em outras áreas. Essa rivalidade reflete não apenas divisões religiosas, mas também ambições geopolíticas e de segurança (Wynbrandt, 2010).

No contexto regional, a Arábia Saudita busca liderar os esforços para resolver conflitos e promover a estabilidade no Oriente Médio. Isso inclui a mediação em disputas, a promoção de acordos de paz e o apoio a governos aliados. A intervenção militar no Iêmen, liderada pela Arábia Saudita, destaca o compromisso do reino com a manutenção da estabilidade regional.

Além disso, a Arábia Saudita tem se esforçado para diversificar suas relações internacionais, fortalecendo os laços com a Rússia, a China e outras potências emergentes. Essa abordagem visa não apenas diversificar suas alianças econômicas e políticas, mas também posicionar o reino como um ator global influente. A participação em fóruns internacionais, como o G20, do qual a Arábia Saudita foi anfitriã em 2020, evidencia seu desejo de contribuir para a governança global e o diálogo internacional.

Petróleo

Outro aspecto destacável do reino saudita trata-se da descoberta de grandes reservas de petróleo bruto, o que transformou radicalmente a economia e a sociedade saudita.

Tendo em vista as características geológicas da Península Arábica, havia uma conjectura a respeito da existência de petróleo no território da Arabia Saudita. Para além de uma grande reserva de petróleo nas formações geológicas, em março de 1938, vastas reservas de petróleo foram encontradas no leste do país, pela Califórnia Arabian Standard Oil Company. A parceria entre a empresa estadunidense e o governo saudita resultou em uma concessão dos direitos de exploração e viabilizou parcerias entre ambos os Estados.

É válido ressaltar que não se trata apenas de um recurso natural encontrado em abundância, mas sim de um produto advindo de uma combinação geológica única que potencializa sua utilização para fins energéticos em meio à ascensão de

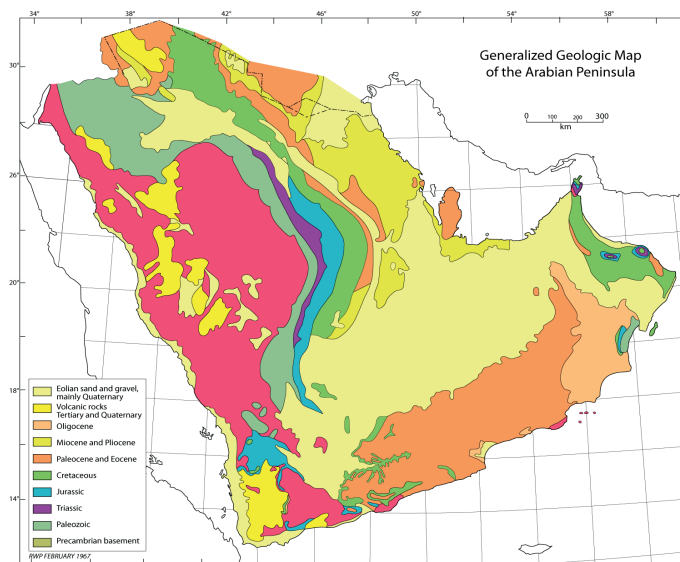
tecnologias que revolucionaram a vida do ser humano como o sistema de combustão em veículos e na produção de energia elétrica.

5. LIDERANÇA SAUDITA NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO, PETRODÓLARES DOS ANOS 1970

O petróleo saudita se destaca pela quantidade, mas também pela qualidade, fatores que propiciaram a preferência pelo fornecedor saudita. Embora a Aramco (empresa de origem saudita que detém a concessão do petróleo saudita) não disponibilize dados referentes à composição e à estrutura química de seu produto, estudos geológicos da região apontam para uma composição exclusiva. A geologia da região é propícia para a formação de um composto de hidrocarbonetos aliado com múltiplos elementos que culminam em um produto bruto que, quando refinado, possui alto potencial energético (Figura 2).

A riqueza energética do território advém dos resultados do processo de compactação e compressão do solo previamente rico em recursos hídricos (Figura 3). A abundância de petróleo em território saudita culminou em uma série de transformações em diversos aspectos como nas relações comerciais, parcerias econômicas, nas instalações e investimentos públicos e até mesmo em aspectos sociais que são fundamentais para compreender o processo que envolve a mudança de foco econômico da Arabia Saudita no século 21.

Figura 2. Mapa geológico da Arábia Saudita



Fonte: Retirado de Powers (s.d.)

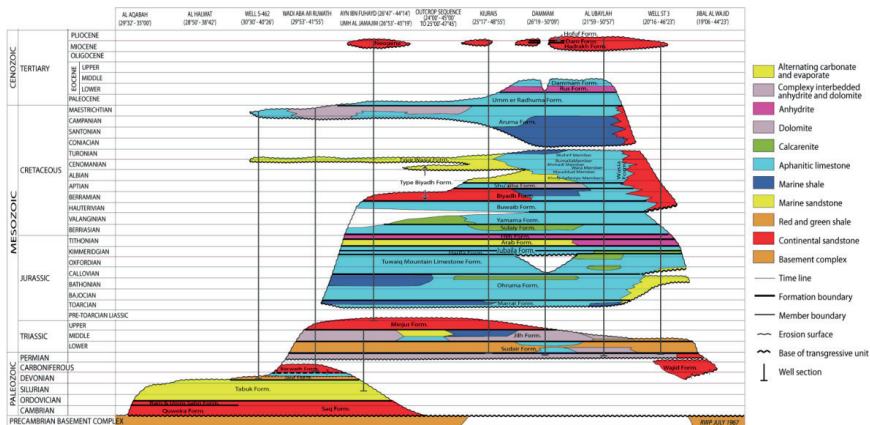
Para além do aumento do fluxo comercial e o aumento notório da riqueza local, a extração do petróleo bruto realçou a necessidade de conectar a Arábia Saudita com o restante do mundo. O desenvolvimento em infraestrutura é observado na construção de oleodutos para escoar a produção da *commodity* em questão.

Cidades como Riyadh também são símbolos do avanço saudita no período pós descoberta do petróleo uma vez que demonstram não apenas um alcance geográfico, mas também os desdobramentos na infraestrutura, saúde e educação.

Apesar de ser notório o desenvolvimento gerado pela extração do petróleo, um aspecto chamativo é a alteração da dinâmica internacional ao longo dos anos seguintes causados pelo posicionamento geográfico do recurso, o uso do produto e os países usuários da riqueza da *commodity* em questão.

Os Estados Unidos da América reinventaram o potencial energético do recurso finito do petróleo saudita ao desenvolverem a política econômica do petrodólar. Os petrodólares são frutos da consolidação da parceria econômica e militar entre Estados Unidos da América e o Reino da Arabia Saudita advindo do acordo realizado na década de 1970.

Figura 3. Geologia do território da Arábia Saudita.



Fonte: Retirado de Powers (s.d.)

Em linhas gerais, a política estadunidense baseava-se em lastrear a própria moeda em ouro, porém tal política encontrava-se em crise na década de 1970. O complicado período é explicado pelo contexto de déficit da *commodity* ocasionado por uma sequência de fatores como o conflito entre as Sete Irmãs do petróleo e a OPEP e conflitos como a guerra do Yom Kippur (Cerqueira; Silva, 2018).

A falta do produto, fatores externos, um histórico de parcerias com a Arábia

Saudita e uma crise econômica iminente direcionou o Estado americano a realizar um novo planejamento econômico. Realizou-se um alinhamento que tinha como objetivo migrar o lastro do ouro para outra *commodity* que impedisse o desbalançamento exacerbado da inflação e das taxas de juros. A solução para essa demanda econômica foi encontrada no novo e negro ouro da Arábia Saudita, o petróleo. Desse modo, foi firmado um acordo entre os dois países, o qual, entre muitos aspectos, criava a obrigatoriedade de a Arábia Saudita comercializar o petróleo em dólar (Pulcherio, 2015).

A parceria proporcionou temporariamente equilíbrio na inflação estadunidense e apoio militar aos sauditas, o que viabilizou a manutenção da unificação do reino e seu avanço econômico.

6. DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA EM TORNO DA ECONOMIA VERDE

A extração e a exportação do petróleo foram fatores transformadores na história saudita e viabilizaram uma série de conquistas sociais e econômicas. Sobre tudo, é válido ressaltar que, assim como ter uma economia baseada em ouro, basear-se em petróleo é um risco, devido a sua finitude (Horschig, 2016).

As análises sauditas apontaram para a necessidade de expandir o processo de desenvolvimento para o setor tecnológico a longo prazo e, em um prazo mais restrito, o setor turístico.

Os olhares externos que se voltam para a cultura saudita, com destaque para os ocidentais, são induzidos ao iminente estranhamento e questionamento cultural. A imagem hostil e opressora dos povos árabes é uma construção histórica que se difere da realidade (Khalifeh, 2015). Se por um lado, o Ocidente não observa o potencial turístico da Arábia Saudita, moradores do Paquistão, Kuwait e Índia lideraram, em 2019, as estatísticas de turistas no país. O intenso fluxo turístico que tem concedido à Arábia Saudita títulos entre os 10 países mais visitados no mundo na última década dá-se pelo contexto religioso. A cidade de Meca, localizada no vale desértico da Arábia Saudita, é uma localização sagrada para os fiéis do islã em suas múltiplas vertentes e atrai turistas do mundo inteiro para acompanhar as práticas religiosas dos fiéis como a peregrinação obrigatória e a celebração do Al-Hijra e de Eids (Acuña Pinilla, 2015).

Visando aumentar o potencial geracional de recurso econômicos advindo do turismo, foi originada uma política de diversificação da estratégia econômica, a qual foi denominada Visão 2030. O documento oficial inicia com a seguinte frase do rei Salman Bin Abdulaziz Al Saud: “meu primeiro objetivo é que nosso país seja um modelo global de excelência pioneiro e bem-sucedido, em todas as frentes, e trabalharei com vocês para atingir esse objetivo” (Arábia Saudita, 2016, p. 3, tradução livre).

O documento oficial destaca a importância que o país tem para a religião islâmica e enfatiza ser um eixo que conecta três continentes. É possível identificar no planejamento uma preocupação com o desenvolvimento educacional por meio do sistema Irtiqaa e o enfoque em viabilizar o desenvolvimento de tecnologias e fontes energéticas renováveis com módulos solares fotovoltaicos (Arábia Saudita, 2016).

Dentre os diversos projetos da Visão 2030, é possível destacar o projeto em andamento avançado denominado Riade Verde. O objetivo do projeto é melhorar a qualidade do ar e diminuir o consumo de energia alinhado com a criação de espaços verdes que trarão beleza e frescor para a cidade. O projeto visa tornar a capital mais atrativa para o turismo e mais harmônica propiciando um ambiente melhor para a execução de negociações empresariais (Arábia Saudita, 2016).

Tendo em vista o aumento das temperaturas e os efeitos devastadores do processo de aquecimento global, regiões de temperaturas naturalmente elevadas como Meca preocupam-se cada vez mais com a criação de mecanismos de resfriamento com baixo impacto ao meio ambiente. Devido à morte de centenas de muçulmanos na peregrinação realizada em junho de 2024, ocasionada por elevada temperatura e sensação térmica acima de 50 °C, projetos como o Riade Verde recebem maior atenção na implementação (Mais de mil pessoas [...], 2024).

O planejamento das mudanças até 2030 são ambiciosos e causam estranheza aos que não se atentam ao vasto processo de desenvolvimento do Reino Saudita, contudo o planejamento é baseado na observação de nações que, em menor escala, já implementaram políticas de diversificação econômica, como é o caso da Noruega. O Estado norueguês realizou o feito de, em pouco mais de 20 anos, intensificar seu fluxo de turismo em três vezes, o que indica a viabilidade do planejamento saudita.

Atualmente há incentivos aos eventos culturais e esportivos privados, como a Fórmula 1, que são viabilizados através da parceria com a empresa Aramco, de posse dos Saud (Horschig, 2016; Saudi Aramco [...], 2020).

O grande paradigma a ser enfrentado pelo governo saudita trata-se da permissibilidade ao aceitar privado. A maior fonte de lucro saudita atual está atrelada a empresas que estão na posse da família Saud que governa o reino. Multiplicar os eixos econômicos e permitir a expansão de empresas privadas não ligadas aos membros do governo e da família Saud, significa, no caso em tela, uma perda significativa do controle exercido hoje pelo governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da história saudita leva a perceber que a riqueza da Arábia Saudita não se resume ao seu produto interno bruto e tão pouco aos seus recursos naturais. A riqueza do reino se dá pelo pensamento estratégico inesgotável e a flexibilidade em assimilar e recepcionar diferentes culturas sem perder suas características, princípios

fundadores e oportunidades de desenvolvimento nacional.

Embora o Estado seja conhecido internacionalmente pela rigidez de suas regras, a flexibilidade diplomática e histórica que o Estado demonstrou ao longo do tempo viabiliza a conexão externa por meio de eventos tecnológicos, esportivos e religiosos.

A Arábia Saudita é uma nação que adequa perfeitamente os interesses econômicos com suas características culturais advindas de um longo processo em prol da unificação e alinhamento dos povos árabes

A incógnita que originou esse estudo foi a respeito da dificuldade que os sauditas, principalmente os civis, teriam em recepcionar os povos estrangeiros no período de transição entre uma economia majoritariamente advinda do petróleo para uma economia baseada nos resultados de desenvolvimento tecnológico que será sucessor de um período voltado para o desenvolvimento turístico. A análise resultou em uma resposta clara, não haverá exacerbado estranhamento uma vez que possui cidades, como Meca, as quais possuem grande fluxo turístico e apresentam preparo, não apenas da população local, mas de infraestrutura para receber turistas do mundo inteiro em quantidades cada vez maiores.

Os sauditas estão atentos às mudanças sociais e ambientais que envolvem o complexo século 21 e apresentam planos sólidos e metas alcançáveis para os próximos anos. A abertura do país árabe para os empreendimentos estrangeiros e o sutil incentivo à apreciação da cultura árabe por meio da propagação cultural e a comercialização de produtos destacáveis como perfumes, aos poucos está conectando o ocidente com a realidade árabe.

REFERÊNCIAS

ACUÑA PINILLA, M. C.. **Turismo para el Desarrollo en Oriente Medio**: El caso de Arabia Saudita. Dissertação (Máster Universitario en Cooperación Internacional al Desarrollo) - Universidad Pontificia Comillas, Madrid, Espanha, 2013. <https://repositorio.comillas.edu/xmlui/bitstream/handle/11531/85822/TFM001913.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.

ARÁBIA SAUDITA. **Vision 2030**. Riad: Reino da Arábia Saudita, 2016. Disponível em: https://www.vision2030.gov.sa/media/rc0b5oy1/saudi_vision203.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.

BARRÍA, C.. A extravagante ideia de príncipe saudita para futuro pós-petróleo. **BBC News Mundo**, 7 jun. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61711788>. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Arábia Saudita**: Relatório Agronegócio. Brasília: MAPA, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/adidos-agri>

colas/arabia-saudita/RELATRIOAGRONEGCIOARBIASAUDITAv.1finalcga-ag04.05.20222.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

BUSINESS INSIDER. **Animated map shows how religion spread around the world**. YouTube, 14 jul. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AvFl6UBZLv4>. Acesso em: 24 jun. 2024.

CERQUEIRA, J.; SILVA, F. S.. **Impactos da crise do petróleo na economia brasileira**. Multivix, ago. 2018. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/08/impactos-da-crise-do-petroleo-na-economia-brasileira.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

GIORDANI, M. C.. **História do mundo árabe medieval**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GOMES, G. F. Califado Virtual: a Hisbah como ferramenta de construção de um Estado Islâmico em Dabiq (2014-2016). **Faces da História**, v. 6, n. 2, p. 218-237, 2019. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/1433>. Acesso em: 24 jun. 2024.

HORSCHIG, D.. Economic Diversification in Saudi Arabia: The Challenges of a Rentier State. **Journal of Political Inquiry**, p. 14-23, 2016. Disponível em: https://jpinyu.com/wp-content/uploads/2016/12/Fall2016_Saudi.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.

KHALIFEH, S.. A armadilha das imagens ocidentais que representam as mulheres árabes. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 1 ago. 2015. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-armadilha-das-imagens-ocidentais-que-representam-as-mulheres-arabes/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

LEWIS, B.. **A crise do Islã**: Guerra santa e terror profano. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

Carta Capital. Mais de mil pessoas morreram na peregrinação a Meca marcada pelo calor extremo. **Carta Capital**, 20 jun. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/mais-de-mil-pessoas-morreram-na-peregrinacao-a-meca-marcada-pelo-calor-extremo/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

OCHSENWALD, W. L.; OWEN, L.; HOLM, D. A.. Arabian Desert. **Encyclopedia Britannica**, 18 abr. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Arabian-Desert#/media/1/31610/542>. Acesso em: 10 jun. 2024.

PACE, E.. **Sociologia do Islã**: Fenômenos religiosos e lógicas sociais. Petrópolis: Vozes, 2005.

PALAZZO, C. L.. As múltiplas faces do Islã. **Saeculum**, n. 30, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/22242>. Acesso em: 24 jun. 2024.

POWERS, R. W.. **Saudi Arabia** (excluding the Arabian Shield, [s.d.]. Disponível em: <http://paleopolis.rediris.es/LEXICON/KSA/droite.htm>. Acesso em: 10 jun. 2024.

PULCHERIO, M. C. D. T. F.. **O FMI e o sistema monetário e financeiro internacional**: A interferência do Poder Estrutural americano. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/disserta%C3%A7%C3%B5es/2015/Marcia%20Cristina%20Derr%C3%A9%20Torres%20Fernandes%20Pulcherio.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

ROGAN, E.. **Os árabes**: Uma história. Tradução: Marlene Suano. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

FORBES. Saudi Aramco anuncia parceria de longo prazo com a Fórmula 1. **Forbes**, 10 mar. 2020. Disponível em: Leia mais em: <https://forbes.com.br/negocios/2020/03/saudi-aramco-anuncia-parceria-de-longo-prazo-com-a-formula-1/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

TRADING ECONOMICS. **Saudi Arabia Indicators**, 2024. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/saudi-arabia/indicators>. Acesso em: 12 jun. 2024.

VEIGA, E.. Quem foi Maomé, a figura-chave do islã. **BBC News Brasil**, 30 jan. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-63635739>. Acesso em: 24 jun. 2024.

WYNBRANDT, J.. **A brief history of Saudi Arabia**. 2010.

ZORZI, F. B.. **O conservadorismo da Arábia Saudita**: apoio externo, petróleo e coalizões internas como suporte para a manutenção do regime e fonte de influência regional. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/96556>. Acesso em: 10 jun. 2024.

A CRISE DE REFUGIADOS DA VENEZUELA: IMPACTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, REGIONAIS E NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS COM O BRASIL

Thayna de Souza Curado

Resumo

O artigo aborda a complexa crise de refugiados da Venezuela e seus profundos impactos no Brasil, explorando tanto as dimensões políticas, econômicas e regionais quanto as repercussões nas relações internacionais. Iniciando com uma análise das políticas econômicas implementadas desde Hugo Chávez até Nicolás Maduro, o estudo revela como essas políticas contribuíram para o colapso econômico e o êxodo em massa de venezuelanos. Além disso, examina os desafios humanitários enfrentados pelo Brasil, especialmente nas fronteiras, e as estratégias adotadas, como a Operação Acolhida, para lidar com a crise. As dinâmicas diplomáticas entre Brasil e Venezuela também são destacadas, ressaltando esforços para cooperação regional e soluções multilaterais.

Palavras-chave

Crise de refugiados. Venezuela. Brasil. Impactos regionais. Diplomacia.

Abstract

The article addresses the complex Venezuelan refugee crisis and its profound impacts on Brazil, exploring both the political, economic, and regional dimensions as well as the repercussions on international relations. Beginning with an analysis of economic policies implemented from Hugo Chávez to Nicolás Maduro, the study reveals how these policies contributed to economic collapse and mass exodus of Venezuelans. Additionally, it examines the humanitarian challenges faced by Brazil, especially at its borders, and the strategies adopted, such as Operation Welcome, to cope with the crisis. Diplomatic dynamics between Brazil and Venezuela are also highlighted, emphasizing efforts for regional cooperation and multilateral solutions.

Keywords

Refugee crisis. Venezuela. Brazil. Regional impacts. Diplomacy.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca analisar a crise de refugiados da Venezuela, examinando seus impactos políticos, econômicos, regionais e nas relações internacionais com o Brasil. Ao longo dos capítulos, exploramos as causas fundamentais dessa crise complexa, que se origina de uma combinação de fatores políticos, econômicos e sociais interligados.

Iniciamos nossa análise com um estudo das políticas econômicas implementadas desde a chegada de Hugo Chávez ao poder em 1999. Sob sua liderança, a Venezuela adotou medidas destinadas a redistribuir a riqueza do petróleo através de programas sociais. Inicialmente, essas políticas foram amplamente populares e levaram a melhorias significativas nos indicadores sociais, como redução da pobreza extrema e avanços na saúde e educação (Ellner, 2014). No entanto, ao longo do tempo, políticas como controle de preços e câmbio, bem como a nacionalização de setores estratégicos, contribuíram para desencorajar o investimento privado e comprometer a eficiência econômica (Ellner, 2014).

Com a sucessão de Nicolás Maduro à presidência após a morte de Chávez em 2013, a gestão econômica do país continuou a enfrentar desafios crescentes. Maduro manteve muitas das políticas de seu antecessor, porém, agravou a situação com medidas desesperadas e erros de política econômica que exacerbaram os problemas existentes. A hiperinflação tornou-se um sintoma central da crise, com taxas anuais atingindo milhões por cento, o que desvalorizou drasticamente o bolívar e minou a confiança na moeda nacional (Rapoza, 2018).

Adicionalmente, a corrupção sistêmica e a má gestão governamental corroeram as instituições estatais venezuelanas, comprometendo a capacidade do governo de fornecer serviços públicos eficazes. A Petrobras estatal, PDVSA, por exemplo, uma vez uma das maiores produtoras de petróleo do mundo, foi mal administrada, resultando em perdas financeiras significativas e queda na produção (Corrales, 2019). A corrupção não apenas desviou recursos que deveriam beneficiar a população em geral, mas também exacerbou as desigualdades sociais e contribuiu para o descontentamento popular crescente.

A economia venezuelana, altamente dependente das receitas de exportação de petróleo, sofreu um golpe devastador com a queda dos preços do petróleo a partir de meados de 2014. A falta de diversificação econômica deixou o país vulnerável às flutuações do mercado global de petróleo, agravando os efeitos das políticas econômicas insustentáveis adotadas durante os governos chavista e madurista.

Além dos desafios internos, a Venezuela enfrenta crescente isolamento internacional devido a preocupações com direitos humanos e democracia. Países como Estados Unidos e União Europeia impuseram sanções econômicas que restringiram severamente o acesso do governo aos mercados financeiros internacionais e complicaram transações comerciais essenciais (Weisbrot & Ray, 2019). Este isolamento diplomático limita a capacidade da Venezuela de negociar acordos internacionais que poderiam aliviar a crise econômica e social.

Nos capítulos subsequentes, exploramos os impactos humanitários e regionais da crise, com um foco detalhado na resposta da Colômbia e do Chile à chegada massiva de venezuelanos. Examinamos os desafios enfrentados por esses países em termos de saúde pública, educação, segurança e coesão social diante do influxo significativo de migrantes venezuelanos. Além disso, discutimos as estratégias adotadas pelo Brasil para lidar com a crise de refugiados, analisando a Operação Acolhida e outras iniciativas governamentais destinadas a mitigar os desafios socioeconômicos e políticos associados à migração venezuelana.

Por fim, investigamos as dinâmicas diplomáticas entre Brasil e Venezuela, destacando as estratégias bilaterais e multilaterais empregadas para lidar com a crise, bem como as tentativas de coordenação regional através de organizações internacionais. Este estudo busca oferecer uma análise abrangente e detalhada da crise de refugiados da Venezuela e suas implicações multifacetadas na região latino-americana e nas relações internacionais.

2. CAUSAS DA CRISE NA VENEZUELA

A crise na Venezuela é um fenômeno complexo resultante de uma série de fatores políticos, econômicos e sociais interligados. Este capítulo investiga profundamente essas causas fundamentais, analisando como contribuíram para a atual situação de colapso econômico e êxodo massivo de venezuelanos.

Desde a chegada de Hugo Chávez ao poder em 1999, a Venezuela implementou políticas econômicas que visavam redistribuir a riqueza do petróleo através de programas sociais. Inicialmente, essas medidas foram populares e trouxeram benefícios sociais significativos, como a redução da pobreza extrema e a melhoria nos indicadores de saúde e educação para muitos venezuelanos (Ellner, 2014, p. 12). No entanto, as políticas de controle de preços e câmbio, junto com a nacionalização de indústrias estratégicas, acabaram por desestimular o investimento privado e comprometer a produtividade do setor privado (Ellner, 2014).

Com a morte de Hugo Chávez em 2013, Nicolás Maduro assumiu a presidência e continuou a política econômica de seu antecessor. Entretanto, a gestão econômica sob Maduro foi marcada por erros graves e medidas desesperadas que exacerbaram os problemas econômicos já existentes. A hiperinflação tornou-se um dos principais

A CRISE DE REFUGIADOS DA VENEZUELA: IMPACTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, REGIONAIS E NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS COM O BRASIL

sintomas da crise, atingindo taxas anuais de milhões por cento, o que desvalorizou drasticamente o bolívar, tornando-o praticamente inútil como moeda (Rapoza, 2018, p. 3).

Corrupção e Má Gestão Governamental

A corrupção sistêmica e a má gestão governamental desempenharam papéis críticos no agravamento da crise venezuelana. Instituições estatais foram corroídas por práticas corruptas que minaram a eficiência e a transparência dos processos governamentais. Empresas estatais, incluindo a petrolífera estatal PDVSA, foram mal administradas, resultando em perdas financeiras significativas e declínio na produção de petróleo, uma fonte crucial de receita para o país (Corrales, 2019, p. 75).

A corrupção não apenas minou a capacidade do governo de fornecer serviços públicos eficazes, mas também exacerbou as desigualdades sociais ao desviar recursos que deveriam beneficiar a população em geral. Isso contribuiu para a erosão do apoio popular ao governo e aumentou a desconfiança em relação às instituições estatais.

Dependência do Petróleo e Queda nos Preços Internacionais

A economia venezuelana é altamente dependente das exportações de petróleo, que historicamente representaram a maior parte das receitas de exportação e financiamento do governo. A queda nos preços internacionais do petróleo a partir de meados de 2014 teve um impacto devastador na economia venezuelana (Zakaria, 2019, p. 99). Isso reduziu drasticamente a capacidade do governo de financiar importações essenciais, programas sociais e investimentos em infraestrutura.

A falta de diversificação econômica tornou a Venezuela vulnerável às flutuações do mercado global de petróleo, amplificando os efeitos da má gestão econômica e das políticas insustentáveis adotadas pelos governos chavista e madurista ao longo dos anos. A incapacidade de diversificar a economia e investir em outros setores produtivos deixou o país extremamente vulnerável a choques externos, como a queda dos preços do petróleo.

Sanções Econômicas e Isolamento Internacional

O governo venezuelano enfrenta crescente isolamento internacional devido a preocupações com direitos humanos, democracia e a deterioração das condições políticas e sociais. Países como os Estados Unidos e a União Europeia impuseram sanções econômicas que restringiram severamente o acesso do governo aos mercados

financeiros internacionais e a capacidade de realizar transações comerciais internacionais (Weisbrot & Ray, 2019, p. 5).

Essas sanções visam pressionar o governo venezuelano a adotar reformas democráticas e respeitar os direitos humanos, mas também têm contribuído para o agravamento da crise econômica ao dificultar o financiamento de importações essenciais, medicamentos e alimentos. Além disso, o isolamento diplomático limita a capacidade da Venezuela de negociar acordos internacionais que poderiam mitigar os efeitos da crise econômica e social.

3. IMPACTOS HUMANITÁRIOS E REGIONAIS

Efeitos na Colômbia

A Colômbia tem sido o principal destino dos venezuelanos que fogem da crise em seu país de origem. Desde 2015, milhões de venezuelanos entraram na Colômbia, buscando refúgio e oportunidades que não encontram em casa. A resposta colombiana foi inicialmente marcada pela solidariedade, mas logo se viu diante de enormes desafios logísticos, econômicos e sociais.

A chegada massiva de venezuelanos teve um impacto direto sobre o sistema de saúde, educação e infraestrutura colombianos. Muitos venezuelanos chegam em condições de vulnerabilidade extrema, necessitando de assistência médica urgente e serviços básicos. Isso sobrecarregou os serviços públicos colombianos, especialmente em áreas de fronteira como Cúcuta e Arauca, onde a demanda por serviços de saúde e educação aumentou substancialmente (ACNUR, 2023, p. 15).

O governo colombiano implementou várias políticas para integrar os venezuelanos à economia formal e à sociedade colombiana. Isso inclui a concessão de permissões de residência temporária e de trabalho, além de programas de assistência social. No entanto, a predominância do trabalho informal ainda representa um desafio significativo, limitando as oportunidades de emprego e expondo os venezuelanos a condições de trabalho precárias (PNUD, 2022, p. 45).

A crescente presença de venezuelanos também trouxe desafios de segurança e coesão social. Há relatos de aumento da criminalidade em áreas com alta concentração de venezuelanos, alimentando tensões locais e desafios para a aplicação da lei (Banco Mundial, 2023, p. 72). Além disso, a discriminação e xenofobia surgiram em algumas comunidades colombianas, exacerbando as tensões sociais e políticas (ACNUR, 2023, p. 20).

Desafios no Chile

O Chile também tem sido um destino importante para os venezuelanos em busca de refúgio. A política de portas abertas inicialmente adotada pelo governo chileno foi acompanhada de desafios significativos na gestão da integração e aceitação dos venezuelanos na sociedade chilena.

A chegada dos venezuelanos ao Chile teve um impacto diversificado, afetando diferentes setores da economia e aspectos sociais. Embora muitos venezuelanos tenham contribuído positivamente para a economia chilena, especialmente em áreas como serviços e construção, houve relatos de competição por empregos e habitação, gerando tensões entre comunidades locais e migrantes (OIM, 2023, p. 28).

O Chile implementou programas para facilitar a integração dos venezuelanos, incluindo ações para regularizar o status migratório e oferecer acesso a serviços básicos. No entanto, a capacidade limitada de absorção e as restrições burocráticas têm sido obstáculos para muitos venezuelanos que buscam reconstruir suas vidas no Chile (Banco Mundial, 2023, p. 50).

O aumento da população migrante também despertou preocupações sobre a coesão social e o aumento da xenofobia em algumas áreas urbanas. Embora a maioria dos chilenos apoie a integração de venezuelanos, há relatos de incidentes de discriminação e exclusão, destacando a necessidade de medidas adicionais para promover a coexistência pacífica e o respeito mútuo (PNUD, 2022, p. 60).

Cooperação Regional e Internacional

A crise de refugiados venezuelanos motivou uma resposta regional coordenada entre os países latino-americanos e organizações internacionais. A Organização das Nações Unidas (ONU), o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) desempenharam papéis fundamentais na coordenação de assistência humanitária, proteção de direitos e promoção de políticas de integração eficazes.

Programas regionais como o Plano de Resposta Regional para Refugiados e Migrantes (RMRP) têm facilitado a mobilização de recursos e a cooperação entre países. Essas iniciativas visam não apenas fornecer assistência imediata aos refugiados, mas também promover soluções duradouras que fortaleçam a resiliência das comunidades receptoras e dos próprios migrantes (ONU, 2023, p. 39).

A cooperação internacional tem enfrentado desafios significativos, incluindo a mobilização de financiamento adequado e o alinhamento de políticas entre os países membros. No entanto, esses esforços também representam oportunidades para fortalecer a solidariedade regional, melhorar as capacidades de resposta e promover o desenvolvimento inclusivo em toda a América Latina (Banco Mundial, 2023, p. 85).

Para expandir ainda mais o texto sobre o relacionamento entre Brasil e Venezuela, vamos detalhar cada um dos itens com informações adicionais, dados quantitativos, qualitativos e referências diretas e indiretas relevantes.

4. RELACIONAMENTO BRASIL-VENEZUELA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

A crise na Venezuela tem provocado um fluxo contínuo e significativo de refugiados em direção ao Brasil, especialmente nas regiões de fronteira como Roraima e Amazonas. Este fenômeno migratório tem colocado uma pressão considerável sobre os recursos locais e serviços públicos, demandando respostas urgentes e eficazes do governo brasileiro para enfrentar os desafios humanitários, socioeconômicos e políticos decorrentes.

De acordo com o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), até 2023, mais de 260.000 venezuelanos haviam buscado refúgio no Brasil (ACNUR, 2023, p. 15). Esses dados destacam o Brasil como um dos principais destinos para os venezuelanos em fuga, tornando-se um dos países mais afetados pela crise migratória na América Latina. A migração em massa não apenas sobrecarrega os serviços públicos, como saúde e educação, mas também cria tensões sociais nas comunidades receptoras, especialmente em áreas fronteiriças.

A integração dos migrantes venezuelanos tem sido um desafio significativo, exacerbado pela falta de infraestrutura adequada e capacidade limitada dos serviços públicos. A Operação Acolhida, coordenada pelo Exército Brasileiro desde 2018, tem desempenhado um papel crucial ao oferecer abrigo temporário, assistência médica, alimentação e suporte psicossocial aos refugiados (Ministério da Defesa, 2021, p. 30). Esta operação não apenas visa atender às necessidades imediatas dos venezuelanos, mas também promover sua integração socioeconômica e cultural nas comunidades receptoras.

Além dos desafios humanitários e sociais, a presença dos refugiados venezuelanos também impacta a economia local. Um estudo do Banco Mundial revela que a migração venezuelana pode potencialmente beneficiar a economia brasileira a longo prazo, trazendo novas habilidades e impulsionando setores como comércio, serviços e agricultura em algumas regiões específicas (Banco Mundial, 2020, p. 25). No entanto, este impacto positivo depende da capacidade do governo em promover políticas de integração eficazes e aproveitar o potencial dos migrantes.

Dinâmicas Diplomáticas entre Brasil e Venezuela

As relações diplomáticas entre Brasil e Venezuela têm sido historicamente complexas e marcadas por períodos de tensão e cooperação limitada, especialmente du-

A CRISE DE REFUGIADOS DA VENEZUELA: IMPACTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, REGIONAIS E NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS COM O BRASIL

rante os governos de Nicolás Maduro na Venezuela e Jair Bolsonaro no Brasil. A crise política interna na Venezuela, violações de direitos humanos e a deterioração das condições econômicas têm sido pontos centrais de atrito nas relações bilaterais.

O Brasil, em consonância com sua política de não intervenção nos assuntos internos de outros países, tem adotado uma postura diplomática cautelosa em relação à Venezuela. No entanto, tem buscado influenciar ações coletivas na região através de organizações multilaterais como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Grupo de Lima. Estas plataformas são utilizadas para coordenar esforços regionais visando promover mudanças democráticas e soluções humanitárias na Venezuela, apesar das limitações impostas pela soberania nacional (OEA, 2022, p. 45).

O Grupo de Lima, composto por países latino-americanos e do Caribe, desempenha um papel crucial ao articular respostas conjuntas à crise venezuelana. Estes esforços visam restaurar a democracia e garantir a proteção dos direitos humanos na Venezuela, embora a eficácia dessas iniciativas seja frequentemente desafiada pela complexidade e profundidade da crise.

Estratégias Brasileiras de Resposta à Crise

O Brasil tem adotado uma série de estratégias para lidar com os desafios decorrentes da crise dos refugiados venezuelanos, reconhecendo a necessidade de uma abordagem coordenada e integrada que abranja as dimensões humanitárias, sociais, econômicas e políticas da questão.

Operação Acolhida, principal iniciativa do governo brasileiro para receber e integrar os refugiados venezuelanos, tem se destacado como uma resposta humanitária robusta e eficaz. Desde o seu início, a operação tem proporcionado abrigo temporário, assistência médica, alimentação, apoio psicossocial e serviços de educação básica para milhares de venezuelanos que cruzaram a fronteira em busca de segurança e melhores condições de vida (Ministério da Defesa, 2021, p. 30).

Além disso, o Brasil tem buscado fortalecer os laços bilaterais e multilaterais com outros países da região, como Colômbia e Peru, para desenvolver uma resposta regional mais sustentável à crise. A cooperação internacional tem sido fundamental para mobilizar recursos adicionais, assistência humanitária e apoio logístico necessários para enfrentar os desafios emergentes e mitigar os impactos negativos sobre as comunidades receptoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise de refugiados da Venezuela representa um teste crítico para a solidariedade regional na América Latina e para a capacidade dos países afetados em lidar

com um fluxo migratório em larga escala. O Brasil, como um dos destinos principais para os venezuelanos em busca de refúgio, tem enfrentado desafios significativos na integração dos migrantes e na gestão das consequências sociais e econômicas dessa crise.

A resposta brasileira, através da Operação Acolhida e de outras iniciativas, demonstra um esforço notável para mitigar os impactos negativos da crise e promover a integração dos venezuelanos à sociedade brasileira. No entanto, a magnitude do desafio exige uma abordagem sustentável e de longo prazo, que vá além da assistência humanitária imediata para abranger políticas de integração socioeconômica e cultural mais robustas.

Além disso, as dinâmicas diplomáticas entre Brasil e Venezuela refletem as tensões e complexidades associadas à crise. Enquanto o Brasil mantém uma política de não intervenção nos assuntos internos da Venezuela, tem buscado influenciar mudanças através de esforços multilaterais e organizações regionais. A cooperação internacional continua a desempenhar um papel crucial na busca por soluções duradouras e na mitigação dos efeitos adversos da crise.

Em suma, a crise de refugiados da Venezuela não é apenas um desafio humanitário, mas também um teste para a capacidade da região em enfrentar crises socioeconômicas complexas. A resposta coordenada e solidária é essencial para garantir a proteção dos direitos dos refugiados e promover um desenvolvimento inclusivo e sustentável na América Latina.

REFERÊNCIAS

ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). (2023). **Situação dos refugiados venezuelanos na Colômbia**. Disponível em: <https://www.acnur.org/> . Acesso em 25 fev. 2024.

BANCO MUNDIAL. (2020). **Impacto da migração venezuelana na economia brasileira**: Desafios e oportunidades. Disponível em: <https://www.worldbank.org/> . Acesso em 22 jun. 2024.

CORRALES, J.. (2019). **Dragon in the Tropics**: Hugo Chavez and the Political Economy of Revolution in Venezuela. Brookings Institution Press. Disponível em: Brookings Institution Press . Acesso em 8 mar. 2024.

ELLNER, S.. (2014). **Rethinking Venezuelan Politics**: Class, Conflict, and the Chavez Phenomenon. Lynne Rienner Publishers. Disponível em: Lynne Rienner Publishers. Acesso em 15 abr. 2024.

MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL. (2021). **Operação Acolhida**: Relatório Anual. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/> . Acesso em 27 fev. 2024.

ONU (Organização das Nações Unidas). (2023). **Plano de Resposta Regional para Refugiados e Migrantes da Venezuela**. Disponível em: <https://www.un.org/> . Acesso em 18 mai. 2024.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). (2022). **Relatório sobre integração de migrantes venezuelanos no Chile**. Disponível em: <https://www.undp.org/> . Acesso em 20 mar. 2024.

RAPOZA, K.. (2018). **The Venezuelan Hyperinflation Nightmare: It's Not Just About Money**. Forbes. Disponível em: <https://www.forbes.com/>. Acesso em 7 mai. 2024.

Weisbrot, M., & RAY, R. (2019). **The Impact of Economic Sanctions on Venezuela**. Center for Economic and Policy Research. Disponível em: <https://cepr.net/> . Acesso em 15 jun. 2024.

ZAKARIA, F. (2019). **The New Venezuela: An Infrastructure and Economic Collapse**. Foreign Affairs. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/> . Acesso em 27 abr. 2024.

ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO: ESTUDO DE CASO DA CONJUNTURA AMAZÔNICA

Laís Eugênio Lobue dos Santos

Resumo

A partir do conceito de sistema-mundo moderno, no século XVI no noroeste da Europa, a Amazônia foi objeto de incorporação multissecular que lhe fez passar de área praticamente externa a segmento apropriado pelo capitalismo, segundo Becker assemelhando-se a áreas como a Antártida e os fundos marinhos, pela condição de “fronteira do capital natural em nível global” (p.74) e um dos três eldorados naturais no mundo contemporâneo” (p.77). Acrescentaria a necessidade de promover discussões acerca do sistema-mundo atual nas esferas digitais e espaciais. Os movimentos econômicos, políticos e culturais remontam as relações de metrópole-colônia – e a clara interdependência entre Portugal e Inglaterra – canalizadas, obviamente, nos ciclos econômicos que moveram o urbanismo no país. Este fundamentou o polo industrial de São Paulo e no caso da Amazônia foi ilustrado em âmbito econômico pelas cadeias mercantis e hoje pela Zona Franca de Manaus; no sentido político pelas tentativas nacionais de conexão rodoviária entre Brasília e Belém desde o governo de Juscelino Kubitschek, na área cultural pela arquitetura parisiense em tempos de *Belle Époque* e a atmosfera cosmopolita europeia. Na atualidade, há uma preocupação global nos termos de biotecnologia e bioeletrônica que enriquezem o valor da Amazônia para a economia mundial.

Palavras chaves

História econômica; expansão capitalista; incorporação da Amazônia

Abstract

Based on the concept of the modern world-system, in the 16th century in northwestern Europe, the Amazon was the object of a multi-century incorporation that turned it from a practically external area into a segment appropriated by capitalism, similar to areas such as Antarctica and the seabed, according to Becker, due to its

status as the “frontier of natural capital at a global level” (p.74) and one of the three natural eldorados in the contemporary world” (p.77). I would add the need to promote discussions about the current world-system in the digital and spatial spheres. The economic, political and cultural movements can be traced back to the metropolis-colony relationship - and the clear interdependence between Portugal and England - channeled, of course, into the economic cycles that drove urbanism in the country. This led to the industrial hub of São Paulo and, in the case of the Amazon, was illustrated in the economic sphere by the mercantile chains and today by the “Zona Franca de Manaus”; in the political sphere by the national attempts to connect Brasília and Belém by road since the government of Juscelino Kubitschek, and in the cultural sphere by Parisian architecture in the *Belle Époque* era and the cosmopolitan atmosphere of Europe. Nowadays, there is a global concern in terms of biotechnology and bioelectronics that enrich the value of the Amazon for the world economy.

Keywords

Economic history; capitalist expansion; incorporation of Amazonia

1. INTRODUÇÃO

Para compreender o debate sobre o “sistema-mundo moderno” conceituado ao final do século XV e início do século XVI como movimentos regulares e alternados de expansão e contração, típicos das relações econômicas internacionais. É fulcral notar a influência das áreas centrais do escopo econômico mundial em relação às partes semiperiféricas, periféricas e externas. Do século XVI ao XIX houve uma interdependência clara e uma discrepância transparente nos acordos entre Brasil e Portugal, estas diferenças comerciais se manteriam ao longo da história pela constante busca de autonomia econômica e as “travas sistêmicas” de um país periférico com uma fraca indústria nacional. Em um período em que as navegações estavam em voga e os segmentos do mundo atlântico já sabiam sido incorporados pela colônia portuguesa, a região amazônica fora excluída do processo “civilizatório”, econômico e político.

A dicotomia do valor empregado entre os espelhos e o pau-brasil tão falada nas escolas brasileiras é um resumo de como ocorriam trocas absurdas para os analistas de economia, além das centenas de críticas acerca da natureza da colonização portuguesa em terras tupiniquis, todo o apagamento cultural e genocídio indígena refletem na percepção de nacionalidade e as ambições de um país em seu sentido mais nacionalista-desenvolvimentista. Portanto, para uma análise de Economia Política Internacional os conceitos e dimensões das mais variadas áreas das Relações Internacionais devem ter seu peso de coadjuvantes, pois sem a história, o direito e as ciências

sociais não há uma percepção da totalidade da economia nacional e mundial.

Entender a Amazônia como Patrimônio Mundial pela UNESCO é identificar sua riqueza e importância, muitas vezes já citadas, para a biodiversidade e o equilíbrio de ecossistemas ao redor do globo. Dessa forma, o conhecimento biológico deve ser utilizado a fim de solucionar problemáticas intrínsecas à economia e política externa brasileira, ou seja, a Amazônia torna-se o ponto mais forte ou o mais fraco da diplomacia do país. Consequentemente, a Amazônia alicerça uma retórica internacional para negociações desleais que comprometem novamente a economia e a política externa brasileira, o modo cíclico de dependência econômica deve ser pontuado e repensado.

No enfoque dos sistemas-mundo, a reprodução desses conjuntos é garantida pelos processos econômicos, políticos e culturais que se desenrolam no seu interior, de maneira autocentrada. As mencionadas redes de produção e comércio são integradas e apresentam desigualdades entre seus elos quanto aos tipos de processos produtivos e de trabalho, aos níveis de remuneração ou recompensa e à capacidade de retenção do excedente. Essas cadeias têm um papel essencial na configuração das economias-mundo: vazam o sistema interestatal, constituindo-se no principal elemento de coesão da totalidade representada por esse tipo de sistema histórico e o parâmetro que permite delimitar-lhe o espaço interno. (Lins, 2013, p. 2)

No século XVI, o noroeste europeu apresentava-se na condição de centro, a Europa do Mediterrâneo na condição de semiperiferia e a Europa do leste e o Hemisfério Ocidental, o atlântico, na condição de periferia do sistema-mundo. Essa tripartição possui conteúdo político e econômico, influenciando tanto na formação dos Estados e seus aparatos como no nível técnico e tecnológico de suas atividades econômicas, incitando relações hierárquicas a escala europeia e ocidental.

A polarização econômica fortalece o seu equivalente em termos políticos porque os aparatos estatais nas áreas mais ricas se robustecem comparativamente, e estes são mais eficazes na proteção dos interesses capitalistas. Economicamente falando, a tripartição evoca atividades em distintas posições nas cadeias mercantis, quanto à especialização econômica, às relações de produção e à organização produtiva. Alude-se aqui aos vários elos da divisão social do trabalho derivada da passagem, no comércio de longa distância, “de uma situação de comércio de ‘luxo’ para a de comércio de ‘bens essenciais’ ou ‘produtos em atacado’, interligando em longas cadeias mercantis processos que antes estavam completamente dispersos” (Wallerstein, 1991, p. 73; LINS, 2013, p. 3).

Para o sentido da incorporação “uma zona que num momento dado se encontrava na área externa da economia-mundo pode chegar a se encontrar, num momento posterior, na periferia dessa mesma economia-mundo” (Wallerstein, 1998, p. 180), logo a antiga zona externa transforma-se em zona beriberizada, deve-se entender que essa dinâmica ressalta o que Chase-Dunn (2004) chama de interconexão sistêmica, observada quando o padrão de vida dos cidadãos sofrem influências das interações, seja no sentido da continuidade ou da mudança social. A diferença entre incorporação e periferização é destaca por Lins em seu artigo:

Incorporação e periferização não se confundem: “a incorporação implica ‘enganchar’ a zona à órbita da economia-mundo, de tal modo que (...) já não tenha nenhuma possibilidade de escapar; a periferização (...) implica uma transformação contínua das microestruturas da área em questão, transformação que às vezes se descreve como aprofundamento do desenvolvimento capitalista” (op cit., p. 181).

E ainda as mudanças econômicas trazem transformações nas linhas de produção e também nas condições de trabalho, por exemplo o que ocorreu com os trabalhadores americanos – do nordeste do Brasil até Maryland nos Estados Unidos - quando a economia açucareira estava em voga na área tropical do continente e o tabaco e ouro ganharam destaque. A partir do século XVIII, o açúcar passou, na Europa, da condição de “produto de alto luxo, objeto de presentes principescos” (Braudel, 1996a, p. 162) para a de “artigo de mercearia e de confeitaria” (p. 163), com importantes transformações nos espaços de produção por conta da nova natureza dos vínculos com a economia-mundo. “Compuseram o cenário dessas mudanças “os escravos negros, os senhores de engenho, as técnicas de produção, a refinação do açúcar bruto, o abastecimento dos engenhos com víveres baratos, (...) enfim as ligações marítimas, os armazéns e a revenda na Europa” (Lins, 2013, p. 4)

Já as áreas externas são necessário perceber a sua distância econômica em relação às potências europeias como destaca Hoyêdo Lins:

O processo de paulatina incorporação à divisão do trabalho da economia-mundo capitalista envolveu zonas em diferentes latitudes. O leste da Europa foi logo implicado, assim como parte do continente americano, onde já no final do século XVI registravam a condição de inclusão a “Nova Espanha, as Antilhas, Terra Firme, Peru, Chile, Brasil; ou (...) aquelas partes dessas regiões que estavam submetidas a um efetivo controle administrativo por parte dos espanhóis ou dos portugueses” (WALLERSTEIN, 1979, p. 95). Até meados do século XVIII, esse não era o caso na Rússia, no Império Otomano, no subcontinente indiano ou na maior parte da África Ocidental, longamente mantidos como áreas da “arena exterior”. Sua incorporação só ocorreria no sé-

culo XVIII, já sob o capitalismo industrial, tendo sido a África (sem contar alguns enclaves costeiros incluídos desde o século XVI) e a Ásia “internalizadas” somente no decorrer do século XIX. (Lins, 2013, p. 4)

E naturalmente retorna-se as críticas acerca da natureza e consequências das relações econômicas entre estes povos, as especiarias e outros produtos de luxo não perifерizou-se por sua própria essência de item de valor agregado e sofisticado, já a indústria têxtil não acompanhou uma mudança significativa na técnica da manufatura – como ocorria na Inglaterra, por exemplo, porém esta discrepância é necessária para manter os preços mais atrativos na lógica capitalista e manter a exploração da mão de obra indiana – logo tanto as relações sociais como os meios de produção não se desenvolviam.

Destaca-se o café como produto responsável pelo desenvolvimento urbano da região sudeste no Brasil e a principal commodity no comércio do Brasil com a economia-mundo ao longo do século XIX. Esta nova fonte de divisas repercutiu na conformação de uma nova camada empresarial e dirigente, encarnando o entrelaçamento dos interesses da produção e do comércio. (Furtado, 1987; Lins, 2013, p. 5). A articulação dos dirigentes com o sistema-mundo foi decisiva, além disso suas relações com o governo foram crucial quando houve a derrocada dos preços internacionais do café na passagem do século XX. (Lins, 2013, p. 5)

A dependência economia brasileira oriunda da colonização portuguesa do século XVI se manteria até meados do século XX, assim como o Tratado de Methuen de panos e vinhos, privilegiava a Inglaterra à Portugal, o país tropical continuou aceitando condições de periferia para sustentar tantos os prestígios portugueses como ingleses, esta lógica foi continuada com o avanço das relações entre Brasil e Estados Unidos ao longo dos séculos, porém a quebra nesta lógica ainda é complexa de ser quebrada, a autonomia diplomática, política e economia mantem-se distante pelo forte atrelamento às potências ocidentais e também a um novo movimento de conexão com os BRICS que mesmo sendo mais equitativo, existe uma diferença bruta entre a economia brasileira e a chinesa, remontando a dependência e o privilégio para o internacional, e não para o país. Braudel explicaria estas situações envolvendo o Brasil conforme a teoria de sistemas-mundo:

Após a independência, esse perfil periférico – prolongado até meados do século XX, quando “semiperiferia” parece tornar-se designação mais apropriada em termos tanto econômicos como políticos – passou a caracterizar, evidentemente, um Estado soberano. A condição de periferia – não obstante a grande importância no período colonial de produtos como açúcar e ouro para a metrópole portuguesa e para outros interesses econômicos e políticos incrustados no centro da economia-mundo (Inglaterra, por exemplo) – traduz a situação de absoluta dependência, em

posição amplamente subalterna na trama de vínculos das cadeias mercantis, que caracterizava a vida econômica brasileira. (Lins, 2013, p. 5)

A “internalização” originada do processo de incorporação revela a necessidade de “civilizar” certos espaços, construir estruturas sociais e econômicas são essenciais para as trocas comerciais, portanto os meios de seduzir e penetrar nas regiões que durante muito tempo deixara abandonadas a si mesmas é o que fundamentaliza a Economia Política Internacional, em outras palavras, as burguesias precisam se conectar para negociar os produtos, estes de base, manufaturados ou de luxo. (BRAUDEL, 1996, p.33). “Na trajetória da economia-mundo capitalista, tratou-se, muitas vezes, de investidas em espaços no interior de fronteiras políticas, seja de estados nacionais incorporados ou de colônias a eles pertencentes, que até então apenas supriam outros espaços com força de trabalho.” (Lins, 2013, p. 6).

De fato, Goldfrank caracterizaria estas áreas como “redutos de subsistência”, partindo deste pressuposto e da análise crítica acerca da integração econômica entre a região amazônica e os polos industriais do Brasil, pode-se exemplificar que a anexação e consolidação do território nacional deste a época do Rio Branco não fora, no sentido econômico e político, alcançada totalmente, visto que, ainda há um desconhecimento cultural enorme das demais regiões do país em relação a Região Norte e ainda a prioridade das zonas com cobertura florestal e de vegetação nativa são administradas priorizando a conservação da segurança nacional.

Ou seja, a militarização destas áreas contra o tráfico de drogas e de pessoas é o cerne das políticas públicas na área – ainda que aja diversos relatos sobre o crime internacional estar cada vez mais infiltrado nas florestas brasileiras – esta militarização pode ser criticada nas Relações Internacionais, pois quando há uma abordagem restritamente militar é inevitável a desumanização de imigrantes e refugiados. Além da clara preocupação militar sobre os conflitos fronteiriços entre outros países sul-americanos na esfera territorial e na questão de uma soberania contestada em plano nacional – pela organização criminosa, que não busca o poder do pleito, mas o poder real de mover drogas na região – e em plano internacional de maneira econômica e política - uma vez que cada Estado busca seus interesses próprios e a Amazônia é vista como um dos eldorados do mundo contemporâneo – existem pautas sensíveis quando o assunto é a região amazônica.

Já os tópicos de meio ambiente, biotecnologia e bioeletrônica devem ser estruturados como prioridade para aproveitar as riquezas amazônicas para benefício do Estado brasileiro, da indústria nacional e para toda a humanidade, esta impactada diretamente com as queimadas, desmatamento e demais negligências ocorridas na Amazônia por parte dos governos municipais, estaduais e nacional. A complexidade amazônica traz dezenas de subtemas à tona, por isso a Economia Política Internacional deve ser debruçar nesta problemática central para o Brasil. Outro ponto im-

portante na discussão sobre esta área, a falta da existência de um planejamento sobre uma conexão político-econômica, as poucas obras que interligam a Região Norte com as Regiões Nordeste e Centro-Oeste não são devidamente exploradas. A internalização é descrita em outras colônias do continente e também na região Centro-Oeste do Brasil, como cita Lins:

Em diversas experiências, essa expansão “interna” foi violenta nas suas ações, com fortes e dramáticas consequências para os grupos sociais das áreas penetradas, como ilustrado pelo estudo de Hall (1986) sobre a incorporação do sudoeste dos Estados Unidos no século XIX, um processo marcado pelo forte impacto social e econômico junto a grupos comanches e apaches. Como costuma acontecer, a participação estatal foi ampla e profundamente determinante desses resultados. Experiências semelhantes se passaram no subcontinente latino-americano, após os movimentos de independência, quando, por exemplo na América espanhola, os países “eliminaram os últimos vestígios do papel semiperiférico da Espanha e acabaram com os bolsões de não envolvimento na economia-mundo no interior da América Latina” (Wallerstein, 2000, p. 95; Lins, 2013, p. 6). Conforme indicado na introdução, é sobre o assunto da incorporação de espaços não integrados, mas pertencentes a unidades políticas “internalizadas”, que versa este artigo, referindo-se à Amazônia. Não se trata de tentativa inédita no Brasil sobre esse tipo de problema, é bom que se diga, embora as evidências sugiram serem muito escassos (se tanto) os estudos com esse perfil no país. Cabe referir, talvez de forma isolada, à pesquisa de Brussi (2000) sobre a incorporação do Centro-Oeste do Brasil, onde a expansão da agricultura foi o principal mecanismo do processo. (Lins, 2013, p. 6)

2. DESENVOLVIMENTO

“No século XVIII, a maior parte da Bacia Amazônica representava origem de, tão somente, ‘drogas do sertão’ (...) indicando a incidência geográfica do ‘diálogo’ até então travado entre a porção brasileira do mundo atlântico e a economia-mundo capitalista.” (Lins, 2013, p.6) Exemplificando este diálogo, existem áreas de produção de açúcar, pecuária, mineração e da economia algodoeira que se transformavam em espaços “internalizados”, como diz Amin (1973), o capital europeu “constituiu anexos na América (...) como formas de exploração funcionalmente destinadas a produzir para o mercado capitalista” (p.259).

“Não se pode dizer que a Amazônia se apresentava integrada à economia-mundo, mesmo que desde meados do século XVI figurasse em crônicas sobre o Novo Mundo (LINS, 2013, p.6).” Esta percepção é verídica, pois existia um caráter fanta-

sioso ao se tratar se Amazônia e ainda, toda desta integração e diálogo era puramente exploratório, não houve um processo de equiparação nas questões urbanas acerca do desenvolvimento técnico e tecnológico, anteriormente citados.

Cabe assinalar, do mesmo modo, que a região abrigara processos de reprodução social complexos e autocentrados desde séculos antes, a julgar por descobertas arqueológicas mais ou menos recentes na área do Alto Xingu (norte do Mato Grosso). Entre os anos 1200 e 1600, aproximadamente, desenvolveu-se até mesmo uma espécie de urbanismo pré-histórico, contendo vilas muradas, redes de estradas e praças, os conjuntos formando aglomerados urbanos com aldeias que gravitavam em torno de centros políticos e religiosos, numa organização espacial impregnada de sentido hierárquico. O povoamento era denso e a estrutura geral apresentava, além de roças e pomares, também tanques para criação de tartarugas (HECKENBERGER et al., 2003; 2008) (Lins, 2013, p.6)

É imprescindível ressaltar que todo o desenvolvimento do Brasil e, principalmente, da Amazônia resultou de uma constante ameaça externa de ingleses, holandeses, franceses e espanhóis. Logo os processos de fundação e estruturação das cidades a nível ocidental, foi dado de maneira forçosa preservando o território nacional e a segurança do Estado, portanto a escolha de Belém como capital fora basicamente pela sua localização estratégica, o que sem dúvidas é uma retórica racional, porém a falta de ambição por uma escalada econômica norteia as negociações do período e o emblemático Tratado de Madri de 1750.

De fato, no início do século XVII, numerosas embarcações holandesas navegavam o complexo fluvial, a ponto de plantações terem sido estabelecidas por esses aventureiros às margens do Xingu. Eram iniciativas que ocorriam em parceria com interesses ingleses: “[p]or volta de 1625, umas dez ou doze feitorias anglo-holandesas haviam sido fundadas nessa área e uma Companhia do Amazonas fora criada para explorar as suas riquezas” (DOZER, 1966, p. 97). A fundação de Belém pelos portugueses, em 1616, em localização estratégica para o controle do acesso à Bacia Amazônica, representou uma resposta àquelas investidas e serviu de base para expedições ao Alto Amazonas nas décadas seguintes.

Lutas e outras ações contra investidas de ingleses, holandeses e franceses foram observadas tanto no período de união das coroas de Portugal e Espanha, entre 1580 e 1640 – quando combateram do mesmo lado, portanto –, quanto após a recuperação da unidade nacional portuguesa, passando esse país a enfrentar

também o interesse espanhol. Mas foram os portugueses que, numa realização de grande importância geopolítica – isto é, dizendo respeito às relações entre poder e espaço –, lograram conquistar a Amazônia. O grande marco desse processo foi o Tratado de Madri, de 1750, que formalizou a posse daquele Estado sobre território de enormes dimensões. Cabe registrar, sobre isso, o papel desempenhado pelo Marquês de Pombal e também o contexto de forte dependência de Portugal em relação à Inglaterra. (Lins, 2013, p. 7 e 8)

Dessa forma, a partir do século XIX a meados do século XX ocorreu uma incorporação mais ampla. O ciclo da borracha seria crucial neste novo processo de aproximação do país com a economia-mundo. Esse cenário incentivou a extração e repercussões imediatas nas áreas amazônicas, haja vista as existentes reservas naturais de seringueiras (*hevea brasiliensis*), fonte do látex. Esta relação de interdependência vista no Brasil é ainda mais presente na Amazônia. “Na história da Amazônia o contexto internacional tem tido peso mais significativo e mais constante através dos séculos” (BECKER, 2009, p. 202), o ciclo da borracha resultou de desenvolvimento industrial no centro do capitalismo sendo seu evento catalisador a descoberta, em 1839, de processo químico que modificaria o uso da borracha, diversificando sua utilização em vários setores.

Ao torna-se inevitável para outras indústrias, esse insumo passou a registrar uma demanda explosiva, com reflexos nos preços, retomando o caráter internacional do ciclo da borracha. “Representando a segunda maior exportação, atrás somente do café, portanto, este processo reverberou direta e profundamente a Amazônia. Não foram implicados somente espaços nas bordas ou franjas, mas o coração da imensa floresta acabou atingido” (Lins, 2013, p. 9). A principal precursora desta nova cadeia produtiva foi a indústria automobilística e seus tempos dourados entre o final do século XIX e nas primeiras décadas do século seguinte.

O uso da fabricação de pneus promoveu uma exploração das seringueiras, fonte de um produto de alta qualidade, fez da Amazônia uma região primordial na dinâmica capitalista planetária (Buncker, 2003). Vale lembrar o contexto de um domínio econômico e político britânico crescentemente ameaçado pelo vigor industrial dos Estados Unidos, comentado por Lins. Além disso, pensar na cadeia produtiva é pensar na mão de obra, neste período, milhares de pessoas migraram para a Amazônia.

Número expressivo originou-se no Nordeste, onde a seca de 1877-1879 produziu resultados devastadores, um quadro no qual as “companhias apelaram para o embarque maciço, nos portos do Nordeste, da grande população flutuante acumulada graças à seca (...)” (Balán, 1974, p. 127). Esse processo tomou a forma de corrente migratória que Furtado (1987) referiu com a expressão “transumância amazônica” (p. 129) e fez a popula-

ção da Amazônia se multiplicar no último quartel do século XIX (Fiechter, 1974; Lins, 2013, p. 9)

Segundo Becker, a fronteira móvel impulsionada por seringueiros e comerciantes na busca de látex nas bordas do rio Amazonas resultou na expansão de povoamento em novas áreas e da inexistência de limites definidos, esses pioneiros adentraram a Bolívia, criando a questão do Acre, este tomado diplomaticamente pelo Brasil.

Novos atores entraram na aventura da borracha (...). Nos portos instituíram-se as financiadoras exportadoras, bancos ingleses e americanos e muitos trabalhadores estrangeiros. Aí também é a sede dos aviadores, (...) mistura de comerciante com agiota que fornece bens de consumo e gêneros a crédito aos seringalistas (os donos dos seringais) a serem pagos com a borracha, e negociam a borracha com os exportadores. Os seringalistas se endividam para manter hábitos luxuosos na cidade e para suprir os armazéns dos seus seringais localizados na floresta, onde exercem o papel de aviadores para os seringueiros, os trabalhadores da seringa. (Becker, 2009, p. 213)

O boom da borracha gerou resultados importantes em Manaus e Belém, o crescimento populacional ganhou velocidade e melhoramentos urbanos foram feitos – principalmente, a iluminação elétrica e os bondes como transporte urbano – esta modernização dos espaços foi responsável por marcos arquitetônicos nas áreas centrais. O dinamismo econômico refletiu na suntuosidade e camarotização junto às elites, as duas capitais apresentaram avanços culturais, remontando a arquitetura europeia da época, característica da *belle époque*, esta situação aprofundou os contrastes socioespaciais no seio desses tecidos urbanos.

Inapelavelmente o ciclo da borracha regrediu no começo do século XX, a retirada ilegal de milhares de sementes de seringueira, transportadas em primeiro momento para Londres e em segundo momento plantada no Ceilão e posteriormente disseminadas pelo Oriente – Malásia, Sumatra, Índia e Birmânia – representou o início da *debacle*. A borracha oriental provocou permanente compressão dos preços, visto que, a mão de obra era mais barata do que no Brasil, a indústria da borracha presenciou a queda de demanda que estabeleceu seu declínio.

Vivia-se a Era Vargas, durante o Estado Novo e o Brasil firmou tratados com os Estados Unidos para fornecer látex às forças aliadas. Milhares de trabalhadores nordestinos foram atraídos pelo apelo simbólico e ideológico tais como “Guerra da Borracha” e “Soldados da Borracha”. O governo Vargas estimulou fortemente essa colonização da Amazônia, que fortaleceria o país como um todo. Outro aspecto é a industrialização de São Paulo, a partir dos anos 1940, que substituiu o mercado externo como destino privilegiado da borracha, portanto entre 1930 e 1955, ocorreu um aprofundamento da integração da Amazônia ao mercado nacional.

No Brasil, o desenvolvimentismo dos anos 1950, embalado pelas condições do ambiente internacional, não deixou de repercutir na Amazônia. Costa (1988) destaca, como integrantes de políticas regionais para o país todo, a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, e a definição da Amazônia Legal (atingindo Amazonas, Pará, partes de Goiás, de Mato Grosso e do Maranhão e os então territórios de Acre, Amapá, Rondônia e Roraima), assim como o Primeiro Plano Quinquenal para a área, norteador das atividades da SPVEA. Além disso, o existente Banco de Crédito da Borracha foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia (BCA).

Com Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas, a iniciativa de criação de eixos rodoviários incidiu na região, sobretudo pela rodovia entre a nova capital do país, em construção, e a capital do Pará, a Belém-Brasília (de 1956). Ilustrando a assertiva de Becker (1982), de que na Amazônia sempre houve “predomínio absoluto dos processos políticos sobre a organização espacial” (p. 54), essa investida institucional revestiu-se de importância geopolítica, visto que contemplava a penetração do território, sua ocupação e a articulação com a totalidade nacional. Para Costa (1988) aquela rodovia representou, talvez, o principal fator de transformação da Amazônia Oriental. Mas não foi só tal estrada que repercutiu fortemente, espelhando os determinantes geopolíticos das ações protagonizadas: a construção da Belém-Brasília e da Brasília-Acre tomou a forma de “enlace da região, contornando a Hileia Amazônica em suas margens leste e oeste, e promovendo a primeira integração da Amazônia oriental com o centro da economia brasileira” (Buarque; Lopes; Rosa, 1995, p. 111).

Uma mudança significativa foi a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), criada em 1967, constituindo interesses governamentais e investimentos industriais, encarregada de instalar o polo industrial estribado em fortes incentivos fiscais. O objetivo era romper a estagnação que a Amazônia amargava havia décadas. Considera-se que “o único a ter tido efeito concreto, ao menos na Amazônia Ocidental, onde provocou importantes modificações econômicas, demográficas, sociais e culturais, foi o que criou (...) a Zona Franca de Manaus (...)” (Motta, 1990, 29)

Pelo menos nos primeiros anos, mais de 40% dos investimentos realizados nessa espécie de condomínio de empresários ligados a capitais nacionais e internacionais diziam respeito às indústrias de têxteis sintéticos e eletrônicas, completamente divorciadas da estrutura produtiva regional (Cano, 1985). Com o tempo, e sem que, aparentemente, tal divórcio tenha sido superado, “de pro-

dutora de bens de baixa tecnologia para o mercado nacional, a indústria de Manaus atingiu o estágio de fabricação de produtos acabados e intermediários de alta tecnologia igualmente destinados ao mercado nacional” (Nunes, 1990, p. 59). Importante impulso nessa direção foi observado desde o início dos anos 1980, tanto que, listando as transformações ocorridas na Amazônia recentemente, Becker (2003; 2006) cravou o crescimento industrial entre as mais marcantes. (Lins, 2013, p.11)

“Nos anos 1970, notadamente com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, a ação do Governo Federal na região seria fundamentalmente canalizada pelo Programa Especial de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia)” (Lins, 2023, p. 11). Vigente de 1975 a 1987, esse programa visava “promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agrominerais, florestais e minerais em áreas prioritárias da região, definidas como polos de desenvolvimento (foram definidos 13 polos dispersos no território amazônico)” (Buarque; Lopes; Rosa, 1995, p. 112). A integração da Amazônia na economia-mundo capitalista seria marcada por investimentos governamentais. “Dos recursos disponibilizados, pouco menos de metade foi aplicado no Pará, o que teve forte vinculação com uma das ações do Governo Federal de maior impacto na Amazônia: o Programa Grande Carajás”. (Lins, 2013, p. 11)

O Programa Grande Carajás foi proposto em 1980 (com aprovação do Governo Federal) pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), criada como empresa estatal em 1942 e privatizada em 1997; trata-se de uma das maiores mineradoras do mundo, destacando-se em diferentes tipos de minérios, mas principalmente na extração e exportação de ferro. Inicialmente, a exploração de ferro (no âmbito do Projeto Ferro Carajás) envolvia uma joint-venture entre a CVRD e a USS, porém a parte da segunda foi depois comprada pela primeira, que permaneceu como gestora exclusiva. O processo de criação de Carajás foi longo e tortuoso, perpassado por relações de competição e cooperação, assim como de confrontos de estratégias, entre empresas e entre países (destacando-se o envolvimento japonês). A presença do Banco Mundial foi decisiva, pois, como sublinha Bunker (2003), a “construção absorveu o maior empréstimo internacional da história para um projeto de mineração” (p. 242); (Lins, 2013, p.12).

Nesse local, talvez mais do que em qualquer outro dessa imensa região, a Amazônia mostra-se plenamente inserida na economia-mundo capitalista. Em poucos anos, com efeito, a área “se transformou numa importante província mineral do Brasil, segmentada do conjunto regional e orientada para o mercado internacional” (Buarque; Lopes; Rosa, 1995, p. 113). Realmente, “Carajás é um segmento localizado de um conjunto de escala planetária, um espaço transnacional em construção, que tem

na ‘cidade da companhia’ (...) a base logística de sua construção” (Becker, 1988, p. 80).

A Amazônia oriental descolou-se do conjunto da região, formando um eixo geoeconômico particular a partir da integração do Estado do Pará com o Maranhão (nordeste), provocada sobretudo pelo complexo Carajás. No outro extremo da Amazônia ocidental, contornando a Hileia, formou-se um eixo integrado pelo Estado de Rondônia com a parcela norte do Centro-Oeste, especialmente o Estado de Mato Grosso, atrelando o eixo ao Centro-Oeste brasileiro. (Lins, 2013, p. 12)

Além desses dois blocos econômicos desarticulados entre si e integrados a outras esferas geoeconômicas, restam apenas núcleos dispersos no espaço, com limitada vinculação entre si e com o conjunto da economia regional, sem capacidade de articular o espaço regional Norte. Esse é o caso do núcleo da Zona Franca de Manaus, com limitada relação econômica com a região Norte e, mesmo, com a Amazônia ocidental. (Buarque; Lopes; Rosa, 1995, p. 114)

3. A PROBLEMÁTICA DA AMAZÔNIA NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

A problemática do atual envolvimento da Amazônia na economia-mundo capitalista foi dividida entre dois determinantes: as mudanças tecnológicas e econômicas recentes em nível mundial e a trajetória de ocupação e de transformações econômicas da região nas últimas décadas, ambos condicionados pelos imperativos do capitalismo.

Amplamente falando, as aludidas mudanças tecnológicas e econômicas em nível mundial referem-se aos movimentos enfeixados na consolidação de um novo paradigma tecnoprodutivo, centrado nas tecnologias de informação e comunicação e em propagação desde meados dos anos 1970, com efeitos em várias direções (PÉREZ, 2001). No seio desse paradigma, as indústrias que se anunciam como “revolucionárias do futuro tendem a ser alguma combinação de biotecnologia, nanotecnologia, bioeletrônica, novos materiais e novas energias (...)” (PÉREZ, 2008, p. 24), admitindo classificação como indústrias de processo e baseadas em recursos naturais, particularmente na biodiversidade. A rapidez e o alcance dos avanços na indústria farmacêutica, observados desde as últimas décadas do século XX, são sugestivos a respeito (THE..., 1998); (Lins, 2013, p. 13).

A Amazônia ostenta a condição de principal reserva de recursos naturais do planeta, representando o reduto da maior concentração de biodiversidade em escala mundial. No presente contexto tecnoprodutivo, isso faz da região, como considera Becker (2005), uma efetiva “fronteira do capital natural em nível global” (p. 74) e um dos “três grandes eldorados naturais no mundo contemporâneo” (p. 77), ao lado da Antártida e dos fundos marinhos.

A biopirataria, ou seja, a “coleta de material biológico para a exploração industrial de seus componentes genéticos ou moleculares” (Hathaway, 2004, p. 39), revela-se um problema central. Essa apropriação de recursos da biodiversidade – maneira formal de indicar o que geralmente é roubo puro e simples, tendo em vista o caráter via de regra ilegal – tem na patente e em outras formas de propriedade intelectual os instrumentos mais utilizados, devendo-se frisar que tal usurpação abrange o saber ancestral, logo a cultura, de comunidades indígenas e outras de perfil tradicional e local. (Lins, 2013, p. 14)

O cacau no século XVIII e a seringueira nos séculos XIX-XX são ilustrações históricas e sucessivas desse tipo de uso (HOMMA, 2005). Porém, na atualidade houve uma ascensão deste processo, muito pela mudança tecnoprodutiva que se falou anteriormente. “Assim, o jaborandi e a muirapuama, as espécies vegetais referidas, são apenas dois entre os numerosos casos de patentes ligadas à biodiversidade amazônica requeridas em países das zonas centrais do capitalismo mundial.” (Lins, 2013, p. 14). As preocupações acerca da biopirataria e a corrida por patentes no mundo farmacêutico e de cosméticos revela como a economia-mundo atua hoje, além disso, a presença de marcas brasileiras que buscam o desenvolvimento sustentável explicita a complexidade da economia que envolve o meio ambiente e auxilia a região amazônica como um todo.

Diversos produtos oriundos da biodiversidade amazônica estão sendo patenteados nos Estados Unidos, Japão e países da União Europeia. Não escapam, também, [d]o registro como marcas, os nomes de frutas amazônicas, como cupuaçu e açaí. Muitas dessas patentes estão registradas desde o início da década de 1990, como é o caso da copaíba, na França e nos Estados Unidos. Somente com a “vacina” do sapo verde, existem dez patentes nos Estados Unidos, União Europeia e Japão. Há dezenas de outros casos semelhantes. (Homma, 2008, p. 79; Lins, 2013 p. 14). Empresas brasileiras também se interessam pelos recursos biológicos amazônicos. A Natura S.A., fundada em 1969 e atuante nas áreas de higiene pessoal, cosméticos e perfumaria, é um caso paradigmático. Possuindo complexos industriais no Estado de São Paulo, a empresa (ou grupo de empresas), que comercializa

seus produtos em diferentes países (dentro e fora da América Latina), utiliza amplamente componentes ativos obtidos de espécies amazônicas (Louzada; Santos, 2006). Esse processo envolve instalações da empresa na própria Amazônia, como a fábrica de sabonetes erigida na cidade paraense de Benevides desde 2007, a 25 km de Belém, que mobiliza numerosos integrantes das comunidades próximas na coleta de frutos como matéria prima. Relações desse tipo, com moradores locais fornecendo ativos, caracterizam suas atividades também em outros estados amazônicos (Fiorese, 2008), devendo-se destacar a linha Natura Ekos, produtora de cosméticos, que em dezembro de 2011 implicava, somente ela, mais de vinte comunidades rurais em diversos estados, a maioria na Amazônia, atingindo cerca de 2.700 famílias (LINS, 2013, p. 14)

O envolvimento da Amazônia na economia-mundo capitalista que se vinculam à trajetória de ocupação e transformações econômicas têm a ver com a dinâmica agroindustrial que enlaça a região desde as bordas. Considera-se seus movimentos determinantes em cunho geopolítico e traduzidas na implantação de transporte e comunicação – já assinalada rede rodoviária, por exemplo – tiveram importante papel na observada trajetória de penetração e ocupação. Portanto, há um intenso processo de urbanização na Amazônia, com maior velocidade do que nas últimas décadas. Para Becker a floresta Amazônica “é hoje uma floresta urbanizada”. Neste momento, surgem novas cidades e crescem as já existentes, envolvendo fluxos migratórios numerosos, os quais ilustram a deficiência nos serviços e infraestrutura em geral. “As consequências ambientais da penetração e ocupação são as queimadas e os desmatamentos, estes presentes no cenário florestal cotidianamente, atingindo áreas do Mato Grosso e do Pará, por exemplo.” (Lins, 2013, p. 15) Em meados dos anos 2000, a revista *The Economist* celebrava a redução da área florestal destruída entre um ano e outro, mas advertia que “isso ocorreu parcialmente por causa de uma queda nos preços da soja e da carne de gado, os principais motores da destruição; quando os preços voltarem atrás, o mesmo pode ocorrer com o desmatamento” (How..., 2006, s/p).

De qualquer maneira, não deixa de ser auspiciosa a inclusão da problemática relativa ao desenvolvimento sustentável da Amazônia na agenda de formulação e execução de políticas públicas no Brasil. Um problema a mais merece ser referido, e sua atualidade é gritante. Empresas estrangeiras têm procurado firmar contratos diretamente com aldeias indígenas, no marco das negociações sobre créditos de carbono (o “mercado do ar” mencionado por Becker, 2006, como elemento da contemporânea “mercantilização da natureza”). De fato, “[n]ão é fantasia o fato de que está em curso na Amazônia a transformação de bens da natureza em mercadorias. É o caso da Peugeot, que faz investi-

mentos no sentido de sequestro do carbono no Mato Grosso; na ilha do Bananal, a empresa inglesa S. Barry; a Mil Madeireira, que tem projeto neste sentido no estado do Amazonas (...)" (Becker, 2005, p. 77).

No centro da questão figuram projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD). Nos termos negociados, as empresas se beneficiariam com a exclusividade do acesso irrestrito aos locais e aos recursos da biodiversidade, e os indígenas sofreriam cerceamento quanto ao uso da terra para plantio e extração florestal durante longos períodos. Ora, "[h]á restrições a colocar (...) [inclusive] porque a terra e a floresta são bens públicos, e a venda de floresta significa venda de território (...)" (Becker, 2005, p. 77). Contudo, embora ilegais e, portanto, nulos, tais contratos já superariam a quantidade de três dezenas em meados de 2012. (Lins, 2013, p. 15 e 16).

Novamente, as empresas estrangeiras olham a Amazônia com certo imperialismo, promovendo trocas desfavoráveis para o Brasil e o meio ambiente, a relação de créditos de carbono deve ser extremamente vistoriada para que não ocorram trocas desleais e como mencionado, não aja a transformação de bens da natureza em mercadorias. A ocorrência de venda do território nacional além de ilegal é inimaginável quando norteia-se a soberania pelo território e pela governança ali empregada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste ensaio foi evidenciar a progressiva incorporação da Amazônia pela economia-mundo capitalista. Partindo do século XVI com a "internalização" do Novo Mundo, as riquezas extraídas e os processos econômicos que beneficiavam a metrópole. A incorporação do Brasil no sistema-mundo pelo pau-brasil e a cana-de-açúcar e a Amazônia mais timidamente com a exploração das drogas do sertão e posteriormente pelo ciclo da borracha, uma excelente ilustração histórica da relação economia-mundo e Amazônia e depois, como essa região sustentou o desenvolvimento urbano e o setor automobilístico de São Paulo.

No período atual, o cenário de uma revolução *tecnoprodutiva* pautada nas tecnologias de informação e comunicação evidenciam o papel da Amazônia enquanto maior reserva de recursos naturais do planeta. "A inigualável biodiversidade, esse atributo faz da região um alvo prioritário para grandes interesses internacionais, conscientes de que o mundo amazônico guarda recursos imprescindíveis para a indústria de ponto do presente e do futuro" (Lins, 2013, p. 16).

Entender a Amazônia como patrimônio é também perceber a estrutura capitalista e as relações de poder entre Estados, empresas, organizações internacionais e

organizações não governamentais e povos originários. Norteados pelas cadeias mercantis comandadas pelas potências econômicas e políticas, que comandam a diplomacia, os tratados deleais e a compra de carbono e financiam as queimadas e desmatamento pela valorização de soja e gado. Portanto é incontornável a cooperação entre países amazônicos que dividem este eldorado contemporâneo e possuem história semelhantes no tocante de imperialismo e economia-política.

A conectividade amazônica ampliou-se em níveis nacionais e internacionais, segundo Becker (2006), como a sociedade regional se desenvolveu em termos de “diversificação social, conscientização e aprendizado político, fruto da conectividade, da mobilidade populacional e da urbanização” (p.31). Esta importante modificação de retórica e traduz “na organização da sociedade civil e no despertar da região para as conquistas da cidadania” (ibid.). Este movimento é ainda mais complexo, pois além da população da área estudada, os cidadãos do país e celebridades nacionais e internacionais estão cada vez mais atentadas às políticas ambientais na Amazônia e, obviamente, os Estados e as empresas travam suas ambições e interesses em movimentações políticas e financeiras que impactam diretamente esta área.

A utilização do patrimônio em proveito próprio e não em benefício majoritário do grande capital globalizado, contemplando geração de renda e trabalho no marco da sustentabilidade, significa descortinar possibilidades para uma melhor inserção dos povos e espaços no sistema mundial. (Lins, 2013, p.17). Vale ressaltar que, deste a colonização a Amazônia não é usufruída para o Brasil, portanto do século XVI até o século XXI não houve uma autonomia plena, logo as estratégias para valorização desta terra, sua história e suas riquezas, são essenciais para qualquer processo de estudo e aproveitamento de seus recursos.

A reestruturação urbana das capitais da Região Norte e a devida conexão com as demais áreas é inevitável, além das diversas agenda sobre segurança nacional, meio ambiente, economia, transporte, valorização dos povos originários e a percepção das necessidades dos cidadãos que vivem na região. Apenas com uma real preocupação com a Amazônia e o desenvolvimento sustentável e autônomo do Brasil que existirá a devida preservação deste patrimônio, este respeitado em níveis nacionais e internacionais.

REFERÊNCIAS

AMIN, S.. **Accumulation on a World Scale: A Critique of the Theory of Underdevelopment**. New York: Monthly Review Press, 1973.

BALÁN, J.. **Migration and Economic Mobilization in Amazonia: The Economic and Sociopolitical Dimensions of Transnational Labor Movements**. Buenos Aires: Latin American Center, 1974.

BECKER, B.. **Amazônia**: A fronteira agropecuária, a fronteira geopolítica. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BECKER, B.. **Geopolítica da Amazônia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1982.

BUARQUE, Cristovam; LOPES, G.; ROSA L.. **Amazônia**: Desafios ao terceiro milênio. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BUNKER, S. G.. **Underdeveloping the Amazon**: Extraction, Unequal Exchange, and the Failure of the Modern State. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

CANO, W.. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas: Ed. Unicamp, 1985.

COSTA, W. M.. **Desenvolvimento regional e economia nacional**: A economia da Amazônia e sua inserção na economia brasileira. Rio de Janeiro: IPEA, 1988.

DOZER, D. M. **The Portuguese in Brazil, 1500-1808**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1966.

FIECHTER, J.-P.. **Amazonia**: Região em movimento. São Paulo: USP Editora, 1974.

FURTADO, C.. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

HECKENBERGER, M. et al. **The Ecology of Power**: Culture, Place, and Personhood in the Southern Amazon, AD 1000-2000. New York: Routledge, 2008.

LINS, J.. **Amazônia**: História e perspectivas de desenvolvimento. Belém: UFPA, 2013.

MOTTA, R.. **Amazônia**: Encruzilhada Internacional. São Paulo: Hucitec, 1990.

NUNES, C.. **Indústria e desenvolvimento**: O caso da Zona Franca de Manaus. Manaus: Ed. Valer, 1990.

ISRAEL E PALESTINA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA E ECONÔMICA ACERCA DO ATUAL CONFLITO

Maria Eduarda Nunes Nonato

Resumo

Este artigo apresenta uma análise ampla do conflito entre Israel e Palestina, situando-o no contexto histórico e econômico do Oriente Médio. O estudo se inicia abordando os principais fatos da fase introdutiva do conflito, apresentando conceitos fundamentais que explicam como ocorreu o desenvolvimento desses povos, dando uma base necessária para possibilitar a compreensão de eventos cruciais que influenciaram a situação atual, como a formação do movimento sionista, criação do Estado de Israel e da Organização para a Libertação da Palestina, passando pela Guerra dos Seis Dias e o Acordo de Oslo. Além disso, este estudo busca enfatizar o papel do Hamas na Faixa de Gaza e compreender os desafios contemporâneos enfrentados pela região, com uma ênfase especial nos impactos econômicos severos do conflito. Este artigo busca proporcionar uma compreensão aprofundada das complexidades envolvidas, contribuindo para uma avaliação esclarecida sobre um dos temas mais duradouros e urgentes da política internacional e da diplomacia global.

Palavras-chave

Oriente Médio; Sionismo; Impactos Econômicos; ONU; Conflito Atual.

Abstract

This article provides a comprehensive analysis of the Israel-Palestine conflict, placing it in the historical and economic context of the Middle East. The study begins by examining the main events of the initial phase of the conflict, introducing fundamental concepts that elucidate the development of these peoples, establishing the necessary foundations for understanding the crucial events that shaped the current situation. These include the rise of the Zionist movement, the establishment of the State of Israel and the Palestine Liberation Organization, and milestones such as

the Six-Day War and the Oslo Accords. Furthermore, the study emphasizes the role of Hamas in Gaza and seeks to understand the contemporary challenges facing the region, with particular emphasis on the serious economic impacts of the conflict. This article aims to provide an in-depth understanding of the complexities involved, contributing to an informed assessment of one of the most persistent and pressing issues in international politics and global diplomacy.

Keywords

Middle East; Zionism; Economic Impacts; UN (United Nations); Current Conflict.

1. INTRODUÇÃO

O conflito entre Israel e Palestina é uma questão complexa e profundamente enraizada na história e na geopolítica do Oriente Médio. Este artigo se propõe a estudar e analisar de maneira detalhada os eventos históricos e os fatores econômicos que moldaram e continuam a influenciar esse conflito, destacando sua evolução ao longo do tempo até os desafios atuais enfrentados na região.

Desde o início do século XX, a região testemunhou transformações significativas com a ascensão do movimento sionista e a criação do Estado de Israel em 1948, o que gerou tensões duradouras com a população palestina. O estudo inicia-se com uma análise dos antecedentes históricos que levaram à formação desses dois povos, contextualizando o surgimento do sionismo e a reação da Palestina à perda de territórios.

Eventos chave como a Guerra dos Seis Dias em 1967 e o Acordo de Oslo em 1993 são examinados como momentos decisivos de redefinição das fronteiras e marcados por dinâmicas de poder na região, mas também deixaram questões pendentes quanto ao status de territórios ocupados e ao direito à autodeterminação palestina. Além disso, o papel realizado pelo Hamas na Faixa de Gaza e suas consequências para a segurança e a estabilidade regional são abordados, juntamente com uma análise dos impactos econômicos severos que o conflito impõe às populações envolvidas.

Ao explorar esses aspectos abordados, o presente estudo busca não apenas esclarecer a história e a dinâmica do conflito Israel-Palestina, mas também promover uma reflexão crítica sobre possíveis caminhos diplomáticos que possam realmente contribuir para uma paz duradoura e sustentável na região.

2. HISTÓRICO DO CONFLITO ENTRE ISRAEL E PALESTINA

O embate entre israelenses e palestinos, que transformou o Oriente Médio em um barril de pólvora permanente, é muito complexo e é um dos conflitos de maior duração na história da humanidade. Para compreender o conflito, é necessário analisar o contexto histórico em que ele foi inserido. Há historiadores que datam a origem da questão no período após a Segunda Guerra Mundial; entretanto, as raízes históricas desse embate remontam a uma fase anterior à concretização da nomenclatura “Palestina”, concedida pelo imperador romano Adriano em 135 d.C. (CAPES, 2023).

De acordo com o Livro “Israel: A History” (1998), do renomado historiador Martin Gilbert, por 1600 anos os judeus, grupo étnico e religioso originado nas Tribos de Israel ou hebreus do Antigo Oriente, foram a maior população estabelecida na região do Oriente Médio por volta do segundo milênio antes de Cristo. O território era composto pelos egípcios, babilônios, persas, filisteus, muçulmanos e pelo agrupamento das 12 tribos israelenses que formavam o denominado Reino Unido de Israel, onde reinaram Saul, Davi e Salomão.

Nos séculos seguintes, dividiram-se os reinos de Israel e Judá, interrompidos por diferentes períodos de invasões estrangeiras, formadas pelos persas, babilônios e gregos. No entanto, o reino judeu foi revivido em 168 a.C., tornando-se um reino independente. Todavia, no ano de 63 a.C., os romanos conquistaram o território e, após seu domínio, começaram a reprimir as revoltas judaicas do ano de 70 e 135 d.C. Foi nesse período que o Império Romano mudou o nome da região, que na época era chamada de Judéia, para o nome Palestina (Gomes, 2001).

A mudança do nome Judéia (terra dos judeus), para Palestina (terra dos filisteus), se deu pelo objetivo de consolidar o poder do Império Romano e de retirar os judeus da região, fazendo uma limpeza étnica. Apesar da tentativa de retirar o povo judeu daquela localidade, muitos permaneceram e continuaram localizados nas suas cidades sagradas, sendo elas Jerusalém, Hebrom, Safed e Tiberíades. Além dessas cidades principais, ainda existiam comunidades judaicas em outras cidades, mesmo sendo em menor escala, dentre elas Gaza, Ascalom, Rafah, Jericó (atualmente região da Cisjordânia) e Acre.

Os Filisteus eram um povo do Mediterrâneo que se estabeleceu na área costeira de Israel, região já habitada por outros povos de origens diversas. No século VII, durante o período de dominação árabe, grande parte do povo que vivia na região foram movidos a se converter ao Islamismo (Lannes, 2013). Com isso, muitos judeus foram convidados a retirar-se do território devido ao início de divergências religiosas.

Após esse período, houve também o início das primeiras cruzadas formadas por cristãos europeus, que tinham como foco perseguir judeus e expulsá-los de suas terras, pois consideravam o povo judeu responsável pela morte de Jesus (Eugster, 2022).

O clima mudou por volta de 1100 com a primeira cruzada, quan-

do hordas de fanáticos religiosos de todas as classes sociais, movidos por um anseio de redenção, se propuseram [...] a libertar a sagrada Jerusalém. Parecia-lhes então óbvio combater os inimigos de Cristo na própria pátria. Como resultado, os judeus eram molestados e lhes era dada a opção de serem batizados ou morrerem (Eugster, 2022).

Grande parte dos judeus acabaram migrando para a América e para a Europa devido aos conflitos que estavam se iniciando na região do Oriente Médio. Eles conseguiram se adaptar e se estabeleceram nesses dois principais continentes, criando bairros judeus, comércios e instituições comunitárias.

A partir do fim da Idade Média em 1453, o território palestino abrigava aproximadamente dez mil judeus. Já no século XVI, os britânicos afirmavam que na região da cidade de Safed havia aproximadamente quinze mil judeus, ou seja, nunca foi documentado um período em que não havia judeus no território palestino.

Do período entre os anos de 1500 até os anos de 1800, a área da Palestina foi dominada e governada pelos otomanos, império que pertencia à Síria. Seguindo os anos, em 1830, os egípcios tomaram o poder dos otomanos e fizeram mudanças geográficas no território, passando a controlar toda a região, e assim, surgiram outras perseguições aos judeus.

Na segunda metade do século XIX, os judeus que estavam espalhados por diversos lugares do mundo, na sua maioria localizados na Europa, começaram a retornar em grande quantidade para a região da sua terra antiga; esse retorno foi nomeado como “Primeira Aliá”, que foi a onda de imigração dos judeus de retorno à sua terra de origem. Sendo assim, por volta de 1880, os judeus iniciaram o processo de retornar à “Terra Prometida”, nessa fase da história, já havia muitos judeus morando em Jerusalém e eles eram maioria entre os habitantes da cidade.

Com o retorno em grande escala de judeus provenientes principalmente do continente europeu, muitos grupos árabes e muçulmanos viram com bons olhos a chegada dos “novos” imigrantes como uma oportunidade de fecharem acordos e obterem lucro; todavia, outra parte desses grupos responsabilizaram esse povo étnico e religioso de serem colonialistas e imperialistas. Contudo, essas primeiras ondas migratórias de judeus eram classificadas como um grupo de refugiados que estavam fugindo de outras perseguições e retornando para o seu território de origem.

No final do século XIX, os judeus que estavam localizados nos Estados Unidos e que já estavam habituados politicamente, economicamente e socialmente com a sociedade americana, tinham como objetivo recuperar a chamada “Terra Prometida” por motivos ideológicos e também por questões econômicas. Com isso, a parcela de judeus presentes na América unificou-se com os judeus que retornaram para Jerusalém e então houve o surgimento do denominado movimento sionista.

Logo após a criação do movimento Sionista no final do século XIX, houve a

“Segunda Aliá”, que ocorreu entre 1904 e o início da Primeira Guerra Mundial em 1914, quando cerca de 35 mil a 40 mil judeus retornaram à sua terra de origem. O historiador Benny Morris descreve que essa segunda onda de imigração de judeus ocorreu devido aos Pogroms, que foi uma série de perseguições étnicas e religiosas de larga escala contra judeus na Rússia. No entanto, essa aliá foi crucial para a alteração de toda a estrutura social e econômica da comunidade judaica. Graças a ela, novos métodos de colonização da terra foram adotados, e foi também nesse período que a Organização Sionista Mundial começou a atuar na Palestina.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o Oriente Médio testemunhou mudanças geopolíticas significativas, pois o Império Otomano, que controlava a área, associou-se com as potências da Tríplice Aliança (Alemanha, Império Austro-Húngaro, Bulgária), contra as potências da Tríplice Entente (principalmente Reino Unido, França e Rússia). A campanha de Suez foi um ponto crucial para essas mudanças, com os britânicos buscando proteger sua rota marítima para a Índia através do Canal de Suez. Isso levou à divisão de territórios e ao aumento das tensões étnicas e religiosas na região. O movimento sionista, impulsionado pelo desejo de estabelecer um estado judeu na Palestina histórica, ganhou impulso durante esse período, agravando os conflitos com a população árabe local e estabelecendo as bases para conflitos futuros entre árabes e judeus.

3. SIONISMO E SEUS IMPACTOS NO ORIENTE MÉDIO

O Movimento Sionista surgiu no final do século XIX, devido ao crescente antisemitismo na Europa, especialmente no Leste Europeu, onde muitos judeus enfrentavam discriminação. Esse movimento tinha como objetivo inicial a criação de um estado judeu no território considerado a terra ancestral ou “terra prometida” do antigo solo bíblico do povo judeu. O termo “sionismo” deriva de “Sião”, uma referência ao Monte Sião em Jerusalém, um local significativo para os judeus (León, 2023, s/p).

Theodore Herzl, um jornalista austríaco-judeu, é visto como o fundador do movimento. Em seu livro “O Estado Judeu” (1896), Herzl argumentou que a única solução duradoura para pôr fim ao sofrimento dos judeus seria a criação de um estado judeu independente. Este conceito fundamentou os princípios do sionismo, buscando a realização desse objetivo político e nacional (Schvartzman, 2005, s/p).

O sionismo ganhou ainda mais força no início do século XX, especialmente após o fim da Primeira Guerra Mundial e o colapso do Império Otomano. Durante o período do Mandato Britânico na Palestina (1920-1948), o movimento sionista trabalhou para estabelecer uma presença judaica na região, comprando terras e promovendo a imigração judaica.

Avançando um pouco na história, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) teve um impacto devastador para os judeus, marcado pelo Holocausto, que foi baseado

em ideologias antissemitas do regime de Hitler e que marcou uma das páginas mais sombrias da história humana, onde seis milhões de judeus foram sistematicamente perseguidos e exterminados pelos nazistas. Além dos campos de extermínio, os judeus sofreram perseguição em toda a Europa ocupada pelos nazistas, enfrentando discriminação, confisco de propriedades, e sendo forçados a viver em guetos. Vale destacar que a palavra “genocídio” teve origem após a Segunda Guerra Mundial para definir o quão terrível foi o Holocausto; além disso, a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada após o término da Segunda Guerra Mundial com a intenção de impedir outro conflito como aquele (Gonçalves, Lima, 2023).

Entretanto, a Segunda Guerra Mundial também foi um catalisador para o movimento sionista e para a criação do Estado de Israel. O sofrimento e a perseguição que os judeus enfrentaram durante o Holocausto reforçaram a necessidade de um lar nacional judaico, onde pudessem viver livres da opressão. Após o fim da guerra, o aumento da pressão internacional e a comoção gerada pelo Holocausto ajudaram a impulsionar o reconhecimento da necessidade de um estado judeu independente (GONÇALVES, LIMA, 2023).

Pouco após o término da guerra, a ONU juntamente com a Comunidade Internacional decidiu fazer a partilha do território entre o povo judeu e palestino, pois devido ao surgimento dos movimentos nacionalistas, seria inviável que os dois povos vivessem juntos em harmonia. Então, em 1947, foi feita uma contagem populacional: havia no território aproximadamente 650.000 mil judeus e 1.2 milhão de árabes palestinos. Logo após a contagem, o território foi dividido, delimitado e autodeterminado de acordo com a região de maior concentração populacional de cada povo.

No ano de 1948, Israel declarou sua independência, proporcionando um refúgio seguro para os sobreviventes do Holocausto e para judeus de todo o mundo. A fundação de Israel representou uma vitória histórica para o movimento sionista, tornando o território israelense um centro cultural, político e econômico, mas também foi acompanhada por conflitos com os povos árabes da região que não aceitaram a partilha da terra. A guerra árabe-israelense de 1948-1949 resultou na dispersão de centenas de milhares de palestinos, contribuindo para a instabilidade e tensão contínua no Oriente Médio (Gonçalves, Lima, 2023).

A criação de Israel procedeu a um evento que ficou conhecido como Nakba, ou “catástrofe” em árabe. Refere-se à expulsão e deslocamento em massa dos palestinos durante a guerra árabe-israelense de 1948 (Akcelrud, apud. Gonçalves, Lima, p.29, 2023). Cerca de 700.000 mil palestinos foram forçados a abandonar suas casas e terras, resultando em uma crise humanitária. O Nakba é lembrado anualmente pelos palestinos como um evento de perda e sofrimento, marcando o início do conflito árabe-israelense. Desde então, Israel tem estado envolvido em vários conflitos com seus vizinhos árabes, incluindo a Síria e Líbano, bem como o conflito contínuo com os palestinos.

Contudo, o sionismo tem sido objeto de controvérsia e críticas, tanto dentro quanto fora de Israel. Alguns críticos argumentam que o movimento sionista é discriminatório e exclui os não-judeus, especialmente os palestinos, da igualdade de direitos e da autodeterminação. No entanto, há quem o veja como um movimento legítimo de autodeterminação nacional para o povo judeu, reconhecendo a necessidade de resolver as injustiças históricas e promover a coexistência pacífica com os palestinos.

4. O PROJETO ECONÔMICO SIONISTA

Uma das principais consequências do sionismo na economia está relacionada ao desenvolvimento econômico de Israel. Desde a sua fundação em 1948, Israel tem buscado criar uma economia forte e diversificada, e o movimento sionista ajudou a promover o desenvolvimento econômico do país, com o apoio de comunidades judaicas globais e investimentos estrangeiros que impulsionaram os setores voltados para tecnologia, agricultura, turismo e serviços financeiros na região.

No entanto, as políticas econômicas de Israel enfrentam duras críticas, especialmente em relação aos territórios palestinos ocupados. A construção de assentamentos judaicos nessas áreas é vista como um obstáculo para a paz e para o desenvolvimento palestino (Gonçalves, Lima, 2023, p.34). As restrições de fronteira também afetam negativamente a economia local, dificultando o comércio e o acesso a empregos e serviços.

Outra consequência do sionismo na economia é a influência de Israel no cenário geopolítico do Oriente Médio. Como uma potência econômica e militar na região, Israel mantém relações comerciais e diplomáticas importantes, tendo vantagens comerciais e o apoio de países aliados. No entanto, as tensões na região podem prejudicar a economia, causando interrupções no comércio e bloqueio de investimento estrangeiro.

Além disso, o sionismo e a criação de Israel como um estado judaico continua levantando questionamentos referentes aos direitos humanos e à justiça social. Políticas discriminatórias e de ocupação nos territórios palestinos têm sido criticadas por organizações de direitos humanos e pela comunidade internacional, afetando a reputação global de Israel e influenciando decisões de investimento por parte de empresas e governos estrangeiros.

Em suma, o movimento sionista possui um profundo impacto na história e política do Oriente Médio. Suas consequências continuam a ser discutidas e influenciam as relações internacionais e os conflitos na região. Além disso, o sionismo afeta a economia de Israel de modo a impulsionar o desenvolvimento econômico, mas também levanta questões sobre justiça social, direitos humanos e estabilidade geopolítica, com impactos econômicos significativos.

5. A GUERRA DOS 6 DIAS E O ACORDO DE OSLO

Após a criação de Israel, os conflitos entre israelenses e palestinos continuaram se agravando. Isso culminou na Guerra dos Seis Dias, um conflito militar entre Israel e os países árabes vizinhos, ocorrido em junho de 1967. Israel lançou ataques preventivos contra o Egito, Jordânia e Síria, devido às tensões políticas e militares na região. Em apenas seis dias, Israel conseguiu uma vitória decisiva, capturando a Península do Sinai do Egito, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e as Colinas de Golã da Síria. Esse conflito teve significativas modificações, incluindo a ampliação do território israelense, o aumento das tensões no Oriente Médio e a contínua disputa pelos territórios ocupados.

Com a decisão de Israel de tornar Jerusalém a capital do Estado em 1980, o conflito entre árabes e judeus se intensificou ainda mais, surgindo a Intifada, devido ao fato dos palestinos não terem aceitado essa mudança da cidade sagrada, que havia sido definida pela ONU anteriormente como uma cidade neutra e internacional. Com isso, em 1987 ocorreu o surgimento do Hamas, um movimento islamista palestino contra Israel, considerado um grupo terrorista por diversos países e organizações, incluindo os Estados Unidos e a União Europeia (Gonçalves, Lima, 2023, p.30).

No ano de 1988, a Organização para a Libertação da Palestina, criada pela Liga Árabe na Argélia, declara o Estado independente da Palestina, tendo a cidade de Jerusalém como sua capital. Com todas as mudanças territoriais e os conflitos intensos no Oriente Médio, resultaram na formação do Acordo de Oslo, negociado secretamente em Oslo, Noruega, e assinado em 1993, tornando-se um marco importante nos esforços de paz entre Israel e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Seu objetivo principal era estabelecer um processo de paz que levasse à criação de uma autoridade autônoma palestina e à retirada israelense de partes dos territórios ocupados (Gonçalves, Lima, 2023, p.29/30).

No entanto, o sucesso do Acordo de Oslo foi misto. Embora tenha levado à criação da Autoridade Palestina e ao reconhecimento mútuo entre Israel e a OLP, o acordo enfrentou muitos desafios e não conseguiu alcançar uma solução definitiva para o conflito. Questões como fronteiras, assentamentos judaicos, status de Jerusalém e direito de retorno dos refugiados palestinos permaneceram pendentes. O processo de paz subsequentemente experimentou interrupções e retrocessos, resultando em um impasse duradouro no conflito.

6. O CONFLITO ISRAEL-HAMAS

Com uma maior autonomia no contexto político, econômico e militar, os nacionalistas palestinos do grupo Hamas venceram as eleições parlamentares palestinas em 2006 contra o Fatah. E, desde junho de 2007, o partido assumiu efetivamente o

controle da Faixa de Gaza, tendo como foco principal a destruição de Israel e sua substituição por um Estado islâmico (Gonçalves, Lima, 2023, p.30).

As últimas eleições legislativas da Palestina foram realizadas em 2006, com o apoio do governo George W. Bush. O Hamas, a organização islamita mais radical em Gaza, saiu vencedor – não necessariamente porque os palestinos concordassem com todas as suas políticas, mas por sua reputação de ser menos corrupto que o Fatah, um resquício da OLP. Hillary Clinton, na época senadora pelo estado de Nova York, ficou chocada com a ingenuidade de Bush. “Eu acredito que nós não deveríamos ter encorajado uma eleição nos territórios palestinos”, declarou. “E, se o plano era pressionar por eleições, então deveríamos ter certeza de que fizemos algo para determinar quem venceria.” (Schwarz; Speri, 2023 *apud* Gonçalves, Lima, 2023, p.31).

É válido destacar que o Fatah é um grupo palestino originalmente organizado como grupo guerrilheiro e que, com o passar do tempo, se tornou um partido político que faz uma resistente oposição ao Hamas. O grupo Fatah e o Hamas entraram em conflitos visando o poder territorial da Palestina, e esse conflito resultou em diversas mortes e tensões na região após a vitória do Hamas.

Recentemente, o grupo Hamas e o Estado de Israel entraram em um novo confronto voltado à Faixa de Gaza, iniciado no dia 7 de outubro de 2023. Este conflito atual entre Israel e Hamas é considerado o mais violento da história. Além disso, quando o Hamas atacou o sul do Estado de Israel, mais de 1.400 pessoas morreram e 210 pessoas foram sequestradas, entre elas judeus e de outras nacionalidades. Um fator importante dessa barbárie são os vídeos feitos pelos próprios membros do grupo Hamas e transmitidos em suas redes sociais (Facebook, Instagram e Twitter).

No entanto, o contra-ataque israelense na Faixa de Gaza já alcançou 27.585 vítimas palestinas e de outras nacionalidades, e este número pode variar ainda mais porque o conflito não acabou e é difícil gerar uma estatística oficial e precisa sobre a quantidade de vítimas desse conflito (CNN, 2024).

Além de tudo, é importante destacar que após o início do ataque do Hamas em 7 de outubro, o Estado de Israel iniciou uma ofensiva militar na Faixa de Gaza com bombardeios aéreos e posteriormente também enviou tanques e tropas ao território. O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, caracterizou o atual conflito com o Hamas como a ‘segunda guerra de independência de Israel’. Desde então, bairros inteiros de Gaza foram destruídos, e os ataques de retaliação israelenses continuaram. Não obstante, Israel atacou e continua atacando várias localidades no sul do território e, em contrapartida, a ala militar do Hamas mantém os ataques com foguetes contra Israel (BBC, 2023).

Após o ataque do Hamas, Israel declarou um “cerco” a Gaza, agindo juntamente

com a FDI (Forças de Defesa de Israel), interrompendo o fornecimento de combustível, eletricidade, alimentos, mercadorias e água ao território. Conforme o governo israelense, o bloqueio não será suspenso até que os mais de 200 reféns sejam libertados.

A fronteira entre Israel e Gaza permanece fechada. A passagem de Rafah, anteriormente sob controle egípcio, foi tomada pelas forças israelenses, selando o ponto de entrada crucial para a ajuda humanitária (BBC, 2023).

A passagem fronteiriça de Rafah tem sido alvo de ataques aéreos israelenses. Segundo a Agência das Nações Unidas de Assistência e Obras para Refugiados Palestinos no Oriente Próximo (UNRWA), 110 mil palestinos fugiram de Rafah devido ao avanço das tropas israelenses no leste da cidade em operações de combate corpo a corpo. As pessoas que fogem da região fronteiriça perambulam sem rumo pelo deserto tentando escapar de bombardeios e tiros; consequentemente, essas situações vêm tornando a realidade ainda mais difícil para o povo palestino que vive na região, impedindo o cessar-fogo no conflito e impossibilitando a paz para os dois povos. (BBC, 2023).

7. O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA NA RESOLUÇÃO DO ATUAL CONFLITO

A Organização das Nações Unidas (ONU) desempenha um papel crucial na resolução de conflitos do Oriente Médio, coordenando esforços diplomáticos, fornecendo assistência humanitária e promovendo o diálogo entre as partes envolvidas. Através de seus órgãos, como o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral, a ONU busca mediar acordos de paz e implementar soluções sustentáveis para os conflitos na região.

A Corte Internacional de Justiça (CIJ), como o principal órgão judiciário da ONU, oferece uma plataforma para a resolução de disputas legais entre os Estados do Oriente Médio. Os Estados podem recorrer à CIJ para resolver questões territoriais, direitos humanos e violações do direito internacional. As decisões da CIJ são consideradas vinculativas e contribuem para o estabelecimento de uma ordem jurídica internacional na região. Embora nem todos os países no Oriente Médio sejam partes na CIJ, sua jurisdição e autoridade moral influenciam as negociações e ações diplomáticas na região.

Em relação ao atual conflito envolvendo Israel e Hamas, a ONU, juntamente com o Conselho de Segurança, defende um cessar-fogo definitivo no conflito. Por esse motivo, nenhum dos países que possuem “maior poder” de veto, como a Rússia e a China de um lado, e os Estados Unidos, França e Inglaterra de outro, impediram a aprovação da resolução (Diplomatique, 2024). A ONU busca então a consolidação de acordos de paz, garantir a segurança geral da população Palestina e Israelense, e

atuar como mediadora entre eles, impedindo o avanço da violência.

No que diz respeito à assistência humanitária, a Organização das Nações Unidas atualmente envia veículos de apoio e fornece tendas ou abrigos para os palestinos deslocados que se encontram nas áreas costeiras da Faixa de Gaza e em Rafah, fornecendo uma maior assistência para ajudar a mitigar o sofrimento das pessoas afetadas pelo conflito. Contudo, em razão do agravamento da situação de calamidade na Palestina, a prestação de assistência humanitária tem enfrentado maiores desafios (BBC, 2023).

De acordo com a UNRWA, milhares de habitantes de Gaza invadiram seus locais de distribuição e depósitos, adquirindo farinha de trigo e outros elementos essenciais para a sobrevivência, como produtos de higiene. Adicionalmente, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), os hospitais enfrentam sérias dificuldades para atender à população devido à falta de eletricidade e suprimentos básicos (BBC, 2023).

Apesar dessas dificuldades e da escassez de recursos da ONU para auxiliar a população refugiada, devido ao agravamento do conflito, muitas famílias continuam recebendo ajuda por parte da organização, que continua a fornecer assistência a cerca de 600 mil refugiados que estão recebendo acomodações através da UNRWA (BBC, 2023).

É importante enfatizar que a Corte Internacional de Justiça em Haia emitiu uma decisão provisória solicitada pela África do Sul, acusando Israel de genocídio contra palestinos na Faixa de Gaza. A CIJ decidiu investigar as acusações, considerando-as plausíveis e relevantes. O tribunal impôs medidas provisórias, incluindo a permissão de entrada de ajuda humanitária em Gaza, cessação de danos à população e proteção de provas. A decisão aponta para o papel crucial da CIJ na resolução do conflito, possibilitando ações legais contra as atitudes de Israel e destacando a gravidade da situação palestina (Brasil de Fato, 2024).

Levando-se em consideração os fatos mencionados, tanto a Organização das Nações Unidas (ONU) quanto a Corte Internacional de Justiça (CIJ) até o momento não oficialmente classificam o Hamas como um grupo terrorista. Esta ausência de designação oficial reflete uma complexidade política e jurídica em torno do status do Hamas no cenário internacional. Enquanto alguns países e entidades consideram o Hamas como uma organização terrorista devido a suas atividades militares e ataques contra alvos civis, outros defendem sua legitimidade como um grupo de resistência lutando por direitos e territórios palestinos. A falta de um consenso internacional sobre essa questão contribui para a ausência de uma designação oficial.

Nota-se, portanto, que a ONU e a CIJ desempenham papéis importantes na resolução do conflito atual entre Israel e Hamas. A ONU atua através de mediação diplomática, facilitação de negociações de paz e envio de missões voluntárias para áreas em conflito. Além disso, fornece assistência humanitária, como alimentos, água, abri-

go e serviços de saúde, por meio de agências como o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). A CIJ, por sua vez, resolve disputas entre Estados através de decisões legais, baseadas no direito internacional, contribuindo para uma possível estabilidade desse conflito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conflito histórico entre Israelenses e Palestinos continua a exercer um impacto profundo no cenário político atual, este cenário contemporâneo vem sendo um tema de profunda complexidade para a geopolítica moderna. Desde a fundação do Estado de Israel em 1948, diversos episódios de confronto e negociação têm marcado a região. Atualmente, a região enfrenta desafios contínuos, com Israel fortalecendo suas defesas contra os ataques provenientes do grupo Hamas, originados da Faixa de Gaza, mantendo um cenário de conflito constante.

Além das questões históricas e das narrativas conflitantes, o impacto econômico e humanitário do conflito também é profundo e abrangente. As comunidades afetadas enfrentam desafios socioeconômicos severos, enquanto as disputas territoriais e as questões de autodeterminação continuam a moldar as dinâmicas regionais.

O conflito atual não se limita apenas a questões territoriais e de segurança; é também um embate de narrativas e visões contraditórias das duas partes envolvidas. Enquanto os judeus defendem uma conexão ancestral com a terra, afirmando que a região era uma terra destinada exclusivamente a eles, os palestinos reivindicam uma história contínua de presença no território; eles afirmam que havia uma nação composta unicamente por palestinos ocupando a área e acusam os sionistas de destruírem essa nação.

Portanto, uma reflexão crítica sobre as abordagens diplomáticas é essencial não apenas para entender o passado conflituoso entre o povo judeu e palestino, mas também para traçar um caminho para um futuro compartilhado. Para alcançar essa meta, é válido considerar não apenas os aspectos que visam a parte territorial, mas também as narrativas históricas e as aspirações culturais e políticas de ambas as partes envolvidas.

Em suma, este estudo enfatiza a importância de envolver a comunidade internacional de maneira construtiva, buscando apoio para iniciativas que promovam o diálogo, a reconciliação e a cooperação mútua entres esses dois povos. Ao fazer isso, podemos não apenas entender o passado, mas também criar bases sólidas para um futuro em que a paz e a justiça prevaleçam para todos os habitantes da região, permitindo que ambas as comunidades possam coexistir e prosperar.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Entenda o que é sionismo, movimento que dá origem ao Estado de Israel.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-10/entenda-o-que-e-sionismo-movimento-que-da-origem-ao-estado-de-israel>. Acesso em: 28 mai. 2024.

BBC BRASIL. **Guia rápido para entender o conflito Israel-Hamas.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c84511x0jxvo>. Acesso em: 7 jun. 2024.

BRASIL DE FATO. **Entenda o processo da Corte Internacional de Justiça contra Israel.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/31/entenda-o-processo-da-corte-internacional-de-justica-contr-israel>. Acesso em: 8 jun. 2024.

BRASIL PARALELO. **Qual a origem do povo palestino?** YouTube, 2022. Disponível em: https://youtu.be/ZjEuNUjd5e0?si=XlVkdGrWJHOcK_s. Acesso em: 28 mai. 2024.

CAPEZ, F. **Um olhar sobre as raízes históricas do conflito Israel-Palestina.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-nov-02/controversias-juridicas-olhar-raizes-historicas-conflito-israel-palestina/>. Acesso em: 8 abr. 2024.

CNN. **Número de palestinos mortos por ataques de Israel em Gaza ultrapassa 27 mil, diz Ministério da Saúde.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/numero-de-palestinos-mortos-por-ataques-de-israel-em-gaza-ultrapassa-27-mil-diz-ministerio-da-saude/#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20palestinos%20na,da%20Sa%C3%BAde%2C%20administrado%20pelo%20Hamas>. Acesso em: 28 mai. 2024.

DIPLOMATIQUE. **A resolução do Conselho de Segurança no conflito entre Israel e o Hamas.** Disponível em: <https://diplomatique.org.br/conselho-de-seguranca-israel-hamas/>. Acesso em: 7 jun. 2024.

EUGSTER, D.. **A Europa cristã criou o ódio contra os judeus na Idade Média.** Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/por/cultura/a-europa-crist%c3%a3-criou-o-%c3%b3dio-contr-os-judeus-na-idade-m%c3%a9dia/47763664>. Acesso em: 16 e 24 abr. 2024.

GOMES A. R.. **A questão da Palestina e a fundação de Israel.** 2003. 142. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-24052002/publico/Tese-AuraGomes.pdf>. Ciência Política. Universidade de São Paulo. 2001. Acesso em: 16 abr. 2024.

GONÇALVES, I. A.; LIMA, M. A. S.. **O horror como espetáculo: uma análise**

do conflito entre o Hamas e Israel em 2023.

LANNES, S. B.. **A Formação do Império Árabe-Islâmico**: História e Interpretações. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/teses/2013/Suel-len%20Borges%20de%20Lannes.pdf>. Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013. Acesso em: 18 e 19 abr. 2024.

PLANO PILOTO. **Entenda o conflito de Israel e Palestina**. YouTube, 2023. Disponível em: https://youtu.be/_TBmvegNu-I?si=biamtMIu2TauWCvr. Acesso em: 28 mai. 2024.

PROFESSOR HOC. **5 Mitos sobre o conflito Israel X Hamas**. YouTube, 2023. Disponível em: <https://youtu.be/qJvgXqKYeKg?si=XwOeVUa-Z8WQnYNU>. Acesso em: 28 mai. 2024.

SANTOS, M. A.. **Davi e Salomão**: A utopia da grandeza e da unidade em Israel. Disponível em: https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2012/relatorios_pdf/ctch/TEO/TEO-Michel%20Alves%20dos%20Santos.pdf. Acesso em: 16 abr. 2024.

SCHVARTZMAN, G. S.. **A montanha azul de Mer Shalev**: uma leitura pós-sionista da sociedade israelense. 2006. 213. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8152/tde-01082006-101525/publico/tese.pdf>. Letras. Universidade de São Paulo. 2005. Acesso em: 28 mai. 2024.



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS

Afiliado

ABEU
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

A B E C
Associação Brasileira de Editores Científicos

CBL
Câmara
Brasileira
do Livro